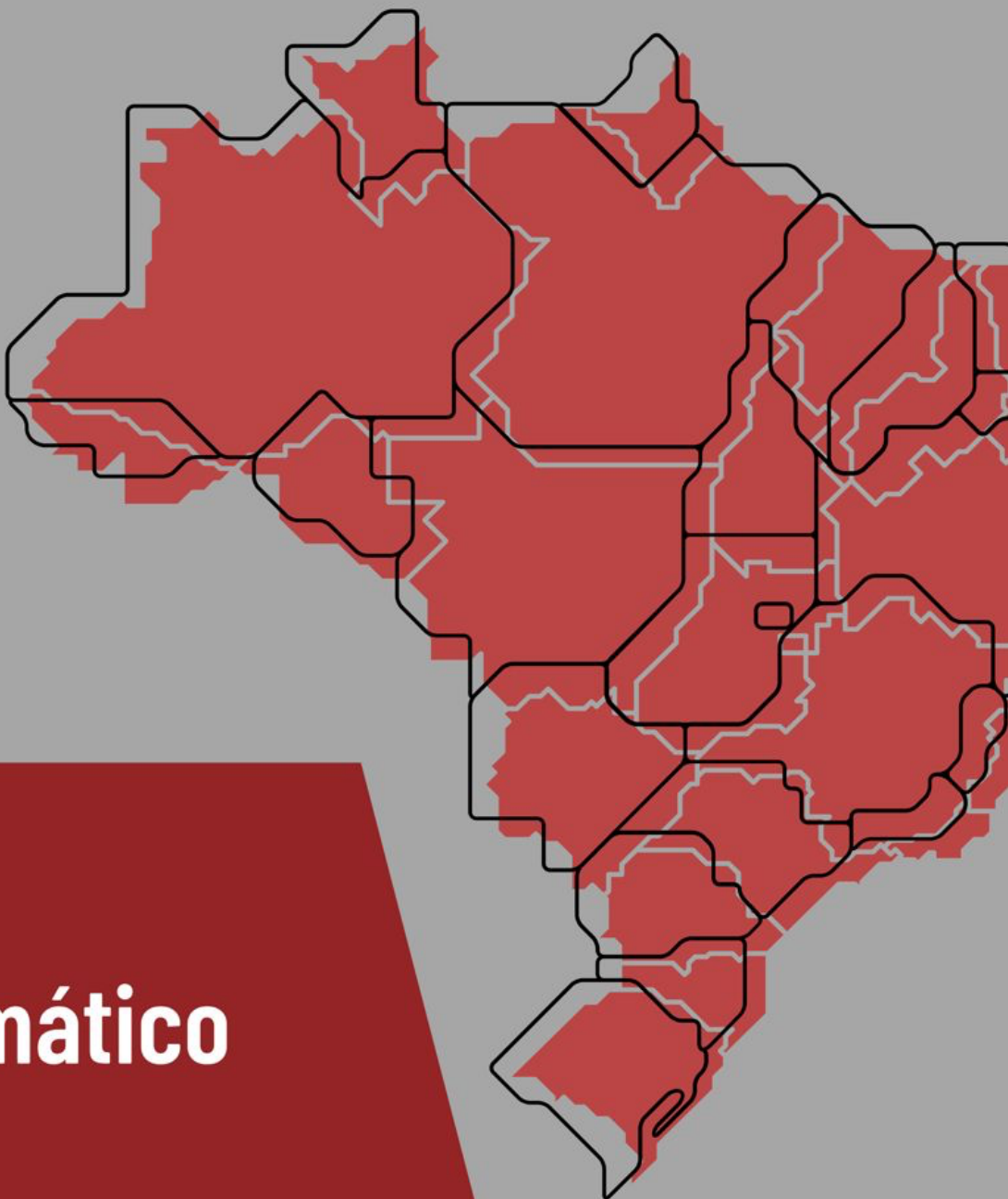


MONITORAMENTO ELEITORAL

Temático



Boletim I

2026

opel

Observatório
Político e Eleitoral

Coordenação Geral

Josué Medeiros

Coordenação de Pesquisa

Kaique Camargo

Maria Carolina Barreto

Rennan Pimentel

Tamyres Ravache

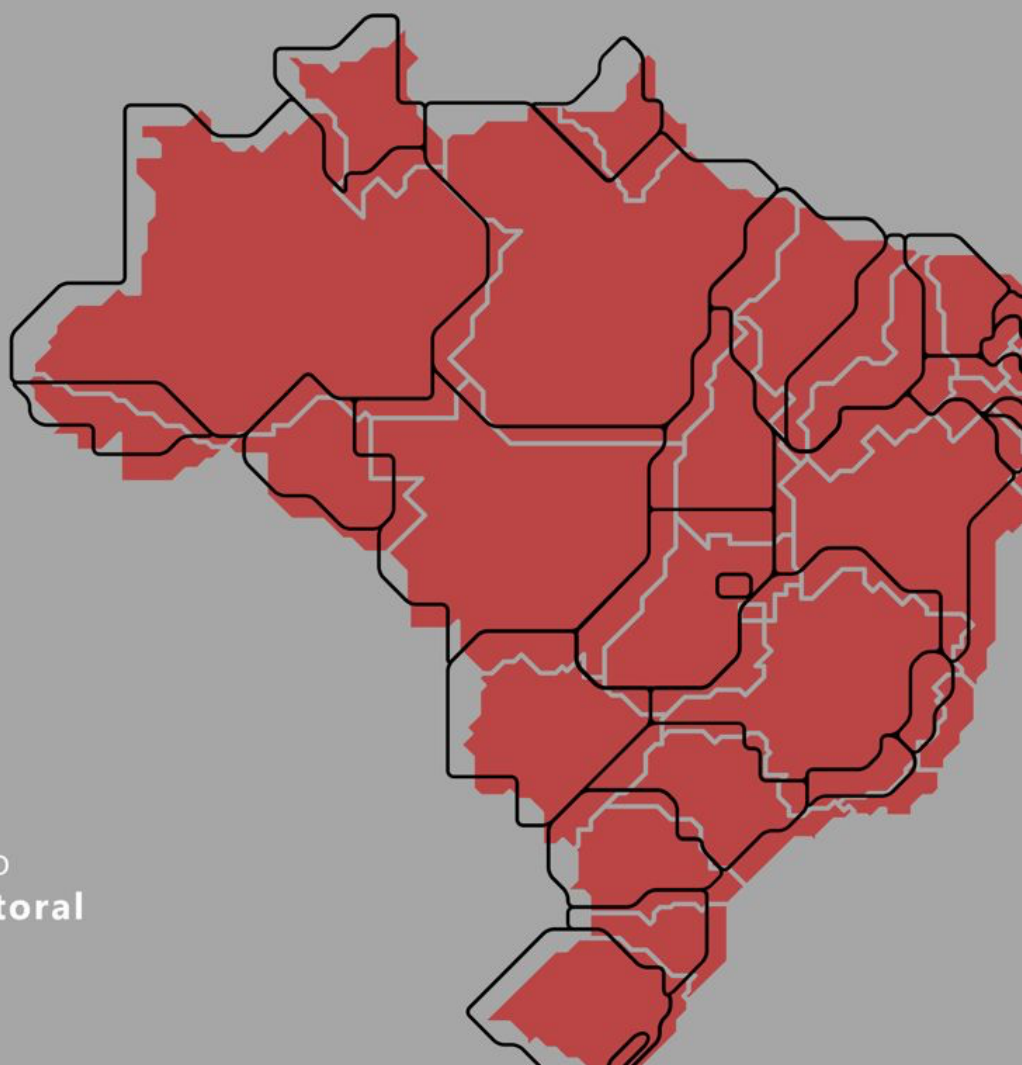
Thaís Climaco

Diagramação e Identidade Visual

Rennan Pimentel

Comunicação e Redes Sociais

Alessandra Holanda



Observatório
Político e Eleitoral

Sumário

A Ciência do Golpe Parlamentar de 2016	3
Entre a violência e o voto: o lugar da segurança pública nas eleições de 2026....	6
Como a religião chega nas eleições de 2026?	13
Fim da escala 6x1: uma pauta trabalhista na polarização eleitoral de 2026	20
Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026	26
Histórico e Movimentações da Pré-Campanha Presidencial de 2026.....	32
Lideranças evangélicas não alinhadas	39
Ciência, Tecnologia e Inovação na eleição presidencial de 2026	47
Histórico da representação política de mulheres e perspectivas para as eleições de 2026.....	54
A Baixada Fluminense na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro: polarização nacional e alianças políticas locais	61
Da fragmentação à convergência: o realinhamento do campo progressista brasileiro (2014–2026).....	69
A Centralidade das políticas sociais de redução da fome e da Soberania alimentar do Brasil na Campanha Eleitoral 2026.....	75
Saúde nas eleições de 2026: monitoramento da corrida presidencial.....	82
Segurança pública na disputa: Lula, Flávio Bolsonaro e o horizonte de promessas	89
A segurança pública na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2026.....	95
A disputa de narrativas pelo Estado	102
“Sem vitimismo”: Os reflexos da polarização política na disputa da narrativa eleitoral pelo voto feminino	108
Meio ambiente nas eleições brasileiras: a disputa em torno da agenda ambiental	115
O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026	124

EDITORIAL



EDITORIAL

É com muito prazer que apresentamos o primeiro boletim temático do Monitoramento Eleitoral de 2026 feito pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL), núcleo de pesquisa ligado à UFRJ e à UFRRJ. A cada dois anos, organizamos um acompanhamento de todo o processo eleitoral, abarcando tanto a dimensão regional – com todos os Estados sendo pesquisados – quanto a dimensão temática, na qual monitoramos diversas pautas que são importantes no processo eleitoral.

Neste primeiro boletim temático, teremos um total de 19 textos escritos por estudantes de graduação, mestrands e mestrandos, mestres, doutorandas e doutorandos e doutoras e doutores em ciências sociais e ciência política.

Os temas que aparecem aqui variam desde representação feminina nas eleições até segurança pública no plano nacional e nos Estados, passando pela economia e desenvolvimento, religião, trabalho (com ênfase no fim da escala 6 x 1), visão de Estado e das instituições, disputas e convergências no campo progressista, meio ambiente, entre outros.

Até o fim das eleições vamos lançar mais três boletins temáticos, cujas análises complementam a observação que fazemos da eleição presidencial e das disputas para o governo do Estado e para o Senado em todos os 27 estados da federação.

Boa leitura e até o próximo boletim!

TENHAMÁTIÇOS



A Ciência do Golpe Parlamentar de 2016

Josué Medeiros¹

Em 31 de agosto de 2026, completam-se 10 anos do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff. Nessa década, os conflitos políticos e sociais no Brasil se agravaram. Passamos a conviver com uma extrema-direita forte eleitoralmente e culturalmente em nosso país e que não esconde que seu objetivo é acabar com a democracia e com a soberania brasileira.

Durante alguns anos, quem chamava de golpe aquele processo de impeachment era desqualificado. Nas ciências sociais em geral e na ciência política em particular, fomos chamados de militantes e/ou de parciais. Ainda assim, seguimos argumentando contra aquela destituição, denunciando, sim, que ela foi ilegal e que constituiu uma ruptura com a ordem democrática de 1988. Ser taxado de militante nunca foi um problema, muito pelo contrário. É motivo de orgulho saber que produzo um conhecimento crítico e que é engajado na defesa da democracia e no combate às desigualdades. Por isso mesmo, chamar o impeachment de Dilma de golpe parlamentar nunca foi apenas uma bandeira militante. Sempre foi, também, um esforço de interpretação sobre as causas da ascensão e consolidação da extrema-direita no Brasil e de reflexão sobre como podemos derrotá-la definitivamente.

Assim, é importante afirmar que, agora, em 2026, temos um acúmulo consistente de pesquisa nas Ciências Sociais e na Ciência Política que caracteriza aquele processo como golpe e demonstra seus vínculos com a força do bolsonarismo no Brasil.

¹ Cientista Político. Coordenador Geral do Observatório Político e Eleitoral (OPEL)

Começando pela interpretação mais geral, é significativo que, logo em 2017, um dos principais cientistas políticos do país tenha lançado um livro para teorizar sobre os golpes parlamentares. Wanderley Guilherme dos Santos publicou a obra “A democracia impedida: o Brasil no século XXI”, com um duplo objetivo: por um lado, entender este novo tipo de golpe, relacionando-o com os tipos de golpe que já conhecemos, como o golpe militar; e, por outro, provar que o processo sofrido por Dilma Rousseff se enquadra neste novo tipo de golpe parlamentar.

Nestas páginas, Wanderley Guilherme não chegou a prever o bolsonarismo em si, mas antecipou que uma das principais consequências do golpe parlamentar era o aumento da instabilidade política que, por sua vez, havia sido alimentada para justificar o golpe. O novo governo golpista, diante deste cenário, apelaria mais e mais para a repressão, perdendo, assim, sua baixa legitimidade democrática, o que o levaria a se apoiar com mais força na violência política.

Foi exatamente o que ocorreu no Brasil pós-golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. A violência política aumentou a ponto de levar ao assassinato de Marielle Franco e à prisão ilegal de Lula em 2018. Estes dois eventos – somados à intervenção militar e à eleição de Bolsonaro – abriram o ciclo político de maior risco para a democracia brasileira desde que a Constituição de 1988 foi promulgada.

Além desta interpretação geral, hoje temos um conjunto de pesquisas que aprofunda o nosso entendimento sobre os vínculos entre o golpe parlamentar de 2016 e a consolidação da extrema-direita no Brasil na dimensão institucional, social e cultural. Do ponto de vista das instituições, o principal laço entre o golpe contra Dilma e a extrema-direita está na operação Lava-Jato e no uso político que a coalizão golpista fez do tema do combate à corrupção. São dezenas de pesquisas na Ciência Política e no direito explicando esta relação.

Todo este processo foi simbolizado pela entrada de Sérgio Moro no ministério de Jair Bolsonaro, acabando de vez com qualquer marca de imparcialidade que suas decisões poderiam ter. Moro, na verdade, já estava desmoralizado pela “Vaza-Jato”, base legal da anulação da condenação do presidente Lula em 2020. Apesar disso, a prática do lawfare e do uso político do

Judiciário segue firme, como podemos ver agora na tentativa de desestabilizar a candidatura de Lula com as investigações sobre seu filho e seu ex-assessor.

Já na esfera social, o nexo entre o golpe parlamentar e a extrema-direita se deu pelo perfil social e pelo tipo de ativismo que protagonizou as manifestações contra Dilma em 2015. Novamente, dezenas de pesquisas da Antropologia e da Sociologia reforçam que os coletivos e lideranças daqueles atos migraram para as estruturas políticas do bolsonarismo em particular ou de outras expressões da extrema-direita. No mesmo sentido, boa parte da base mais ampla que estava presente nas ruas em 2015 repetiu o engajamento nas manifestações bolsonaristas contra a democracia em 2021 e 2022. Tal militância segue atual e marca presença nas ruas e nas redes em defesa de Flávio Bolsonaro e das demais candidaturas extremistas, como é o caso de Renan Santos.

Resta o âmbito cultural. Aqui, a ligação mais importante é, sem dúvida, o crescimento no Brasil de uma cultura política de misoginia e machismo. Uma vez mais, são dezenas de pesquisas de diversas áreas provando a relação entre a violência política do golpe parlamentar e a força dos valores fascistas que movem a extrema-direita hoje. É dever de quem combate o feminicídio e a violência contra a mulher lembrar que a presidenta Dilma foi alvo sistemático de ataques covardes e desqualificações infames pelo fato de ser a primeira mulher a presidir o Brasil em nossa história. E ainda que tais ataques foram absurdamente normalizados pela mídia empresarial em geral, com raras exceções. Hoje, a normalização permanece, se não mais na forma da violência misógina mais escancarada, mas em outras formas de comportamento fascista, tais como as falas de Flávio Bolsonaro e Renan Santos propondo matanças e prisões em massa para supostamente combater o crime organizado.

Para concluir, obviamente, nenhuma dessas pesquisas afirma que a extrema-direita só existe no Brasil por causa do golpe parlamentar. Não é uma relação de causa e consequência, mas sim uma análise que identifica o golpe parlamentar como uma ruptura democrática que abriu as portas para o desenvolvimento de vários tipos de fascismo e de violência política. Por tudo isso, dez anos depois, precisamos seguir gritando que foi golpe, sim, em 2016!

Entre a violência e o voto: o lugar da segurança pública nas eleições de 2026

Kaique Camargo²

O presente boletim tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre como a segurança pública se apresenta como uma das temáticas centrais nos embates eleitorais do ano de 2026. Neste boletim será exposto a centralidade desse tema para o bolsonarismo e como o Governo Federal vem se articulando para dar respostas a essas demandas.

Com o Brasil em contínua polarização advinda do Lulismos x Bolsonarismo, o combate à violência aparece como um campo de disputa, onde visões completamente distintas de como enfrentar esse desafio aparecem em embate, em âmbito nacional e estadual. O avanço das organizações criminosas e a percepção de insegurança da população podem afetar a popularidade dos candidatos, que procuram utilizar desse terreno para fortalecer suas candidaturas.

Enquanto os governadores detêm o comando das polícias estaduais e do sistema penitenciário, o Governo Federal responde pela atuação da Polícia Federal e pelas verbas que são repassadas através do Sistema Único de Segurança Pública. Essa divisão aparece como um dilema do país, onde frequentemente a oposição cobra respostas nacionais sobre a violência, enquanto a gestão federal defende cooperação e planejamento entre os estados, transformando o campo em uma guerra de narrativas.

² Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ) e Coordenador de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Defendido pela extrema-direita, o discurso de lei e ordem aparece como principal solução, tendo foco em ações ostensivas e endurecimento penal. Por outro lado, a proposta do Governo Federal foca em inteligência policial, asfixiamento financeiro das facções e integração de dados. A hipótese é que, nos estados com maiores índices de violência a segurança pública aparecerá como debate constante, e a visão que mostrar maior potência de resolução para esse conflito será capaz de ditar o resultado nas urnas.

Diferentes visões entre Lulismo e Bolsonarismo

Para o campo bolsonarista, a segurança pública é um dos pilares que marca a identidade desse grupo, sendo frequentemente exposta em campo nacional e estadual. O discurso que foca na “lei e ordem” busca trabalhar exatamente com a sensação de insegurança da população. Comumente o bolsonarismo procura enfatizar propostas de recrudescimento policial e penal, tendo como prioridade o endurecimento de leis penais e a ação direta das polícias nas áreas periféricas.

A tentativa de enquadrar as facções como terroristas segue alinhado no discurso bolsonarista, sendo utilizado como apelo na retórica de combate ao crime. Durante o evento de lançamento da candidatura de Douglas Ruas (PL) para governo do Rio de Janeiro, o candidato à presidência Flávio Bolsonaro enfatizou novamente sua prioridade pelo confronto ao declarar “guerra aos narcoterrorista”, prometendo que os bandidos serão tirados de circulação “em pé ou deitado”. Neste evento também foi possível observar outras posições de Flávio, que passam pela castração química, construção de novos presídios, a diminuição da maioridade penal e o incentivo a ações policiais que prezem o confronto direto.

Essa aparição pública de Flávio Bolsonaro e seu discurso mostram a manutenção da ideia de “lei e ordem” pela principal figura bolsonarista em atividade. Essa tendência será seguida por todo esse campo da extrema-direita, sendo o norte para os discursos que aconteceram também em âmbito estadual, durante as disputas pelos governos.

Por outro lado, a procura de responder às cobranças, o Governo Federal tem buscado trabalhar com ações focadas na inteligência e na descapitalização do crime organizado. O combate ostensivo, nesse caso, aparece de maneira secundária, na procura de diminuir as grandes operações policiais que trazem imenso impacto para as áreas periféricas, gerando alta letalidade policial. A bloqueio de bens, a apreensão de recursos ilícitos e o combate à lavagem de dinheiro aparecem como proposta principal para conter o avanço do crime organizado.

O Governo Federal mostra como principal medida a PEC da Segurança Pública, visando garantir na Constituição diretrizes que sejam unificadas para esse setor. Lula tem apostado, além da tramitação da PEC, na Lei Antifacção, sancionada em 2026, e também na consolidação do Sinesp, do Infoseg e na ampliação das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs).

O atual presidente segue na linha de fortalecer a integração entre os estados e o Governo Federal, dentro de uma lógica de padronização da gestão, prezando pelas operações que priorizem a inteligência como meio para a resolução da crescente do crime organizado. Lula prometeu que, assim que a PEC for aprovada, ele criará o Ministério da Segurança Pública, para melhor preparação entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e mais uma força especial federal.

A seguir, a tabela mostrará o resumo desse embate entre Lulismo x Bolsonarismo, enfatizando quais são as principais características e posicionamentos cada um dos lados expôs até agora.

Posicionamento Político	Oposição / Bolsonarismo (Lei e Ordem)	Governo Federal / Gestão Lula (Coordenação e Inteligência)
Proposta Institucional	Encarceramento em massa, fim das progressões de pena e construção de mais presídios.	Aprovação da PEC da Segurança Pública para dar papel central à União e constitucionalizar o SUSP.
Atuação Policial	Forte apoio à repressão ostensiva em áreas periféricas.	Foco em operações que sejam orientadas por inteligência, Forças Integradas (FICCOs) e uso de tecnologia.

Enfrentamento às Facções	Enquadramento das facções como "organizações terroristas" e cooperação ostensiva.	Descapitalização das organizações criminosas, PL Antifacção e mais rigor para identificar lavagem de dinheiro.
Enquadramento Eleitoral (2026)	Aponta falhas nos governos progressistas ao utilizar dados de violência e insegurança para mobilizar o eleitorado.	Busca mudar o histórico progressista no campo da segurança pública, assumindo a pauta de combate ao crime organizado.

Os embates nas eleições estaduais

Na esfera estadual, a segurança pública aparece de forma muito presente nas campanhas dos candidatos a governador. É o caso de Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores colégios eleitorais do país, além da Bahia e do Ceará, dois estados que figuram entre os três mais violentos do Brasil.

No Rio de Janeiro, esse tema percorre de forma histórica. No último governo de Cláudio Castro, o estado do Rio experimentou quatro das cinco operações mais letais da história fluminense, tendo como grande marco a operação no Complexo do Alemão e da Penha com registro de 121 mortos. Castro deixou o governo tendo como marca registrada o confronto direto e a alta letalidade. O ex-governador acabou se tornando inelegível por 8 anos, devido ao abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

Esse projeto encontra continuidade no candidato Douglas Ruas, policial civil, que também defende a ostensividade e o confronto bélico como estratégia principal para o enfrentamento ao crime e como proposta de segurança pública. Em contrapartida, Eduardo Paes (PSD) idealizou a Força Municipal, que é um ativo importante de sua gestão como prefeito, e tem demonstrando interesse em aumentar o efetivo policial e criar um novo modelo de patrulhamento, ampliando de acordo com as manchas criminais.

São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, Tarcísio Freitas (Republicanos) enfrenta desconfiança pela sua gestão. Segundo pesquisa publicada pelo Datafolha, o tema da segurança pública aparece com 27% de citações sobre a preocupação da população. O estado registrou um aumento no número de furtos, principalmente de celulares, e também um aumento na letalidade policial,

com especial atenção para a operação na Baixada Santista, que terminou com 84 mortos. Além disso, apontamentos sobre o sucateamento da Polícia Civil também são notados na sua gestão.

Ainda assim, Tarcísio aparece na frente das pesquisas de intenção de votos, mostrando que Fernando Haddad (PT) precisará de uma boa estratégia para reverter esse quadro, sendo o debate sobre a segurança pública um caminho a ser seguido.

Apesar de registrar uma queda na taxa de mortes violentas no primeiro semestre desses anos, o estado da Bahia aparece como o segundo estado mais violento do país, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Após quase 20 anos de governos petistas, a oposição liderada por ACM Neto (União Brasil) tenta utilizar desse histórico como ferramenta política para as eleições, tentando impedir a reeleição de Jerônimo Rodrigues (PT).

Nesse estado, a polarização Lulismos x Bolsonarismo se mostra intensamente presente e a segurança pública, assim como no primeiro debate realizado no dia 09 de agosto, aparecerá ainda mais nos outros debates ao longo o pleito. As pesquisas indicam um empate técnico entre os candidatos, mostrando uma corrida acirrada que possivelmente verá um segundo turno.

O estado do Ceará muito se assemelha a Bahia. Também figurando entre os três estados mais violentos do Brasil, a segurança pública aparece como preocupação de 53% das pessoas entrevistadas pela Genial/Quaest. Ciro Gomes (PSDB) tenta parar a sexta eleição consecutiva do PT na região, utilizando como ferramenta o discurso do combate à criminalidade no estado, propondo o fortalecimento das forças estaduais de segurança, investimento em tecnologia e a ampliação de vagas e modernização do sistema prisional.

Elmano de Freitas (PT), por sua vez, expôs que sua principal ideia é aumentar o uso de tecnologia das polícias, com uso de câmeras e inteligência artificial para ajudar na segurança pública. Além disso, o atual governador propôs um programa de prevenção com bolsa para jovens se envolverem em projetos sociais.

Conclusão

Esse tema ultrapassa as eleições nacionais e naturalmente veremos nessas eleições, dentro dos estados observados, a segurança pública agindo como um debate que fará diferença na opinião e no voto da população. Os quatro estados, apesar das diferenças no debate da segurança, mostram o embate polarizado entre o campo conservador e o campo progressista, com a violência tendo raízes históricas que servem de artifício na atual disputa para governador

Nos próximos boletins, veremos como se desenvolverá esse assunto nas próximas aparições públicas, comícios, entrevistas e debates que os candidatos terão pela frente. Com isso, conseguiremos entender a persistência e importância do tema para as eleições dos estados, e a capacidade que isso tem de mexer com o voto do eleitorado.

Referências

O GLOBO. Flávio Bolsonaro lista propostas de segurança pública em ato com presença de Ruas e apelo às mulheres no Rio. Política, 22 ago. 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/22/flavio-bolsonaro-lista-propostas-de-seguranca-publica-em-ato-com-presenca-de-ruas-e-apelo-as-mulheres-no-rio.ghtml>.

G1. Lula pressionou por PEC da Segurança no Senado de olho na campanha; Alcolumbre desengavetou texto. Blog do Valdo Cruz, 14 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2026/08/14/lula-pressionou-por-pec-da-seguranca-no-senado-de-olho-na-campanha-alcolumbre-desengavetou-texto.ghtml>.

BRASIL DE FATO. Contraste de programas: Lula fala mais em cultura e saúde; Flávio Bolsonaro cita mais segurança e facções criminosas. Eleições, 18 ago. 2026. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/08/18/contraste-de-programas-lula-fala-mais-em-cultura-e-saude-flavio-bolsonaro-cita-mais-seguranca-e-faccoes-criminosas/>.

G1. Lula defende integração e investimento em segurança pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/08/22/lula-rio-seguranca-publica.ghtml>.

DW BRASIL. As operações policiais mais letais da história do Rio de Janeiro. 2026. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-operacoes-policias-mais-letais-da-historia-do-rio-de-janeiro/a-74545974>.

G1. Paes promete mais policiais e novo modelo de patrulhamento se for eleito. Rio de Janeiro, Eleições 2026, 24 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/08/24/paes-promete-mais-policiais-e-novo-modelo-de-patrulhamento-se-for-eleito.ghtml>.

[janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/08/24/paes-promete-mais-policiais-e-novo-modelo-de-patrolhamento-se-for-eleito.ghtml](#).

O GLOBO. Segurança e saúde empatam como maiores problemas da gestão Tarcísio, segundo Datafolha. Política, 5 jul. 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/07/05/seguranca-e-saude-empatam-como-maiores-problemas-da-gestao-tarcisio-segundo-datafolha.ghtml>.

BRASIL DE FATO. Gestão Tarcísio é responsável por uma das piores crises na segurança pública de SP, afirma ex-ouvidor. 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/05/05/gestao-tarcisio-e-responsavel-por-uma-das-piores-crises-na-seguranca-publica-de-sp-afirma-ex-ouvidor/>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>.

G1. Secretaria de Segurança Pública indica redução de 20,5% em mortes violentas na Bahia entre janeiro e junho de 2026. Bahia, 1 jul. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2026/07/01/secretaria-de-seguranca-publica-indica-reducao-de-205percent-em-mortes-violentas-na-bahia-entre-janeiro-e-junho-de-2026.ghtml>.

O GLOBO. Ciro Gomes e ACM Neto apostam na segurança pública para desgastar governadores petistas. Política, 21 ago. 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/21/ciro-gomes-e-acm-neto-apostam-na-seguranca-publica-para-desgastar-governadores-petistas.ghtml>.

G1. Elmano propõe projeto focado em cidades violentas do Ceará para evitar aumento de jovens no mundo do crime. Ceará, Eleições 2026, 24 ago. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2026/noticia/2026/08/24/elmano-propoe-projeto-focado-cidades-violentas-do-ceara-evitar-aumento-de-jovens-no-mundo-do-crime.ghtml>.

Como a religião chega nas eleições de 2026?

Maria Carolina Barreto³

Este primeiro boletim busca apresentar o histórico recente da mobilização religiosa nas eleições brasileiras e analisar como esse processo se manifestou na pré-campanha presidencial de 2026. Para isso, pretende-se responder como a religião é mobilizada pelas principais candidaturas à presidência este ano. A hipótese deste monitoramento é que, nas eleições de 2026, a religião será mobilizada pelas principais candidaturas presidenciais para além da identificação religiosa formal, por meio de discursos, símbolos, agendas, circulação em espaços religiosos e alianças com lideranças e organizações religiosas. Embora o campo bolsonarista tenha construído vínculos importantes com atores cristãos nos últimos ciclos eleitorais, espera-se que a representação política desses segmentos permaneça em disputa entre diferentes candidaturas. Assim, serão observadas as movimentações das principais candidaturas e de atores religiosos durante a pré-campanha, bem como o cenário consolidado após o registro das candidaturas e as pesquisas eleitorais divulgadas antes do início oficial da campanha.

³ Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Introdução

A presença da religião nas eleições brasileiras costuma ser observada a partir de duas perspectivas recorrentes: 1) pelo pertencimento religioso do eleitorado e suas diferenças de intenção de voto e 2) pela identificação de candidaturas que acionam explicitamente a religião, sobretudo por meio de títulos como “pastor”, “pastora”, “bispo” ou “missionário” no nome de urna. Embora importantes, essas dimensões captam apenas parte das diferentes formas pelas quais identidades, símbolos, atores e organizações religiosas participam do pleito eleitoral.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) nas eleições de 2020 e 2022 ajudam a demonstrar essa diferença. Considerando as oito cidades ou estados analisados em cada pleito, em média, 10% do total de candidaturas mobilizou de alguma forma a identidade religiosa, percentual cerca de seis vezes superior à média de 1,53% identificada entre aquelas que utilizaram nome de urna religioso. A pesquisa ainda verificou candidatos que abandonaram títulos religiosos utilizados em eleições anteriores, indicando que o uso ou a retirada dessas referências também pode fazer parte das estratégias eleitorais⁴.

A diferença entre os dois indicadores chama atenção para uma característica importante da relação entre religião e eleições: a mobilização religiosa não depende necessariamente da identificação confessional explícita de uma candidatura. Ela também pode ocorrer por meio da circulação em espaços religiosos, da construção de alianças com lideranças e organizações, da utilização de símbolos e linguagens religiosas e da associação entre determinadas agendas políticas e valores religiosos. É partindo dessa perspectiva mais ampla que este boletim tem o interesse não apenas em analisar como católicos ou evangélicos votarão em outubro, mas em observar quais relações, repertórios e alianças construídos nos ciclos anteriores permanecem relevantes e como as candidaturas procuram mobilizá-los no novo cenário eleitoral.

Dessa forma, quando retornamos às últimas eleições presidenciais, 2018 e 2022, observamos uma maior consolidação da religião como uma dimensão

⁴ <https://religioepoder.org.br/artigo/iser-lanca-livro-digital-com-balanco-dos-ultimos-cinco-anos-de-pesquisas-sobre-religiao-e-eleicoes>

importante da disputa política nacional. Nos dois pleitos, a mobilização religiosa ultrapassou a identificação confessional das candidaturas e esteve presente em discursos, alianças com lideranças, participação em eventos religiosos, acionamento de símbolos e enquadramento de determinadas pautas políticas em linguagem moral e religiosa.

Em 2018, as identidades religiosas católica e evangélica foram intensamente acionadas, especialmente pela candidatura de Jair Bolsonaro, que combinou relações com lideranças e políticos cristãos com a mobilização de valores, símbolos e rituais religiosos. Sua campanha articulou temas como defesa da família, oposição ao aborto, críticas às agendas de gênero e sexualidade e combate ao que seus apoiadores identificavam como ameaça aos valores cristãos. Paralelamente, ele recebeu apoio de lideranças evangélicas de grande projeção pública, como Silas Malafaia, Magno Malta e Edir Macedo, e ampliou sua circulação em igrejas e eventos religiosos com gestos como seu batismo no Rio Jordão por Pastor Everaldo. Na reta final do segundo turno, essa aproximação aparecia também nas pesquisas, onde Bolsonaro alcançava 69% dos votos válidos entre os entrevistados evangélicos, enquanto Haddad registrava 31%.

Esse processo não significou homogeneidade no campo religioso. A eleição de 2018 também contou com mobilizações de atores católicos e evangélicos contrários ao bolsonarismo e com a atuação de grupos religiosos progressistas vinculados à defesa de direitos humanos, democracia e justiça social, que apoiavam Fernando Haddad. Ainda assim, foi o alinhamento entre o bolsonarismo e setores cristãos conservadores que ganhou maior visibilidade pública e passou a ocupar lugar central nas interpretações sobre religião e comportamento eleitoral.

Em 2022, essa relação foi intensamente disputada. Bolsonaro, já na condição de presidente e com vínculos consolidados com lideranças e organizações religiosas construídos ao longo do mandato, voltou a mobilizar fortemente referências cristãs e pautas morais, enquanto apoiadores religiosos apresentavam a eleição em termos de defesa da fé, da família e de valores cristãos. Nesse momento, foi a atuação de Michelle Bolsonaro que ganhou especial destaque, tanto por sua identidade religiosa evangélica quanto por sua capacidade de circular entre igrejas, lideranças e eleitoras cristãs, assumindo

papel mais visível na campanha do que em 2018. No lançamento da candidatura do seu marido, por exemplo, ela o apresentou como um “escolhido de Deus” e vinculou sua reeleição a um propósito religioso.

Ao mesmo tempo, a disputa pela representação religiosa não estava restrita ao campo bolsonarista. Lula buscou ampliar a interlocução com atores evangélicos, participando de encontros com lideranças religiosas e procurando responder à forte rejeição existente entre parcelas desse eleitorado, sobretudo entre as mulheres. Em setembro ele participou de encontro organizado pelo núcleo evangélico do PT e em outubro a campanha lançou a Carta aos Evangélicos que reafirmava seus compromissos com a liberdade religiosa. Isso fez com que aumentasse a visibilidade de movimentos de evangélicos progressistas e grupos cristãos que contestavam a associação entre identidade evangélica e apoio ao bolsonarismo como uma relação de causa e efeito, como as organizações da Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito, Bancada Evangélica Popular, Cristãos Contra o Fascismo, Novas Narrativas Evangélicas e a campanha Um Ato de Amor, liderada por Henrique Vieira.

Os dados sobre candidaturas também demonstram que essa disputa não se restringia ao campo conservador, embora houvesse uma clara assimetria. Entre as candidaturas com identidade religiosa identificadas pelo Iser em oito estados em 2022, 512 estavam filiadas a partidos de esquerda ou centro-esquerda. Entre elas havia católicos, cristãos, evangélicos e afrorreligiosos. No caso específico das candidaturas evangélicas, contudo, apenas 50 das 627 identificadas estavam nesses partidos, aproximadamente 8% do total.

Diante disso, as pesquisas eleitorais daquele pleito, como a da DataFolha, evidenciaram essas diferenças importantes entre segmentos religiosos, especialmente entre católicos e evangélicos, com 55% dos católicos apoiando Lula contra 38% Bolsonaro, enquanto Bolsonaro tinha 62% entre evangélicos contra 31% de Lula. No entanto, esses dados também reforçaram a necessidade de distinguir pertencimento religioso, mobilização política e comportamento eleitoral. A vantagem de Bolsonaro entre evangélicos e de Lula entre católicos não significava a existência de dois grupos internamente homogêneos, tampouco permitia concluir que a religião, isoladamente, explicava essas preferências.

Em 2026 observar-se duas dimensões importantes: 1) a consolidação de redes, alianças e repertórios de mobilização religiosa ligados ao bolsonarismo; e 2) a existência de uma disputa crescente sobre quem fala politicamente em nome dos cristãos e dos evangélicos em particular.

Pré-campanhas nas eleições de 2026

Desde o final de 2025 e o início de 2026, o candidato Flávio Bolsonaro passou a enfatizar publicamente sua própria identidade religiosa evangélica e ampliou sua presença em cultos e eventos religiosos. Participou de celebrações ligadas à Igreja Batista da Lagoinha e iniciou uma sequência de aproximações com grupos como a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Contudo, essa aproximação não significou uma transferência automática do apoio religioso recebido por Jair Bolsonaro. No início do ano, lideranças evangélicas que haviam apoiado o ex-presidente demonstravam preferência por uma eventual candidatura de Tarcísio de Freitas, como por exemplo, o pastor Silas Malafaia que chegou a questionar a competitividade de Flávio, enquanto Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, defendia uma chapa formada por Tarcísio e Michelle Bolsonaro.

Nos meses seguintes, Flávio avançou nessas articulações. Na Assembleia de Deus Ministério do Belém, ele foi ungido pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa, que realizou uma oração por sua eleição. Ao mesmo tempo, a retirada de Tarcísio da disputa presidencial levou parte das lideranças que o preferiam a se aproximar da candidatura do senador.

Entretanto, há uma fragmentação do campo evangélico conservador e um dos exemplos mais importantes é Ronaldo Caiado. Em março, o candidato do PSD recebeu o apoio do bispo Samuel Ferreira, liderança da Assembleia de Deus Ministério de Madureira, grupo que havia apoiado Jair Bolsonaro em 2022. Caiado também encarregou o deputado Otoni de Paula de organizar aproximações com lideranças e igrejas evangélicas fora de Goiás e participou de eventos como a conferência da Igreja Fonte da Vida, em São Paulo. Essas movimentações demonstram como “apoio evangélico” é, na prática, resultado de negociações

envolvendo igrejas, lideranças, políticos e projetos distintos e não uma relação de causa e efeito.

Lula também ampliou as iniciativas voltadas à interlocução com atores evangélicos. Em junho, o PT realizou seu quarto Encontro Nacional do Núcleo Evangélico e divulgou uma nova carta dirigida ao segmento, onde procurou associar a fé cristã a temas como democracia, justiça social, proteção de grupos vulneráveis, reforma agrária e enfrentamento da violência contra mulheres. Ao mesmo tempo, evitou temas que historicamente produzem maior tensão entre setores evangélicos e a esquerda, como aborto e direitos LGBTQIA+. O encontro contou com a presença de Janja, a atuação de parlamentares como Benedita da Silva, Eliziane Gama e Henrique Vieira. Nesse sentido, em vez de tratar o campo evangélico apenas a partir das lideranças denominacionais, Lula têm buscado ampliar a visibilidade de atores evangélicos que rejeitam a associação automática entre sua identidade religiosa e o bolsonarismo.

Dessa forma, a uma disputa que vem acontecendo ultrapassa a simples busca pelo “voto evangélico”, estando em jogo uma narrativa de quem possui legitimidade para representar politicamente os cristãos e quais agendas podem ser apresentadas como expressão de valores cristãos. Enquanto setores conservadores enfatizam historicamente temas relacionados à família, aborto, gênero e sexualidade, atores religiosos progressistas procuram associar sua fé a questões como desigualdade, fome, direitos humanos, democracia e justiça social.

O que o cenário eleitoral nos diz sobre a relação entre religião e eleições?

Ao fim do prazo do lançamento de candidaturas no dia 15 de agosto, foram apresentados ao TSE 13 pedidos de candidatura à Presidência. Embora essa quantidade de candidaturas seja elevada, as pesquisas divulgadas imediatamente antes do começo oficial da campanha indicavam uma competição bastante concentrada em Lula e Flávio Bolsonaro.

De acordo com a Quaest, uma pesquisa realizada entre 10 e 13 de agosto, entre entrevistados católicos, Lula registrava 47% das intenções de voto e Flávio Bolsonaro, 27%. Entre evangélicos, Flávio aparecia com 43% e Lula com 24%. A

margem de erro informada para esses segmentos era de três pontos percentuais entre católicos e quatro entre evangélicos.

Esses dados confirmavam até aquele momento a permanência de uma diferença importante de preferência eleitoral segundo pertencimento religioso, já observada em ciclos anteriores. Isso não significa que a religião determine o comportamento eleitoral ou que católicos e evangélicos constituam blocos homogêneos. As próprias categorias utilizadas nas pesquisas agregam experiências religiosas, denominações, níveis de participação institucional e perfis sociais bastante distintos. Além disso, pertencimento religioso, identidade religiosa, mobilização política da religião e voto são dimensões relacionadas, mas não equivalentes.

Nesse sentido, a vantagem de Flávio Bolsonaro entre evangélicos informa sobre a configuração atual da disputa, mas não explica como foi produzida, quais segmentos a sustentam ou se as alianças construídas em torno de Jair Bolsonaro serão integralmente transferidas para sua candidatura. Da mesma forma, a vantagem de Lula entre católicos não permite supor que exista uma mobilização eleitoral católica organizada em seu favor.

Considerações finais

A pré-campanha de 2026 sugere até o momento a continuidade do padrão visto nos dois últimos pleitos presidenciais. Apesar disso, as resistências iniciais a Flávio Bolsonaro, a busca de Ronaldo Caiado por alianças próprias e as iniciativas do PT junto a atores evangélicos mostram que essa representação permanece em disputa.

Portanto, será importante observar não apenas se essas articulações produzem mudanças nas intenções de voto, mas como a própria religião será mobilizada durante a campanha. Nesse sentido, nos próximos boletins, pretende-se observar quais lideranças irão declarar apoio às candidaturas, quais igrejas e eventos religiosos serão incorporados às agendas, quais símbolos e linguagens serão acionados, quais pautas serão apresentadas em chave religiosa e que atores conseguirão reivindicar publicamente a condição de representantes de segmentos cristãos.

Fim da escala 6x1: uma pauta trabalhista na polarização eleitoral de 2026

Tamyres Ravache Alves de Marco⁵

A campanha presidencial de 2026 apresenta como uma de suas principais características a permanência da polarização política que reorganizou o sistema político brasileiro desde, pelo menos, 2018. De acordo com essa hipótese, a disputa presidencial deste ano encontra-se novamente marcada por uma polarização que tem, de um lado, o campo liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato vinculado à defesa da democracia e de suas instituições, dos direitos sociais e da ampliação de políticas públicas; e, de outro, o campo liderado pelo senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, que representa a extrema direita, cujas principais agendas envolvem a defesa de menor intervenção estatal na economia, a valorização da iniciativa privada na prestação de serviços e críticas recorrentes a políticas de redistribuição de renda, além dos valores conservadores e de uma política externa subordinada aos EUA.

⁵ Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Nesta polarização, temas de interesse coletivo se tornaram instrumentos de disputas político-ideológicas. É nesse contexto que se insere o debate em torno do fim da escala de trabalho 6x1, regime em que a pessoa trabalha seis dias por semana e se folga um. Trata-se de um tema que vem mobilizando a sociedade brasileira de maneira ampla, visto que as discussões relacionadas ao trabalho e à proteção social alcançam uma parcela expressiva do eleitorado. Como já esperado, em uma polarização como esta que atravessa a política brasileira, uma pauta como essa necessariamente se torna objeto de disputa ideológica entre as forças democráticas – a favor de uma nova escala de trabalho chamada 5 x 2 – e a extrema-direita, contrária à mudança.

Assim, o presente texto vai analisar os programas de governo dos principais candidatos à presidente em 2026: Lula e Flávio Bolsonaro. A disputa em torno da pauta do fim da escala 6x1 expressa diferentes perspectivas sobre a democracia, o papel do Estado na economia, os direitos sociais, as relações de trabalho e as prioridades de cada projeto de governo aqui analisado, a saber, dos presidentes Lula e de Flávio Bolsonaro.

No programa de governo de Lula, a redução da jornada de trabalho aparece de forma explícita, com a defesa da jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial. Já no programa de governo de Flávio Bolsonaro, não há definição de uma nova jornada semanal nem uma determinação específica sobre a escala 6x1. O documento apresenta, contudo, uma orientação distinta para essa relação de trabalho, baseada na defesa do “negociado sobre o legislado”, isto é, na possibilidade de que trabalhadores e empresas estabeleçam diretamente as condições de trabalho, dentro dos limites da legislação. A forma como cada projeto aborda a questão evidencia concepções distintas sobre a atuação do Estado, a proteção coletiva dos trabalhadores e o grau de flexibilidade das relações de trabalho.

O programa de Lula

No campo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, o debate sobre o fim da escala 6x1 foi incorporado a uma agenda mais ampla de valorização do trabalho e de ampliação da proteção social. Essa orientação está presente não apenas nas

falas do presidente, como também em seu programa de governo, que estabelece o compromisso com o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial. Embora o documento não apresente necessariamente a expressão “fim da escala 6x1” como formulação central, a defesa de uma jornada menor se relaciona diretamente à discussão sobre a reorganização dos dias de trabalho e de descanso.

A forma como Lula enquadra a pauta evidencia uma concepção de trabalho que ultrapassa a esfera estritamente econômica e incorpora a proteção dos trabalhadores como dimensão da própria ação do Estado. Ao defender a redução da jornada sem redução salarial, o presidente associa a mudança às condições concretas de vida dos trabalhadores e à ampliação de direitos sociais. O programa vincula, portanto, a pauta do fim da 6 x 1 a uma concepção de democracia que não se limita às instituições políticas, mas também envolve a garantia de direitos e condições dignas de vida. Dessa maneira, a redução da jornada é apresentada como uma política capaz de ampliar o tempo destinado à família, ao descanso e ao lazer, deslocando o debate público para além do âmbito econômico e da relação entre produtividade, custos e remuneração.

Essa posição também se traduziu em iniciativa concreta do governo. A pauta deixou de ocupar apenas o campo discursivo e passou a integrar tanto a agenda política do governo quanto o processo formal de tramitação no Congresso Nacional. A tramitação avançou na Câmara e chegou ao Senado, onde passou a ser objeto de articulação política para que pudesse prosseguir. Em maio de 2026, a Câmara aprovou a proposta de redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, permitindo o avanço da matéria para o Senado.

A mobilização em torno da pauta do fim da escala 6 x 1 ganhou novo impulso em agosto, quando Lula retomou as articulações com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em busca de avanços na tramitação. Em 14 de agosto, após uma sequência de encontros entre os dois, Alcolumbre assinou o despacho que encaminhou a proposta às comissões do Senado, incluindo a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), destravando a tramitação da matéria na Casa. O movimento representou o destravamento da tramitação, mas não significa sua votação imediata, tampouco sua aprovação, permanecendo a matéria sujeita às etapas regimentais subsequentes.

O programa de Flávio Bolsonaro

No campo liderado por Flávio Bolsonaro, a discussão sobre o fim da escala 6x1 assume uma perspectiva distinta daquela apresentada pelo governo Lula. Seu programa de governo não estabelece uma nova jornada semanal e também não determina qualquer alteração específica na atual escala de trabalho. Em vez disso, ao tratar das relações de trabalho, o documento defende o princípio do “negociado sobre o legislado”, propondo que trabalhadores e empresas possam combinar diretamente as condições que melhor funcionem para ambos, dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Essa formulação desloca a centralidade do debate: sai regulação das relações de trabalho pelo Estado e entra a livre negociação entre as partes. Embora o programa de Flávio Bolsonaro apresente essa orientação sob o argumento de ampliar a autonomia de negociação entre trabalhadores e empresas, a proposta atribui maior centralidade à negociação direta em detrimento da definição de parâmetros gerais pelo Estado.

Essa perspectiva também se observa nas manifestações de Flávio Bolsonaro ao longo da pré-campanha. Embora formulada em termos de liberdade de escolha, tal proposta se insere em um contexto político e legal de assimetria própria da relação entre trabalhador e empregador. A possibilidade de negociar individualmente a quantidade de horas trabalhadas não ocorre entre sujeitos que ocupam posições equivalentes: de um lado, está o trabalhador, cuja renda depende da manutenção do vínculo de emprego e que está localizado em um mundo do trabalho fragmentado e em constante transformação; de outro, o empregador, que detém poder de direção sobre a organização do trabalho e que tem a seu favor as mudanças recentes na legislação aprovadas pela Reforma Trabalhista de Michel Temer.

Nesse sentido, a transferência da definição da jornada para a livre negociação entre as partes pode ser compreendida como uma redução da proteção coletiva sobre uma dimensão fundamental das relações de trabalho. Essa posição foi explicitada por Flávio em maio de 2026, quando defendeu uma alternativa baseada na remuneração por hora trabalhada, afirmando que a jornada deveria ser marcada por maior liberdade e flexibilidade.

A atuação do campo bolsonarista frente à pauta não se resumiu ao conteúdo programático de seu programa de governo. Em maio de 2026, Flávio apresentou aos parlamentares do PL uma alternativa à proposta de redução da jornada, baseada na remuneração por hora trabalhada. Posteriormente, em agosto, o coordenador de sua campanha, Rogério Marinho, defendeu que a discussão sobre o fim da escala 6x1 fosse realizada somente após as eleições e apresentou um modelo de “jornada flexível”, também baseado na negociação e na remuneração por hora trabalhada. Essas manifestações, embora não integrem o conteúdo literal do programa de governo, são relevantes para compreender a posição assumida pelo campo político de Flávio Bolsonaro diante da pauta durante a pré-campanha eleitoral de 2026.

Considerações Finais

A análise deste primeiro boletim evidencia que a polarização política nas eleições de 2026 vai além da disputa entre candidaturas e alcança pautas sociais diretamente relacionadas às condições de vida da população. No debate sobre o fim da escala 6x1, essa polarização se expressa em projetos distintos de governo: de um lado, a perspectiva defendida por Lula, que vincula a redução da jornada à ampliação de direitos, à proteção social e à atuação do Estado na garantia de condições mais dignas de trabalho; de outro, a perspectiva de Flávio Bolsonaro, centrada na flexibilização das relações trabalhistas, na ampliação da autonomia de negociação entre as partes, na preservação dos interesses empresariais e na redução da intervenção estatal.

A disputa em torno da 6x1 permite observar uma dimensão substantiva da polarização político-ideológica analisada neste boletim. Enquanto o campo lulista incorpora a pauta à defesa de direitos sociais e à ampliação das garantias coletivas dos trabalhadores, o campo bolsonarista desloca a questão para a esfera da liberdade individual, da flexibilização das relações de trabalho e da defesa de maior liberdade para que as empresas definam as condições de trabalho. A diferença não está apenas na solução proposta para a jornada, mas nas concepções de Estado, direitos, proteção social e desenvolvimento econômico que sustentam cada projeto.

O tema vem ganhando centralidade na eleição, a partir do protagonismo da esquerda e da campanha de Lula. Já a extrema-direita busca adiar essa discussão para depois da eleição. A disputa, portanto, passa a envolver não apenas o conteúdo da mudança na jornada, mas também o momento político de sua apreciação.

Fontes e Referências

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/05/28/apos-aprovacao-na-camara-senado-analisara-fim-da-escala-6x1>
<https://www.camara.leg.br/noticias/1263343-projeto-do-governo-reduz-jornada-semanal-para-40-horas-e-preve-dois-dias-de-descanso-remunerado>
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/05/19/flavio-bolsonaro-defende-remuneracao-por-hora-trabalhada-como-alternativa-ao-fim-da-escala-6x1.htm>
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/coordenador-de-flavio-bolsonaro-quer-discutir-fim-da-escala-6x1-so-apos-eleicao.shtml>
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/05/26/em-reuniao-no-senado-empregadores-propoe-discutir-6x1-depois-das-eleicoes>
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/08/14/alcolumbre-diz-que-senado-encaminhar-para-comissoes-fim-da-escala-6x1-pec-da-seguranca.ghtml>
<https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/flavio-deixa-fim-da-escala-6-x-1-fora-do-plano-de-governo/>
<https://veja.abril.com.br/politica/alcolumbre-assina-despacho-de-pecs-do-fim-da-escala-6x1-e-da-seguranca-publica-para-comissoes/>
<https://www.poder360.com.br/editorial-do-poder360/reducao-da-jornada-exige-flexibilidade-nao-rigidez-constitucional/>
<https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/FLAVIO-BOLSONARO-PARA-O-BRASIL-VENCER-O-ATRASSO-1-1.pdf>
<https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/Programa-de-Governo-LULA-13.pdf>

Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026

Thaís Climaco Cavalcante⁶

O presente boletim investiga a polarização em torno das instituições nas campanhas eleitorais de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A hipótese que norteia o trabalho é a de que a polarização do pleito de 2026 se manifestará, em grande medida, em torno do posicionamento dos candidatos sobre as instituições democráticas. Identificam-se duas estratégias distintas: 1) a defesa das instituições e do Supremo Tribunal Federal (STF), por parte do presidente Lula; e 2) o ataque e a tentativa de descredibilização do STF e do processo eleitoral, por parte do candidato de oposição Flávio Bolsonaro.

⁶ Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFRRJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

Aspectos da polarização em torno das instituições, nas eleições de 2026

Nos discursos públicos de Lula, tem-se uma ampla defesa do judiciário. Essa posição responde a um ambiente marcado pelas críticas recorrentes da extrema direita ao STF. O presidente Lula é o alvo final das tentativas de descredibilização do poder judiciário.

Ao longo do ano de 2026, Lula fez afirmações sobre a importância e a independência do judiciário, endossando a atuação do STF sobretudo na punição de agentes de ataques à democracia. Durante a abertura do ano do Poder Judiciário, o presidente reconheceu também a importância do processo eleitoral, rebatendo as críticas da extrema direita às urnas.

Flávio Bolsonaro tem sido combativo contra o STF em geral e o ministro Alexandre de Moraes em particular. As críticas por vezes se confundem com a defesa dos interesses políticos da família Bolsonaro. Os questionamentos do campo da extrema direita à condenação pelo ato antidemocrático de 8 de janeiro de 2023 obtiveram resultado parcial para o campo da extrema direita: a promulgação da lei da dosimetria. Promulgada em 08 de maio de 2026 pelo presidente do Congresso Nacional - o senador Davi Alcolumbre -, a lei abriu brechas para a redução de penas dos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

A lei da dosimetria havia sido vetada pelo presidente Lula em janeiro, mas teve o veto derrubado. Esta pode ser considerada uma vitória parcial da extrema direita, pois Flávio Bolsonaro permanece defendendo ampla e irrestrita anistia aos condenados, e a liberdade efetiva de Jair Bolsonaro.

Os ataques de Flávio Bolsonaro não se limitaram apenas ao STF. No dia 21 de julho, o candidato questionou ainda a procedência da fabricação das urnas eletrônicas, levantando diversas teorias da conspiração. Após o episódio, o próprio TSE desmentiu as especulações do candidato do PL.

Estas contestações, direcionadas especificamente ao TSE, poderiam se escalar ao longo da campanha, mas sofreram um freio: no dia 02 de agosto, Flávio fez um recuo inesperado dizendo que vai aceitar o resultado das urnas.

Já o presidente Lula defendeu o sistema eletrônico de votação no cenário da política externa. Durante uma conversa no G7, o presidente fez um apelo para

que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende o uso do sistema eletrônico de votação a outros países.

Na política externa, Flávio Bolsonaro protagoniza a articulação de alianças ofensivas ao STF, às urnas, e ao governo de Lula. O presidente argentino Javier Milei, que esteve presente na oficialização da candidatura de Flávio Bolsonaro, teceu críticas ao STF na figura do ministro Alexandre de Moraes por ter negado sua visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com isso, o candidato do PL tem aprofundado a articulação de ataques às instituições brasileiras junto à Donald Trump, que tornou-se forte crítico ao STF. Ainda, com relação à política monetária, destaca-se o pedido de intervenção de Trump, que constitui estratégia de enfraquecimento de Lula nas eleições.

Segundo o G1, Flávio solicita postergar o tarifaço por um prazo de 180 dias, ou seja, para depois das eleições, sob o argumento de que as taxas dariam vantagem política para o atual governo. Dessa maneira, o candidato do PL abre um apelo sem precedentes na história: um pedido de negociação de tarifas ao Brasil em função de uma estratégia eleitoral própria.

A tríade formada por Donald Trump, Flávio Bolsonaro e Javier Milei constitui uma estratégia mais ampla do candidato do PL na política internacional, na qual o candidato procura se consolidar como líder da extrema direita da América Latina. Essas alianças têm em comum uma estratégia eleitoral, que passa sobretudo pelo ataque ao judiciário brasileiro, na figura do STF.

Os fatos esboçados indicam que as forças políticas polarizadas procuraram formas de organização em torno da defesa ou do ataque direto às instituições no período eleitoral. Esse quadro confere centralidade ao debate institucional ao longo desta disputa presidencial.

Para organizar os fatos identificados ao longo do ano, foi desenvolvido um quadro analítico sobre a credibilidade institucional nas candidaturas chave do pleito de 2026.

Credibilidade institucional no período pré-eleitoral

O quadro mostra as principais dimensões discursivas identificadas ao longo de 2026 referente às diferenças de posicionamento sobre instituições, considerando declarações públicas de Lula e Flávio Bolsonaro.

Dimensão	Lula (PT)	Flávio Bolsonaro (PL)
Polarização em torno das instituições	Defesa do STF e da independência do judiciário	Questionamento e descrédibilização do STF, com discurso ambíguo sobre as urnas eletrônicas e TSE
Instituição-alvo	Ênfase na defesa do STF e do processo eleitoral	STF (em particular o ministro Alexandre de Moraes) e sistema eletrônico de votação
Discurso central	Defende a independência e harmonia entre os poderes; validade do processo eleitoral; importância dos julgamentos dos atos de 8 de janeiro de 2023	Alega ilegitimidade das decisões judiciais contra Jair Bolsonaro; alegação de perseguição política
Arena de atuação	Política interna (discursos institucionais, como na abertura do ano do Judiciário) Política externa: discurso na ONU em defesa do sistema eletrônico de votação	Combinação de política interna e articulação com política externa (aliança com Milei e articulação com Trump e o governo norte-americano)
Estratégia eleitoral	Consolidar-se como defensor da democracia e da institucionalidade e com isso, se projetar nas eleições	Consolidar-se como liderança chave da extrema direita na América Latina e com isso, se projetar nas eleições

Fonte: Elaboração própria com base nas reportagens e declarações analisadas pelo Boletim.

Conclusão

Neste primeiro boletim, foram diagnosticadas divergências em torno do Poder Judiciário, sobretudo do Supremo Tribunal Federal. Até o momento, a polarização não decorre apenas da construção de interpretações distintas sobre o papel, a legitimidade e os limites de atuação das instituições brasileiras, mas advém das estratégias de competição direta entre Lula e Flávio Bolsonaro.

Os eventos do período pré-eleitoral indicam, portanto, que o judiciário tende a permanecer como uma das arenas centrais da disputa presidencial. O monitoramento das candidaturas permitirá avaliar se a polarização institucional se intensificará, e se contribuirá para organizar a competição eleitoral no nível nacional.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Davi Alcolumbre promulga Lei da Dosimetria.** Senado Notícias, Brasília, DF, 8 maio 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/05/08/davi-alcolumbre-promulga-lei-da-dosimetria>. Acesso em: 26 ago. 2026.

AGÊNCIA SENADO. **Veto de Lula à redução de penas por atos antidemocráticos divide governo e oposição.** Senado Notícias, Brasília, DF, 9 jan. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/01/09/veto-de-lula-a-reducao-de-penas-por-atos-antidemocraticos-divide-governo-e-oposicao>. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRITO, Ricardo. **Lula defende atuação do STF em defesa do processo eleitoral e diz que corte não buscou protagonismo.** UOL, 2 fev. 2026. Reuters. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/02/02/lula-defende-atuacao-do-stf-em-defesa-do-processo-eleitoral-e-diz-que-corte-nao-buscou-protagonismo.htm>. Acesso em: 26 ago. 2026.

FIDALGO, Gabriel. **Trump mantém emergência nacional sobre o Brasil e cita ações do STF como justificativa.** Gazeta do Povo, 28 jul. 2026. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/cafe-com-a-gazeta/trump-mantem-emergencia-nacional-sobre-o-brasil-e-cita-acoes-do-stf-como-justificativa/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

GALF, Renata. **Flávio Bolsonaro diz que vai aceitar resultado das urnas e que TSE é diferente de 2022.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 2 ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/flavio-bolsonaro-diz-que-vai-aceitar-resultado-das-urnas-e-que-tse-e-diferente-de-2022.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2026.

MAURO FILHO, Luis. **Milei chama Moraes de “lixo careca” em convenção do PL.** Brasil 247, 25 jul. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/milei-chama-moraes-de-lixo-careca-em-convencao-do-pl/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

LUCAS, John. **Lula defende que ONU recomende urnas eletrônicas e fala em possível 4ª eleição pelo sistema.** *Gazeta do Povo*, 17 jun. 2026. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/lula-defende-que-onu-recomende-urnas-eletronicas-e-fala-em-possivel-4a-eleicao-pelo-sistema/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

OLIVEIRA, Isegun. **Governo vê alinhamento entre Trump, Milei e Flávio Bolsonaro para impulsionar extrema direita na América Latina.** Brasil de Fato, Brasília, DF, 28 jul. 2026. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/07/28/governo-ve-alinhamento-entre-trump-milei-e-flavio-bolsonaro-para-impulsionar-extrema-direita-na-america-latina/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

REDAÇÃO BRASIL 247. **Pedro Serrano: Lula é o alvo final do ataque ao STF.** Brasil 247, 10 mar. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/pedro-serrano-lula-e-o-alvo-final-do-ataque-ao-stf/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

RICHTER, André. **PT aciona TSE contra Flávio Bolsonaro sobre urnas eletrônicas.** Brasil de Fato, 22 jul. 2026. Agência Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/07/22/pt-aciona-tse-contr-flavio-bolsonaro-sobre-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

Histórico e Movimentações da Pré-Campanha Presidencial de 2026

Ariene Castilho⁷

A eleição presidencial de 2026 chega ao início oficial da campanha após um período de intensa movimentação política e meses de articulações intensas. Entre alianças partidárias, rachas internos e a montagem das redes digitais, o cenário até aqui se desenhou em torno de movimentos bem específicos. O cenário presidencial de 2026 não se estruturou a partir do início da propaganda eleitoral; o processo vem sendo desenhado ao longo dos últimos meses. A reorganização do quadro político foi marcada pela decisão de Luiz Inácio Lula da Silva de disputar um novo mandato, pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro e pela escolha de Flávio Bolsonaro como candidato pelo PL. Em paralelo, nomes como Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) mantiveram candidaturas próprias, enquanto novos atores buscaram espaço fora da polarização tradicional. A etapa de pré-campanha revelou ainda a disputa intensa pela audiência nos ambientes digitais, pela articulação de palanques estaduais e pela definição das diretrizes de comunicação para o rádio, a televisão e a internet.

⁷ Ariene Castilho é mestranda em Ciências Sociais (UFRRJ)

Da pré-campanha à definição do cenário presidencial

O calendário eleitoral concentrou entre 20 de julho e 5 de agosto o período das convenções partidárias, etapa que antecede o prazo final de registro de candidaturas em 15 de agosto e o início da propaganda no dia 16. Nesse intervalo, o PT formalizou a chapa de Lula à reeleição ao lado de Geraldo Alckmin (PSB), em evento realizado no dia 2 de agosto em São Paulo. A articulação do bloco governista, no entanto, já havia ganhado tração no dia 20 de julho, quando o PDT aprovou a adesão oficial ao projeto. A direção pedetista justificou a decisão como um movimento de convergência do campo progressista e de centro-esquerda, alinhado à estratégia do PT de estruturar palanques estaduais além do seu núcleo partidário original.

No campo bolsonarista, a definição ocorreu em condições distintas. Com Jair Bolsonaro impossibilitado de disputar a eleição, o PL oficializou Flávio Bolsonaro como candidato presidencial em sua convenção nacional, realizada em São Paulo em 25 de julho. A escolha representa a tentativa de transferir para seu filho mais velho a representação eleitoral do bolsonarismo.

A convenção do PL teve forte caráter de continuidade do legado de Jair Bolsonaro. Foram exibidos vídeos de familiares do candidato e utilizada uma representação produzida por inteligência artificial do ex-presidente. O material deixou explícito que se tratava de uma simulação de imagem e voz, produzida em razão das restrições impostas a Jair Bolsonaro. A escolha de Flávio, portanto, apresenta uma característica central da eleição de 2026: o bolsonarismo disputa a Presidência sem Jair Bolsonaro como candidato, mas procura transferir sua identidade política, sua base eleitoral e seus símbolos para um sucessor familiar.

A candidatura de Flávio Bolsonaro apresenta-se como uma tentativa de preservar a identidade política construída pelo bolsonarismo desde 2018. A própria convenção do PL foi organizada para reforçar essa continuidade. O presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, atribuiu a Jair Bolsonaro papel central no crescimento da legenda e apresentou Flávio como escolhido para conduzir o projeto político. A estratégia também aparece na construção simbólica da campanha. A estreia da campanha em Copacabana no dia 16 resgata o histórico do bairro como principal ponto de encontro da militância

bolsonarista. O roteiro também inclui paradas estratégicas como Juiz de Fora, marcada pelo esfaqueamento de 2018.

A tática pode ser interpretada como uma tentativa de transformar memória política em capital eleitoral. Em vez de apresentar Flávio apenas como um candidato novo, a campanha procura associá-lo à trajetória do pai e ao movimento político formado em torno do bolsonarismo. A questão que deverá ser acompanhada durante a campanha é se essa estratégia será suficiente para transferir a identificação política construída por Jair Bolsonaro para Flávio ou se produzirá uma dependência excessiva da imagem do ex-presidente. Um dos principais problemas estratégicos do campo bolsonarista em 2026 é preservar a identidade do movimento sem contar com a presença de seu principal líder na disputa eleitoral.

Lula disputa a eleição na condição de presidente em exercício e procura transformar a própria experiência de governo em ativo eleitoral. Segundo informações sobre os preparativos da campanha, o presidente vem participando diretamente das articulações políticas, gravações para candidatos aliados e construção de alianças estaduais. A campanha utiliza o slogan “O Brasil Pronto pra Mais”, procurando associar a candidatura à continuidade do governo e à perspectiva de um novo mandato. A escolha de São Bernardo do Campo para o lançamento oficial, realizado em 16 de agosto, possui forte conteúdo simbólico. O Estádio 1º de Maio está associado às greves do ABC dos anos 1970 e à trajetória sindical e política de Lula.

A escolha do local permite observar uma estratégia semelhante à adotada pelo PL, embora com conteúdo político distinto: ambas as candidaturas procuram iniciar a campanha em territórios que condensam a memória e a identidade de suas respectivas bases. No caso de Lula, São Bernardo remete à origem do líder sindical e fundador do PT. No caso de Flávio, Copacabana remete às grandes manifestações de apoio ao bolsonarismo. Assim, os dois principais polos chegam à campanha oficial utilizando não apenas propostas de governo, mas também identidades políticas construídas ao longo de décadas e reforçadas nas últimas eleições presidenciais.

A centralidade da disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro não anula a presença de outras candidaturas no quadro oficial. Nomes como Ronaldo Caiado

(PSD) e Renan Santos (Missão), com 4% cada, e Romeu Zema (Novo), com 2%, buscam espaço próprio, embora a preferência do eleitorado permaneça concentrada nos dois principais polos.

O levantamento da Genial/Quaest de 14 de agosto indicava um cenário de maior acirramento na transição para a propaganda oficial. No primeiro turno, a vantagem era de 38% a 31% a favor de Lula. Contudo, na simulação de segundo turno, a diferença encolheu de cinco para três pontos percentuais em relação ao levantamento de 5 de agosto, chegando a 43% contra 40%, resultado que configura empate técnico, considerando a margem de erro de dois pontos percentuais.

Soma-se a isso o patamar elevado de rejeição de lado a lado: 52% das pessoas entrevistadas declaravam não votar em Lula sob nenhuma hipótese, enquanto 54% expressam a mesma resistência a Flávio Bolsonaro. As rodadas seguintes permitirão avaliar se a aproximação das intenções de voto indicava uma tendência contínua ou apenas variação amostral. A pré-campanha de 2026 demonstra que a competição eleitoral ocorre simultaneamente no espaço institucional e no ambiente digital.

Levantamento publicado em agosto identificou crescimento do uso de impulsionamento pago por PT e PL. Entre maio e o início de agosto, o PT teria investido aproximadamente R\$ 2,3 milhões em conteúdos relacionados à promoção do governo Lula, enquanto o PL teria investido cerca de R\$ 835,5 mil em conteúdos críticos ao presidente e associados a crimes e escândalos. O dado é relevante porque demonstra que os partidos já estavam utilizando as plataformas digitais para construir vantagem comunicacional antes do início oficial da campanha.

Outro elemento relevante da pré-campanha foi a aproximação entre Flávio Bolsonaro e Javier Milei. O presidente argentino participou da convenção nacional do PL que oficializou a candidatura de Flávio e discursou no evento. Entretanto, levantamento sobre o ambiente digital revelou que a repercussão da crise diplomática entre Milei e Lula acabou superando, nas redes sociais, a repercussão do próprio apoio de Milei a Flávio. Entre 5 e 11 de agosto, Lula teve 2,5 vezes mais menções e quase quatro vezes mais impressões do que Flávio no conjunto analisado. O levantamento identificou que, especificamente em

impressões, Lula alcançou cerca de 3,98 vezes o volume registrado por Flávio no período.

O episódio demonstra que apoios internacionais podem produzir efeitos ambivalentes. Para o campo bolsonarista, a proximidade com Milei pode reforçar a identidade ideológica de Flávio perante setores conservadores. Porém, a associação também pode introduzir novos temas na campanha, como política externa, soberania nacional e relações entre governos.

A questão deverá ser acompanhada durante a campanha oficial: se a dimensão internacional será utilizada como instrumento de diferenciação ideológica ou se poderá gerar custos eleitorais. Outro episódio importante ocorreu na véspera do registro das candidaturas. O sistema da Justiça Eleitoral registrou uma filiação de Flávio Bolsonaro ao partido Missão, legenda que possui outro candidato à Presidência. O episódio impediu inicialmente o registro da candidatura pelo PL e provocou acusações de fraude. Flávio classificou o caso como uma “armação”, enquanto o TSE negou ter havido invasão do sistema e informou que a filiação havia sido cadastrada por representante do partido Missão. O partido, por sua vez, também afirmou ter sido vítima de uma tentativa de fraude e comunicou o caso à Polícia Federal e à Justiça Eleitoral. Posteriormente, a situação eleitoral foi regularizada e Flávio registrou sua candidatura pelo PL. O episódio merece acompanhamento porque reúne três dimensões importantes da eleição de 2026: disputa política, segurança dos sistemas eleitorais e produção de narrativas sobre fraude.

Com o início oficial da campanha já ocorrido, o cenário político à direita ganhou um novo elemento com a entrada de Pablo Marçal na disputa pela Presidência da República. Em 15 de agosto, véspera da liberação da propaganda eleitoral, o PRTB formalizou o registro de sua candidatura. O movimento foi viabilizado por uma liminar da Justiça Eleitoral que validou a refiliação do pré-candidato ao partido com data retroativa a 4 de abril, prazo limite previsto na legislação.

O caso atraiu atenção devido à situação jurídica de Marçal, que permanece inelegível em razão da condenação eleitoral pelo TRE-SP por uso indevido dos meios de comunicação durante a campanha de 2024. Diante disso, o registro da candidatura não significa, por si só, que ela esteja definitivamente deferida pela

Justiça Eleitoral, mantendo-se a candidatura sujeita à análise do Tribunal e a eventuais decisões que venham a reverter ou suspender as sanções em vigor.

A partir de 16 de agosto, a propaganda eleitoral passou a ser permitida oficialmente nas ruas e na internet. O TSE estabelece que a propaganda pode ser realizada em sites, redes sociais, aplicativos de mensagens e outras plataformas, respeitadas as regras eleitorais.

Considerações finais

O período de pré-campanha de 2026 foi marcado por uma reorganização da disputa presidencial em torno de dois polos principais, sem eliminar a existência de candidaturas alternativas. Lula chega à campanha oficial buscando transformar a condição de presidente, a avaliação de seu governo, sua trajetória política e sua capacidade de formar alianças em uma candidatura de continuidade.

Flávio Bolsonaro procura transformar a liderança e a identidade política construídas por Jair Bolsonaro em uma candidatura presidencial própria. A estratégia combina continuidade familiar, mobilização da base conservadora, aproximação com lideranças internacionais e tentativa de unificação do campo da direita.

Entre esses polos, candidatos como Caiado, Zema e Renan Santos procuram ocupar espaços próprios, mas chegam ao início oficial da campanha com percentuais menores nas pesquisas. A pré-campanha também revelou que a disputa não acontece exclusivamente no campo eleitoral tradicional. Redes sociais, impulsionamento, produção de conteúdo, alianças estaduais, pesquisas de opinião e acontecimentos institucionais passaram a compor uma mesma arena de competição.

A pesquisa Genial/Quaest divulgada em 14 de agosto apontava Lula com 38% e Flávio Bolsonaro com 31% no primeiro turno, enquanto, no segundo turno, os dois apareciam tecnicamente empatados, com 43% e 40%, respectivamente. Entretanto, uma nova pesquisa BTG/Nexus, divulgada em 17 de agosto e realizada entre os dias 14 e 16, apresentou Lula com 41% e Flávio com 36% no primeiro turno; no segundo turno, Lula apareceu com 47% contra 44% de Flávio,

também em empate técnico. Como o trabalho de campo da BTG/Nexus atravessou o período do registro da candidatura de Pablo Marçal, mas teve início antes dele, seus resultados ainda não permitem dimensionar de forma isolada o impacto da entrada de Marçal na disputa. A evolução de seu desempenho deverá ser acompanhada nas próximas pesquisas.

Referências

- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral.** Eleições 2026: propaganda eleitoral começa neste domingo (16). Brasília, DF, 14 ago. 2026. Disponível em: Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em: 15 ago. 2026.
- AGÊNCIA BRASIL.** Flávio Bolsonaro oficializa candidatura à Presidência em evento do PL. Brasília, DF, 25 jul. 2026. Disponível em: Agência Brasil. Acesso em: 15 ago. 2026.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES.** PT oficializa Lula e Alckmin para a disputa presidencial de 2026. São Paulo, 2 ago. 2026. Disponível em: Partido dos Trabalhadores. Acesso em: 15 ago. 2026.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA.** PDT oficializa apoio à reeleição de Lula em defesa da democracia. Brasília, DF, 20 jul. 2026. Disponível em: Partido Democrático Trabalhista. Acesso em: 15 ago. 2026.
- CNN BRASIL.** Convenção do PL oficializa Flávio Bolsonaro como candidato à Presidência. São Paulo, 25 jul. 2026. Disponível em: CNN Brasil. Acesso em: 15 ago. 2026.
- UOL.** Quem subiu e quem caiu na nova pesquisa Quaest para presidente. São Paulo, 14 ago. 2026. Disponível em: UOL Notícias. Acesso em: 15 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO.** Lula mira jovens, e campanha deve destacar Janja após esquecer mulheres em convenção. Folha de S.Paulo, São Paulo, 15 ago. 2026. Disponível em: Folha de S.Paulo. Acesso em: 15 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO.** PT patrocina posts enaltecendo governo, e PL impulsiona conteúdo para desgastar Lula. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 ago. 2026. Disponível em: Folha de S.Paulo. Acesso em: 15 ago. 2026.
- AGÊNCIA ESTADO.** Datafolha: Lula tem 50% das intenções de voto entre mulheres e Flávio, 40%, no 2º turno. UOL Notícias, São Paulo, 28 jul. 2026. Disponível em: UOL Notícias. Acesso em: 15 ago. 2026.
- UOL.** Nunes Marques cancela filiação de Flávio no Missão e determina volta ao PL. UOL Notícias, São Paulo, 13 ago. 2026. Disponível em: UOL Notícias. Acesso em: 15 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO.** Sombra de Bolsonaro e Milei refletem isolamento de Flávio. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 jul. 2026. Disponível em: Folha de S.Paulo. Acesso em: 15 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO.** Milei chama Alexandre de Moraes de "lixo careca" em evento de Flávio Bolsonaro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 jul. 2026. Disponível em: Folha de S.Paulo. Acesso em: 15 ago. 2026.
- UOL.** PRTB lança Pablo Marçal, que está inelegível, como candidato à Presidência. UOL Eleições, São Paulo, 15 ago. 2026. Disponível em: UOL Notícias. Acesso em: 16 ago. 2026.
- GENIAL/QUAEST.** Pesquisa eleitoral nacional - agosto de 2026. Divulgação em 14 de agosto de 2026. Levantamento realizado entre 10 e 13 de agosto de 2026, com 2.004 entrevistados.

Lideranças evangélicas não alinhadas

Eduardo Borges Frascino⁸

Este boletim teve como objetivo principal observar as principais movimentações de lideranças evangélicas relevantes, durante o período de pré-campanha das eleições de 2026, que reivindicam um não alinhamento político-eleitoral imediato ao lulismo e ao bolsonarismo; o que estamos nomeando como *lideranças evangélicas não alinhadas*.

A hipótese que orienta este boletim é que está em movimento a construção de um campo político, por parte de lideranças evangélicas, que buscam se distanciar do bolsonarismo e esse movimento pode se apresentar como uma novidade para as eleições de 2026; o que não significa uma imediata adesão ao lulismo por simples oposição, mas um apoio circunstancial que visa atingir objetivos políticos específicos que colaborem na construção de um campo político não alinhado.

⁸ Eduardo Borges Frascino é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRJ e graduado em Ciências Sociais pela UFRJ.

Liderança evangélica na câmara dos deputados e o racha na frente parlamentar evangélica

Dados do ISER⁹ mostram que 14,81% dos deputados e deputadas eleitas em 2022 se identificam como evangélicos(as), ou seja, 76 dos 513 parlamentares em atividade na Câmara dos Deputados; um número que não deve ser tomado como irrelevante. A frente parlamentar que se apresenta como representante legítima dos interesses dos setores evangélicos na Câmara dos Deputados é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE); sabe-se que Bancada Evangélica (BE) e FPE não são sinônimos, há diferenças importantes entre as quais destaco: enquanto a BE é informal, a FPE é formalizada; a FPE precisa da assinatura de 1/3 dos parlamentares para ser criada, um estatuto e um representante que será o responsável pela frente parlamentar perante a Casa Legislativa, a BE não se organiza mediante apoio de outros parlamentares, frentes parlamentares ou bancadas para sua promover atuação, ela é informal, contudo organizada; a BE possui um campo de atuação mais amplo e reúne um número maior de parlamentares. Isso faz com que ela abarque diferentes pautas e agendas, ainda que boa parte dos debates se organize em torno de um grande eixo temático ligado aos interesses e valores defendidos pelo segmento evangélico.

Já a FPE é uma associação de parlamentares formalizada na qual a BE pode atuar, através do controle político sobre a indicação do nome que será o representante responsável – o presidente da frente parlamentar –, para aperfeiçoar a legislação federal voltada a setores específicos da sociedade, ou seja, a FPE pode ser lida como uma ferramenta política da BE para solidificar-se na estrutura institucional como a legítima representante dos setores evangélicos ao redor de um grande eixo temático – em nossa leitura – do conservadorismo religioso. A seguir o gráfico que desenha a distribuição partidária dos signatários da FPE para a 57ª Legislatura.

⁹Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Iser (2023).¹⁰

A partir da eleição para presidente da FPE, em 2025, observou-se, por parte de setores da imprensa, uma divisão interna, um racha na liderança dessa frente pela orientação política da FPE e sua relação com o governo executivo¹¹. Os principais nomes da disputa foram os deputados Otoni de Paula (PSD/RJ) e Gilberto Nascimento (PODE/SP); representando respectivamente a defesa de uma maior aproximação e diálogo programático da FPE com governo executivo e a oposição por aderência ideológica e política ao bolsonarismo. O deputado Gilberto Nascimento venceu o deputado Otoni de Paula por 117 votos contra 61. Porém, o simples fato de a votação ter acontecido já é em si um dado muito interessante, pois sugere existir uma disputa política cujos desdobramentos podem ir muito além das divergências políticas pontuais e conflitos entre interesses pessoais que envolvam a liderança e os setores evangélicos. Isso pode ser caracterizado porque, em todas as outras eleições para presidente da FPE, a escolha se deu de forma consensual, sem votação, através da retirada voluntária

¹⁰ Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1PHKg_hQ5imp81SYcyVevSCdH3PNj1u30SMpEiYOK1y8/edit?gid=529573698#gid=529573698

¹¹ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/106566/gilberto-nascimento-e-eleito-presidente-da-bancada-evangelica>
<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/isabel-mega/politica/rachada-bancada-evangelica-tenta-manter-tradicao-para-escolha-de-lider/>

dos candidatos em disputa, em nome de projetar, para fora da FPE, uma imagem de coesão interna da liderança e setores evangélicos ali representados e mediante acordos para organizar o revezamento entre os líderes no exercício da presidência da FPE.

A movimentação de algumas lideranças evangélicas não alinhadas durante a pré-campanha

Tendo em vista nossa hipótese, já descrita anteriormente, a liderança evangélica mais proeminente e vocal durante o período de pré-campanha, em âmbito nacional, foi o deputado federal pelo Rio de Janeiro Otoni de Paula (PSD/RJ). Anteriormente um contundente defensor e aliado do governo Bolsonaro, hoje, o deputado Otoni de Paula, atua para a composição de um campo político, que tem como seu efeito eleitoral mais visível uma possível associação com o enfraquecimento da candidatura de Flávio Bolsonaro (PL/RJ) entre os eleitores evangélicos; obviamente associado ao caso Master e outros que causaram forte impacto na pré-campanha. Seu afastamento do bolsonarismo se deu a princípio em razão do não apoio de Jair Bolsonaro à sua pré-candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro em 2024, com a opção do bolsonarismo pelo então deputado federal Alexandre Ramagem; seguido pelo não apoio e oposição à sua candidatura para a presidência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2025, com sua derrota para o deputado Gilberto Nascimento (PSD/SP).

Vale ressaltar que Otoni de Paula recebeu 61 dos 183 votos nesta disputa; o que demonstra que apesar de não chegar ter chegado a metade dos votos; sua votação não foi nem um pouco desprezível, podemos entender que sua posição enquanto liderança evangélica no parlamento e na FPE também não é. A partir dessas divergências com Jair Bolsonaro e com lideranças bolsonaristas, e, obviamente, ao ver seus próprios objetivos políticos serem preteridos, o deputado Otoni de Paula iniciou seu movimento de afastamento do bolsonarismo, a promoção de uma direita não bolsonarista e sua campanha para alterar a imagem de Jair Bolsonaro, e conseqüentemente de sua família - com a exceção de Michelle Bolsonaro - de aliados da igreja evangélica na esfera política para políticos que fizeram uso "do povo de Deus como massa de manobra

eleitoral”¹² para alcançar seus objetivos. Dentre os movimentos que caracterizam esse processo de afastamento do campo bolsonarista para a criação de um outro campo político destaco:

1. Aproximação do governo Lula 3

1.1. O deputado se encontrou com o presidente Lula e orou por ele, num claro movimento de aproximação ao governo e do governo Lula em relação aos evangélicos¹³;

1.2. Propôs que a direita apoie Lula caso o cenário de segundo entre Lula e Flávio Bolsonaro se concretize¹⁴;

1.3. Fez uma espécie de alerta para a pré-campanha do presidente Lula a respeito da repercussão negativa entre evangélicos e conservadores motivado pelo seu comparecimento ao desfile de carnaval da escola de samba Acadêmicos de Niterói, em sua homenagem. Para o deputado a ala com a sátira à família conservadora “neoconservadores em conserva” foi vinculada à imagem do presidente Lula, o que poderia lhe custar votos de evangélicos e conservadores não bolsonaristas¹⁵;

2. Afastamento do bolsonarismo:

2.1. A responsabilização da “direita bolsonarista” pela transformação do Rio de Janeiro em um “narcoestado” em face da atual crise política e de segurança pública no estado do Rio de Janeiro¹⁶;

2.2. Qualificou Flávio Bolsonaro como “evangélico fake”¹⁷;

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2026/08/otoni-de-paula-desafia-bolsonarismo-ao-defender-voto-em-lula.shtml>

¹³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-publica-video-orando-com-otoni-de-paula-evangelico-e-ex-bolsonarista/>

¹⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gustavo-uribe/politica/em-segundo-turno-com-flavio-deputado-evangelico-defende-direita-com-lula/>

¹⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/otoni-de-paula-revolta-com-desfile-sobre-lula-nao-e-so-bolsonarista/>

¹⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd7jzxvzd4o>

¹⁷ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119566/otoni-de-paula-diz-que-caiado-e-o-suprassumo-da-direita-brasileira>

2.3. Manifestação de apoio à Michele Bolsonaro (PL) e Damares Alves (REPUBLICANOS) e críticas à Jair e Flávio Bolsonaro, no episódio da crise entre Michele e Flávio Bolsonaro¹⁸;

3. **Articulação de um campo político conservador não bolsonarista:**

3.1. Defende e voto no primeiro turno em Ronaldo Caiado entre outras razões por sua visão liberal na economia e por ser uma “direita raiz”, o pode ser interpretado como uma direita não bolsonarista¹⁹;

3.2. A defesa de que a igreja evangélica não deve se aliar à uma ideologia política “*a igreja não é de Lula; não é de Bolsonaro*”²⁰.

3.3. atua na campanha de Ronaldo Caiado (PSD/GO) como articulador com os evangélicos²¹;

Outras lideranças evangélicas também fizeram movimentações que sugerem um não alinhamento com o bolsonarismo. O bispo Samuel Ferreira, presidente da Convenção Nacional da Assembleias de Deus – Ministério Madureira (CONAMAD), declarou apoio à candidatura de Ronaldo Caiado. Contudo, deputados ligados a CONAMAD, mudaram de partido, como Cezinha de Madureira, por exemplo, que deixou PSD e se filiou ao PL. O bispo Samuel Ferreira ainda teve participação na articulação do nome de Jorge Messias para o STF. O partido Republicanos (RP), sigla ligada à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em sua convenção nacional, confirmou sua posição de neutralidade no primeiro turno da disputa presidencial; a composição e compromissos das chapas locais será avaliada caso a caso; o posicionamento pela neutralidade foi resultado de consultas internas aos diretórios estaduais do partido, em que 9 votos foram favor da neutralidade, 9 a favor de Flávio Bolsonaro e 1 a favor de Ronaldo Caiado – uma disputa interna acirrada; o bispo Renato Cardoso, genro de Edir Macedo,

¹⁸ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/120208/otoni-critica-bolsonaro-por-nao-defender-michelle--parece-morto>

¹⁹ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119566/otoni-de-paula-diz-que-caiado-e-o-suprassumo-da-direita-brasileira>

²⁰ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119565/deputado-otoni-de-paula-critica-uso-politico-das-igrejas-evangelicas>

²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/04/01/caiado-escala-deputado-evangelico-como-articulador-e-inicia-contato-com-lideres-religiosos-para-crescer-no-segmento.ghtml>

“deu um recado” ambíguo ao presidente Lula, durante um discurso durante o evento “Família ao pé da Cruz” da IURD na Neo Química Arena, chamando o ato de “maior lata de conservas da família” e orou pelas autoridades em favor das políticas inclusive pelo presidente do Brasil, sem citar Lula nominalmente. O partido PODEMOS cujo vice-presidente é o pastor Everaldo (PODE/RJ), que batizou o ex-presidente Jair Bolsonaro no rio Jordão, também se posicionou pela neutralidade após convenção nacional.

Considerações finais

A análise das movimentações políticas de lideranças evangélicas evidencia que o campo religioso brasileiro está longe de se reduzir a um bloco homogêneo ou a um mero reflexo das polarizações eleitorais dominantes. O afastamento público de figuras como Otoni de Paula em relação ao bolsonarismo, bem como as posturas de neutralidade adotadas por partidos como Republicanos e PODEMOS, revelam um processo em curso de rearranjo estratégico que não se confunde com simples migração para o campo lulista. Pelo contrário, essas lideranças buscam construir um outro campo político – ainda difusa e em gestação – que lhes permita preservar autonomia política, atender a interesses institucionais próprios e dialogar com diferentes atores. Esse movimento, embora incipiente e marcado por contradições – como a filiação de aliados da CONAMAD ao PL enquanto seu presidente apoia Caiado –, sinaliza que as eleições de 2026 podem assistir a uma fragmentação do voto evangélico mais acentuada do que nos pleitos anteriores.

A hipótese de que está em formação um campo político evangélico não bolsonarista e não lulista ganha consistência, especialmente quando observamos a atuação articulada de Otoni de Paula na campanha de Ronaldo Caiado e as tentativas de descolar a imagem da direita tradicional do bolsonarismo. Contudo, esse processo depende de variáveis ainda instáveis, como a capacidade de manter coesão entre lideranças regionais, a evolução dos cenários jurídico-eleitorais e a resposta do eleitorado evangélico à oferta de alternativas que não sejam meramente reativas aos dois nomes principais.

Por fim, é fundamental que o OPEL acompanhe com atenção essa dinâmica, pois ela não apenas desafia a narrativa simplificadora da polarização, mas também pode redesenhar o peso político dos evangélicos nas próximas disputas. A neutralidade declarada por partidos de peso, o discurso crítico em relação ao uso instrumental da fé e a defesa de uma "direita raiz" sugerem que o eleitor evangélico será cortejado de maneira mais fragmentada e com argumentos mais diversificados. Ignorar essas fissuras seria reproduzir o mesmo erro analítico de reduzir a complexidade social a uma lógica binária; ao contrário, reconhecer a pluralidade em movimento é condição para interpretar com acurácia as tendências políticas que se desenharam para o pleito eleitoral de 2026 e de possíveis cenários eleitorais futuros.

Referências e fontes

<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/115140/lula-recebe-oracao-do-deputado-otoni-de-paula-ex-bolsonarista>
<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/121172/mesmo-neutros-uniao-pp-e-republicanos-dao-mais-espaco-a-flavio>
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2026/04/direita-evangelica-racha-com-apoio-de-bispo-a-caiado.shtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2026/03/cada-vez-mais-disputados-evangelicos-rejeitam-campanha-nos-pulpitos.shtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/11/bispo-diz-ter-pedido-por-jorge-messias-no-stf-em-visita-a-lula-no-mes-passado.shtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/07/republicanos-sinaliza-neutralidade-na-eleicao-mas-flavio-busca-apoio-com-acordos-nos-estados.shtml>
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/02/24/polarizacao-lula-x-bolsonaro-racha-bancada-evangelica.htm>
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/02/25/bancada-evangelica-escolhe-deputado-bolsonarista-como-lider-e-barra-candidato-de-lula.htm>
<https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2026/04/03/eventos-da-universal-enchem-itaquerao-pacaembu-e-outros-estadios-do-pais-na-sexta-feira-santa.ghtml>
<https://www.poder360.com.br/poder-congresso/igreja-nao-pertence-ao-bolsonarismo-nem-ao-petismo-diz-otoni/>
<https://www.poder360.com.br/poder-justica/bispo-recebido-por-lula-agradece-por-indicacao-de-messias-ao-stf/>
<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/04/podemos-anuncia-neutralidade-em-novo-revs-para-flvio-bolsonaro.ghtml>

Ciência, Tecnologia e Inovação na eleição presidencial de 2026

Fernanda Beirão²²

O presente boletim tem como objetivo analisar o tratamento conferido ao tema da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) nas plataformas de governo à Presidência da República no pleito brasileiro de 2026, especificamente Flávio Bolsonaro (PL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Renan Santos (Missão). A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que, diante da atual conjuntura geopolítica e social, os presidenciáveis serão levados a incluir propostas estruturantes de desenvolvimento tecnológico e inovação às suas agendas de governo.

Para cumprir este objetivo, apresenta-se um balanço do funcionamento do ecossistema de CT&I no Brasil nos últimos anos. Em seguida, serão analisados os principais pontos sobre o tema em seus respectivos planos de governo. Por fim, trataremos uma análise do que há de comum e divergente nas propostas e um prognóstico do que, nos temas abordados nos programas, pode ganhar força com o início oficial da campanha presidencial.

²² Fernanda Beirão é servidora da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, com passagem pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI. Mestre em Comunicação e Novas Mídias (UCB), Mestranda em Humanidades Digitais (UFRRJ), Especialista em Comunicação Pública.

Panorama da Ciência. Tecnologia e Inovação no Brasil

Conforme análise da Nota Técnica conjunta da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o período de 2019 a 2022 foi marcado pelo desmonte da governança e por cortes orçamentários deliberados na área de CT&I, atingindo seu ponto crítico em 2021. Além do impacto financeiro, o período gerou danos estruturais profundos, como a desarticulação de redes científicas e a evasão de pesquisadores, cuja reversão é morosa.

Embora o período iniciado em 2023 registre uma recomposição orçamentária significativa no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a nota ressalta a necessidade de cautela na interpretação desses dados, uma vez que o crescimento nominal representa, prioritariamente, a mitigação de perdas do sistema científico, não constituindo, por si só, uma expansão plena.

Além da recomposição orçamentária, o cenário atual de CT&I também pode ser explicado pelas diretrizes da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2024), compiladas no Livro Violeta²³. O documento estabelece as diretrizes estratégicas do setor para o próximo, como: um Brasil justo (focado na inclusão social e redução de desigualdades), sustentável (orientado pela transição energética e conservação de biomas) e desenvolvido (estruturado na neo-industrialização e soberania tecnológica).

Análise do tema de C&T no Plano de Governo de Flávio Bolsonaro

O Plano de Governo de Flávio Bolsonaro (PL) revela uma abordagem pragmática para C&T, orientada ao mercado, com pouca atenção à ciência de base.

O documento trata a Inteligência Artificial como ferramenta de eficiência administrativa e produtividade. Na seção "Inteligência artificial a serviço do cidadão" (p. 25) e na busca por "Patentes globais de IA" (p. 56), não se observa

²³ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Livro Violeta: Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido: contribuições para uma Estratégia de CT&I. Brasília: MCTI/CGEE, 2024.

uma proposta de regulação sobre as grandes empresas de tecnologia (Big Techs), nem em investimento em um ecossistema de desenvolvimento de IA brasileira. A questão da "Proteção de dados" (p. 57) é vista no plano como um instrumento de segurança jurídica com foco essencial em atrair negócios, não na proteção do cidadão.

A atração de capital privado estende-se também aos investimentos em datacenters e minerais críticos, áreas reconhecidas como essenciais. Os "Minerais Críticos" (p. 55) são tratados como ativos valiosos para impulsionar o desenvolvimento sustentável, enquanto os "Data Centers" (p. 53) são integrados às políticas de infraestrutura energética e de conectividade. Tais setores beneficiam-se ativamente das propostas de desoneração e desburocratização do eixo "Brasil Mais Barato" (p. 29), evidenciando a aposta na facilitação regulatória sem menções a grandes aportes financeiros exclusivos por parte do Estado. A transição energética é pragmaticamente concebida como um "Ativo" (p. 57) estratégico para a inserção do Brasil no mercado global de carbono e para a liderança na produção de biocombustíveis (p. 53), sendo analisada como uma grande oportunidade de negócios e de inserção internacional.

De acordo com o documento (na página 36, no capítulo "Brasil que Prepara", seção "Preparar para o trabalho que existe"), o plano propõe transferir a governança do ensino superior para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com o objetivo de unificar "ciência e ensino superior sob o mesmo teto".

Com essa mudança estrutural voltada ao mercado e à inovação, órgãos de fomento como a CAPES e o CNPq passarão a priorizar o impacto produtivo, a inovação e a transferência de tecnologia. A justificativa para essa ênfase na pesquisa aplicada é garantir "que a pesquisa feita na universidade chegue à indústria e vire produto, emprego e renda, em vez de ficar na estante".

Análise do tema de C&T e Inovação no Plano de Governo de Lula (PT)

O Plano de Governo de Lula estrutura a área de C&T e Inovação com foco na retomada de financiamentos públicos, no papel do Estado de induzir a política industrial, por meio do programa Nova Indústria Brasil.

O plano defende construir uma "infraestrutura computacional soberana" e o fomento à IA desenvolvida por empresas brasileiras (p. 55). Em relação às Big Techs, o documento adota uma postura favorável à regulação, propondo a "regulamentação democrática das redes sociais e das plataformas digitais" com a justificativa de impedir a difusão de desinformação e campanhas de ódio (p. 16), além de defender uma governança internacional para as tecnologias digitais baseada na soberania dos dados (p. 81).

No eixo de investimentos em infraestrutura digital e minerais, o plano condiciona a instalação de data centers no país ao cumprimento de salvaguardas socioambientais obrigatórias, como a exigência de eficiência energética, uso de fontes 100% renováveis e contrapartidas de conteúdo local para o mercado interno (p. 55). Para os minerais críticos e terras raras, o documento estipula uma política específica para evitar a "simples exportação de matérias-primas estratégicas", focando no mapeamento, beneficiamento e agregação de valor local para a inserção do país nas cadeias globais (p. 52).

O documento destaca a criação da Taxonomia Sustentável Brasileira e a regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) para o mercado de carbono (p. 51 e 70). O plano estabelece a Política Nacional de Transição Energética e aponta a Petrobras como agente central nesse processo, prevendo que a estatal invista em fontes de baixo carbono, biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão.

No que tange à governança em CT&I e ensino superior, a estratégia foca na garantia de continuidade orçamentária para a pesquisa pública, com ênfase no uso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sem contingenciamentos (p. 51).

No ensino superior e técnico, o plano prioriza a expansão das universidades e dos Institutos Federais (IFs), a consolidação do sistema de cotas e programas de permanência estudantil (p. 20 e 33). O documento também menciona a integração da ciência com o setor produtivo via Complexo

Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) (p. 39) e o programa "Conhecimento Brasil", focado na repatriação e fixação de pesquisadores no território nacional (p. 51).

Análise do tema de C&T e Inovação no Plano de Governo de Renan Santos

Renan Santos propõe uma visão soberanista radical, com foco no "Marco Brasileiro da Inteligência Artificial" e no domínio do ciclo nuclear como ativos de dissuasão. O plano é o único a sugerir explicitamente o alinhamento tecnológico ao eixo ocidental para reduzir a dependência estratégica da China.

A transição energética é abordada sob a perspectiva de atratividade industrial. A matriz elétrica limpa (especialmente solar e eólica) é apontada como vantagem comparativa para instalar infraestruturas de IA e mineração (p. 41). Há também a proposta de desenvolver o Polo de Suape para a produção de hidrogênio verde (p. 35). Outro ponto de destaque no setor energético é o objetivo de alcançar o domínio completo do ciclo nuclear, incluindo o reprocessamento do combustível, que é descrito no texto como um ativo de dissuasão estratégica e de soberania nacional (p. 44 e 46).

Análise Comparativa

No campo das convergências, sobressai o reconhecimento unânime da matriz energética limpa como principal ativo competitivo do país. Todas as candidaturas identificam na descarbonização — sustentada por biocombustíveis, hidrogênio de baixa emissão e no mercado de créditos de carbono — uma janela estratégica para atrair investimentos externos e reposicionar a indústria nacional. De forma correlata, há consenso quanto à centralidade dos minerais críticos (terras raras, lítio e nióbio) e da atração de centros de dados, convergindo no diagnóstico de que o Brasil precisa superar o papel histórico de mero exportador de matéria-prima bruta para integrar elos de maior valor agregado das cadeias globais. Observa-se ainda uma tendência transversal em aproximar a produção acadêmica das demandas do setor produtivo, traduzida no incentivo às carreiras de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM).

Por outro lado, as divergências estruturais delimitam visões inconciliáveis sobre o fomento científico e a regulação tecnológica. Enquanto o plano de Lula preconiza a indução estatal ativa ancorada na política industrial da Nova Indústria Brasil, na atuação estratégica de empresas públicas e na preservação da pesquisa básica via proteção integral aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), as propostas de Flávio Bolsonaro apontam prioritariamente na desregulamentação, na atração de capital privado e no foco estrito em pesquisa aplicada.

Renan Santos propõe financiamentos estatais de grande porte com investimentos privados direcionados a infraestruturas de peso, como clusters soberanos de computação e o domínio do ciclo nuclear.

O debate sobre a regulação das grandes plataformas digitais e da própria inteligência artificial aprofunda essas fraturas. Enquanto a plataforma de Lula sustenta a necessidade de marcos regulatórios estritos voltados à soberania de dados e à moderação democrática de plataformas. De outro lado, Flávio Bolsonaro e Renan Santos rejeitam quaisquer intervenções e moderação de conteúdo, defendendo a irrestrita circulação de ideias, independentemente de quais sejam.

A arquitetura institucional do ensino superior constitui outro ponto de inflexão. A plataforma de Flávio Bolsonaro apresenta governança universitária do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Já Renan Santos foca na "substituição da autonomia universitária por uma perspectiva de alinhamento estratégico" e na revisão da política de cotas em prol de critérios estritamente meritocráticos ou de mercado. O programa de Lula contrapõe essa abordagem ao defender a expansão pública do ensino superior por meio dos institutos federais, a manutenção da autonomia universitária e o fortalecimento de programas de inclusão e permanência estudantil.

No que tange à dimensão geopolítica, Flávio Bolsonaro sustenta em uma postura dita "comercial não-alinhada" na disputa entre Estados Unidos e China. Lula orienta sua diplomacia tecnológica ao fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e à defesa de uma governança digital multilateral. Renan Santos, por sua vez, vislumbra um alinhamento explícito ao eixo ocidental, interpretando a

dependência do refino mineral chinês como uma vulnerabilidade crítica à segurança nacional brasileira.

Conclusão

A consolidação da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) continuará esbarrando em limitações históricas da própria dinâmica eleitoral. Em um cenário habitualmente dominado por urgências conjunturais de forte apelo popular, como a capacidade do poder de compra do brasileiro, os problemas da segurança pública e os programas de transferência de renda, as discussões sobre políticas científicas de longo prazo correm o risco recorrente de perder tração ou ficarem relegadas a um plano secundário.

Entretanto, isso não significa que a temática permanecerá à margem. A pauta tecnológica tende a ingressar nas discussões de forma pragmática, articulada diretamente à resolução de gargalos concretos do cotidiano nacional. A inteligência artificial, por exemplo, desponta não como uma abstração teórica, mas como ferramenta estratégica para a modernização das filas do sistema público de saúde e o fortalecimento da inteligência em segurança. Também cresce o debate sobre minerais críticos, e a atração de centros de dados como vetor de reindustrialização e de geração de empregos qualificados, sendo o tema, inclusive, constantemente citado pelos presidenciáveis em entrevistas.

Em suma, o desafio durante o pleito não será apenas dar visibilidade à CT&I, mas traduzir seu valor estratégico em respostas tangíveis para os dilemas mais urgentes da sociedade brasileira.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC); SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). FNDCT: distribuição de recursos e proposições (2021–2026): nota técnica. Rio de Janeiro: ABC; SBPC, 2026.
- BOLSONARO, Flávio. Para o Brasil vencer o atraso: diretrizes do Plano de Governo 2027–2030. [S. l.]: Partido Liberal, [2026].
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Livro Violeta: ciência, tecnologia e inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido: contribuições para uma Estratégia de CT&I. Brasília, DF: MCTI; CGEE, 2024.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Percepção pública da C&T no Brasil — 2023: resumo executivo. Brasília, DF: CGEE, 2024.
- PARTIDO MISSÃO. O futuro é glorioso: resumo executivo do Livro Amarelo Brasil 2026. Prefácio de Renan Santos. [S. l.]: Partido Missão, [2026].
- SILVA, Luiz Inácio Lula da; ALCKMIN, Geraldo. Programa de governo: diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil. [S. l.]: Coligação PT, PSB, PV, PCdoB, PDT, PSOL e Rede, [2026].

Histórico da representação política de mulheres e perspectivas para as eleições de 2026

Giulia Gouveia²⁴

O presente monitoramento, tem como objetivo acompanhar a representação política das mulheres nas eleições de 2026 para a Câmara dos Deputados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Parte-se da hipótese de que as mudanças promovidas na legislação eleitoral ainda não são suficientes para garantir a efetiva inclusão das mulheres na política institucional. Ao mesmo tempo, considera-se a possibilidade de que as eleições de 2026 apresentem resultados relativamente mais favoráveis à representação feminina do que aqueles observados na pesquisa do OPEL sobre as eleições municipais de 2024 nas capitais dos estados selecionados.

Cabe destacar que a escolha de São Paulo e Rio de Janeiro permite acompanhar essa dinâmica em dois dos principais colégios eleitorais do país, com diferentes configurações partidárias e eleitorais. A observação dos dois estados possibilitará identificar aproximações e diferenças nas condições de inserção das mulheres na disputa pela Câmara dos Deputados e verificar como essas características se relacionam aos resultados eleitorais.

²⁴ Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ), coordenadora do Projeto Mulheres Eleitas e pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM).

Este primeiro boletim tem como finalidade estabelecer o ponto de partida para esse acompanhamento. Para isso, inicialmente, será recuperado o histórico da legislação que incide sobre como os partidos selecionam e apoiam candidaturas de mulheres; em seguida, será analisada a trajetória da representação política das mulheres no Brasil, com atenção às transformações institucionais e eleitorais ocorridas nas últimas décadas; na sequência, observa-se a evolução da presença feminina na Câmara dos Deputados e serão discutidos alguns dos fatores que ajudam a explicar a permanência da desigualdade. Por fim, serão apresentadas as perspectivas que orientarão o monitoramento das eleições de 2026.

Contexto histórico brasileiro

Embora as mulheres correspondam à maioria do eleitorado nacional, sua presença nos cargos eletivos permanece significativamente inferior à dos homens. Em 2022, as mulheres representavam aproximadamente 53% do eleitorado brasileiro, mas foram eleitas apenas 91 deputadas federais, correspondendo a 17,7% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados.

Esse descompasso entre participação eleitoral e representação institucional evidencia que a igualdade formal de direitos políticos não implica, necessariamente, igualdade nas condições de acesso aos espaços de poder. A literatura sobre representação política de mulheres demonstra que a presença feminina nas instituições políticas é condicionada por fatores que ultrapassam a existência do direito de votar e ser votada (Silva; Homem, 2024a).

No caso brasileiro, esse problema adquire ainda mais relevância diante da trajetória de implementação de mecanismos institucionais destinados a ampliar a participação das mulheres nas eleições. Desde a década de 1990, foram estabelecidas medidas voltadas à ampliação das candidaturas femininas, posteriormente acompanhadas por regras referentes ao financiamento eleitoral e à propaganda. A Lei nº 9.504/1997 estabeleceu a reserva de candidaturas para mulheres, enquanto a Lei nº 12.034/2009 consolidou a exigência de preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% das candidaturas por cada gênero nas eleições proporcionais.

A adoção dessas medidas produziu alterações importantes no cenário eleitoral brasileiro, mas não eliminou a desigualdade na representação (Silva; Homem, 2024a). Desse modo, a análise da representação política demanda atenção não apenas à oferta de candidaturas, mas aos mecanismos pelos quais os partidos selecionam e apoiam determinados candidatos.

Representação política das mulheres e desigualdade de gênero

A adoção de mecanismos de ação afirmativa constitui uma das principais respostas institucionais à sub-representação política de mulheres, sendo implementada no Brasil ainda na década de 1990. A mudança, entretanto, não produziu efeitos imediatos sobre a composição da Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1998, as mulheres representaram apenas 5,4% das pessoas eleitas para a Casa. Em 2002, foram eleitas 43 deputadas, correspondentes a 8,3% das cadeiras, e, em 2006, o percentual chegou a 8,7%. A permanência de índices reduzidos demonstrava que o aumento formal das candidaturas não era suficiente para alterar significativamente a representação parlamentar (Silva; Homem, 2024b). Uma nova mudança ocorreu com a Lei nº 12.034/2009, que tornou obrigatório o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% das candidaturas por cada gênero nas eleições proporcionais. Ainda assim, nas eleições de 2010, as mulheres permaneceram responsáveis por apenas 8,7% das cadeiras da Câmara. O resultado reforçou a existência de uma diferença entre a presença das mulheres nas listas eleitorais e sua capacidade de converter candidaturas em mandatos.

A partir de 2014, contudo, observa-se uma trajetória de crescimento mais consistente da bancada feminina. Foram eleitas 51 mulheres naquele pleito, depois 77 em 2018, chegando a 91 em 2022. O crescimento observado é significativo. Entre 2014 e 2022, o número de deputadas eleitas aumentou aproximadamente 78%. Ainda assim, as mulheres ocupavam, em 2022, menos de um quinto das eleitas para as cadeiras da Câmara dos Deputados. A evolução dos números permite identificar uma tendência de crescimento da presença feminina, mas também demonstra que o processo é gradual e marcado por importantes obstáculos. Um deles está relacionado ao próprio

funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. Nas eleições proporcionais, o país adota o sistema de lista aberta, no qual os eleitores podem escolher individualmente seus candidatos. Diferentemente dos sistemas de lista fechada, nos quais os partidos estabelecem previamente a ordem dos candidatos e podem combinar essa organização com mecanismos de alternância ou proporcionalidade de gênero, a lista aberta desloca grande parte da competição para a figura individual dos candidatos.

É nesse ponto que o financiamento eleitoral assume importância central. Sacchet e Speck (2012) demonstram a existência de uma forte relação entre os recursos destinados às campanhas e o desempenho eleitoral dos candidatos. Em um sistema no qual a competição se estrutura fortemente em torno da imagem individual dos postulantes, a disponibilidade de recursos pode determinar a capacidade de uma candidatura de alcançar eleitores, organizar atividades de campanha e construir visibilidade pública.

As mulheres, entretanto, enfrentam obstáculos específicos nesse processo. A menor inserção em redes políticas e econômicas, a divisão sexual do trabalho, as tentativas de burlar a legislação e a predominância masculina nas estruturas partidárias podem restringir o acesso das candidatas aos recursos necessários para uma campanha competitiva (Meneguello et al., 2012; Sacchet; Speck, 2012). Dessa forma, a desigualdade não se manifesta apenas no momento da votação, mas também nas condições que antecedem a eleição.

A implementação de mecanismos relacionados ao financiamento e à propaganda eleitoral procurou enfrentar parte dessa desigualdade. Em 2018, decisões judiciais determinaram a destinação proporcional de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da propaganda eleitoral às candidaturas femininas. Assim, passou-se a considerar não apenas o número de mulheres inscritas nas eleições, mas também as condições materiais necessárias para que essas candidaturas fossem competitivas. Apesar do curto prazo para a medida se efetivar, em 2018, as candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados finalmente ultrapassaram o percentual mínimo de 30%, alcançando 32,1% do total. Em 2022, as mulheres representaram 34,9% das candidaturas para a Câmara.

Os limites para a representação de mulheres e as perspectivas para 2026

A trajetória da representação feminina na Câmara dos Deputados revela uma mudança importante no padrão observado nas últimas décadas: a participação das mulheres saiu dos patamares reduzidos registrados no século passado e no início dos anos 2000, apresentando crescimento mais expressivo nas três últimas eleições. Mais do que demonstrar a existência de uma desigualdade numérica, esse resultado chama atenção para a distância entre a ampliação da participação eleitoral das mulheres e sua efetiva conversão em representação parlamentar.

É a partir dessas contradições que se apresenta o cenário para 2026. De um lado, há uma trajetória recente de crescimento da presença feminina que permite considerar a possibilidade de continuidade desse movimento. De outro, os limites identificados na experiência anterior indicam que um eventual aumento das candidaturas ou do número de mulheres eleitas não deve ser interpretado isoladamente, mas em relação às condições em que essas candidaturas foram construídas e disputaram a eleição.

Com o encerramento do prazo para registro, em 15 de agosto, foram registrados 7.620 candidatos à Câmara dos Deputados, número inferior aos 9.477 que disputaram o cargo em 2022. Esses números ainda podem sofrer alterações em razão da análise dos registros pelo TSE.

A redução do número de candidaturas ocorre em um contexto de menor fragmentação partidária e de mudanças nas regras que regulam a formação das listas. A diminuição do número de partidos com representação no Congresso, decorrente, entre outros fatores, da cláusula de desempenho e de processos de fusão e incorporação, reduz o número potencial de candidaturas. Soma-se a isso a alteração promovida na Lei das Eleições em 2021, que passou a limitar o número de candidatos que cada partido pode apresentar nas eleições proporcionais a até 100% das vagas em disputa mais uma candidatura. Para 2026, portanto, a comparação com 2022 deve considerar que o universo de candidatos é menor não necessariamente em razão de uma redução da competição eleitoral, mas também em função das próprias mudanças na estrutura partidária e nas

regras de formação das listas. O TSE também estabelece, para 2026, regras mais exigentes relacionadas à cláusula de desempenho partidário.

Destaca-se também que, dos 513 deputados em exercício, 437 concorrem novamente à Câmara, enquanto em 2022 eram 448. Parte dessa diferença está relacionada ao aumento do número de parlamentares que optaram por disputar outros cargos, especialmente o Senado. Esse movimento também deverá ser considerado na análise dos resultados, uma vez que a composição das candidaturas à reeleição constitui um dos elementos que podem influenciar a renovação da Câmara e, consequentemente, a entrada de novos parlamentares. É nesse contexto de redução do número absoluto de candidaturas que a participação feminina apresenta um movimento significativo. Em 2026, foram registradas 2.781 candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados, 37% do total. Em 2022, as mulheres representavam 35% das candidaturas. Assim, embora o número total de candidatos tenha diminuído, a participação proporcional das mulheres entre as candidaturas aumentou.

Esse crescimento, entretanto, precisa ser interpretado com cautela. O percentual de 37% representa um avanço em relação aos 35% registrados em 2022 e permanece acima do mínimo legal de 30%. Por outro lado, a distância entre a participação das mulheres nas candidaturas e sua presença efetiva na Câmara permanece como uma questão central. A experiência das eleições anteriores demonstrou que a ampliação das listas não produz, necessariamente, uma expansão proporcional do número de mulheres eleitas. É justamente essa diferença entre **estar entre as candidatas e alcançar uma cadeira** que torna de suma importância acompanhar as condições concretas em que essas candidaturas disputarão a eleição.

O cenário registrado até o momento permite, assim, estabelecer uma primeira observação para o acompanhamento de 2026: a participação proporcional das mulheres entre as candidaturas cresceu em um contexto no qual o número total de candidatos diminuiu. Esse movimento é relevante, mas ainda não permite antecipar seus efeitos sobre a composição da Câmara. A questão que permanece aberta é se o aumento da participação feminina nas listas será acompanhado por maior presença de mulheres entre as candidaturas

competitivas – com recursos financeiros e de propaganda – e, posteriormente, entre as eleitas.

É justamente a evolução dessa relação que poderá ser observada ao longo do processo eleitoral. Embora o prazo para registro das candidaturas já tenha sido encerrado, os números apresentados ainda podem sofrer alterações, uma vez que os pedidos de registro permanecem sujeitos à análise da Justiça Eleitoral. Com a consolidação das candidaturas e o avanço da campanha, será possível acompanhar aspectos como a distribuição de recursos, o desempenho nas pesquisas e a exposição pública das candidatas, permitindo relacioná-los aos resultados efetivamente alcançados nas urnas.

Referências

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa; KUBIK MANO, Maíra; SANTOS, Fernando Henrique dos; GORSKI, Caroline. **Mulheres e negros na política**: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros. 1. ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública Universidade Estadual de Campinas. 2012.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012.

SILVA, Mayra Goulart da; Homem, Giulia Gouveia Siqueira Pinto. O mito da igualdade de gêneros: compreendendo a insuficiência das cotas políticas para mulheres no Brasil. **Descentrada**, v. 8, n. 1, e227, 2024a.

SILVA, Mayra Goulart da; HOMEM, Giulia Gouveia Siqueira Pinto. De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 2, e89624, 2024b.

A Baixada Fluminense na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro: polarização nacional e alianças políticas locais

Hermann Zimmerle²⁵

O Monitoramento Eleitoral 2026, iniciativa do Observatório Político e Eleitoral (OPEL), acompanha as eleições gerais a partir da hipótese de que a polarização política e social entre democracia e autoritarismo, que vem estruturando a política brasileira desde pelo menos 2018, permanece como uma dimensão central da disputa eleitoral. No plano estadual, essa hipótese permite observar como a oposição entre os campos lulista e bolsonarista se manifesta nas diferentes disputas e como as forças da direita tradicional se posicionam diante desse cenário.

²⁵ Hermann Zimmerle é jornalista, cientista social e mestrando em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ)

No Rio de Janeiro, a disputa pelo Governo do Estado constitui um espaço particularmente relevante para essa análise. A competição envolve candidaturas com diferentes graus de identificação com os campos lulista e bolsonarista, mas também lideranças e estruturas políticas que possuem trajetórias próprias e que não necessariamente reproduzem os alinhamentos observados na disputa nacional. A Baixada Fluminense é um território estratégico para observar essa dinâmica, tanto pelo peso de seu eleitorado quanto pela presença de grupos políticos locais, prefeitos, ex-prefeitos, parlamentares e redes de apoio territorializadas.

Este boletim acompanha as movimentações de Eduardo Paes (PSD), Douglas Ruas (PL) e Anthony Garotinho (Republicanos) em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti. Juntos, os quatro municípios concentram 1.937.406 eleitores aptos, aproximadamente 15,1% do eleitorado fluminense. Embora a Baixada Fluminense não constitua um bloco político homogêneo, seus municípios apresentam estruturas políticas locais capazes de influenciar a formação de candidaturas competitivas ao Governo do Estado.

O recorte deste primeiro boletim compreende as principais movimentações da pré-campanha e do início oficial da campanha. A análise procura responder, a partir do recorte territorial da Baixada, a uma das questões orientadoras do OPEL: como a polarização entre lulismo e bolsonarismo se manifesta no estado ou no tema pesquisado? Busca-se também observar como a direita tradicional se posiciona diante dessa polarização e em que medida os alinhamentos nacionais se reproduzem ou são reorganizados pelas alianças políticas locais.

A disputa pelo Governo do Estado na Baixada Fluminense

É nesse cenário que se insere a estratégia adotada por Eduardo Paes (PSD). Embora, historicamente, tenha construído sua trajetória na capital fluminense, Paes busca ampliar sua base de sustentação para além do município do Rio de Janeiro. Ele parte para sua terceira eleição ao Governo do Estado com apoios que vão da centro-esquerda à direita. No Executivo municipal, venceu quatro eleições

para a Prefeitura do Rio (2008, 2012, 2020 e 2024), consolidando sua imagem política fortemente associada à capital fluminense.

A necessidade de ampliar sua inserção política no restante do estado ficou evidente nas eleições de 2018. No segundo turno daquele pleito, Eduardo Paes venceu em apenas três municípios fluminenses: Rio de Janeiro, Niterói e Rio das Flores, enquanto Wilson Witzel venceu nos outros 89. Na Baixada Fluminense, Witzel obteve vantagem expressiva em municípios populosos como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti. O resultado evidenciou um desafio recorrente para candidaturas fortemente associadas à capital: transformar a força eleitoral construída no município do Rio de Janeiro em competitividade eleitoral em outras regiões do estado.

Na atual pré-campanha, esse diagnóstico parece orientar a estratégia do PSD. A Baixada Fluminense passou a ocupar posição central nas articulações políticas de Eduardo Paes, que vem buscando construir alianças com lideranças tradicionais da região. O movimento mais significativo ocorreu em Duque de Caxias, terceiro maior colégio eleitoral do estado e o maior da Baixada Fluminense, com 635.094 eleitores aptos. Paes consolidou uma aliança com o grupo político liderado pelo ex-prefeito Washington Reis (MDB), uma das principais lideranças regionais das últimas duas décadas. A escolha de Jane Reis, irmã de Washington, para compor a chapa como candidata a vice-governadora reforçou esse acordo político e simbolizou a aproximação do PSD com um dos grupos de maior influência na política da Baixada.

Em São João de Meriti, o quarto maior colégio eleitoral da Baixada Fluminense, com 340.565 eleitores, Eduardo Paes também ampliou sua interlocução com o grupo político do prefeito Léo Vieira (PSDB) e do deputado federal Luciano Vieira.

O cenário em Nova Iguaçu, segundo maior colégio eleitoral da Baixada Fluminense e o quarto maior do estado, com 615.394 eleitores aptos, também sofreu alterações relevantes. Um dos principais acontecimentos da pré-campanha foi a desistência do ex-prefeito Rogério Lisboa (PP) de integrar, como candidato a vice-governador, a chapa de Douglas Ruas (PL). Inicialmente, a saída de Lisboa representou um revés para a articulação política do PL e abriu espaço para uma aproximação entre as lideranças do Progressistas e a campanha de

Eduardo Paes. Ao anunciar sua decisão, o ex-prefeito afirmou que o momento exigiria “nomes experientes” e que não seria hora de “correr riscos ou fazer apostas”, justificando sua escolha pela experiência administrativa de Paes. A movimentação foi acompanhada, no dia seguinte, pelo atual prefeito de Nova Iguaçu, Dudu Reina (PP), que também declarou apoio a Eduardo Paes.

A situação da Federação União Progressista aparece como elemento importante para o acompanhamento da disputa, especialmente porque a posição formal das legendas e as manifestações individuais de suas principais lideranças não necessariamente coincidem.

Em Belford Roxo, município com 346.353 eleitores, a conjuntura também sofreu alterações relevantes. A cidade era considerada um dos principais polos de apoio da pré-campanha de Douglas Ruas, em razão da aliança com o ex-prefeito Márcio Canella (União Brasil). Entretanto, no final de julho, Canella tornou-se alvo de uma operação da Polícia Federal, chegando a ser preso em flagrante por porte irregular de um fuzil de uso restrito. Posteriormente, deixou de disputar uma das duas cadeiras do Rio de Janeiro no Senado e passou a concentrar sua candidatura na disputa por uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A mudança deslocou sua atuação eleitoral da disputa majoritária para a eleição legislativa estadual, mas preservou sua estrutura política em Belford Roxo e sua capacidade de mobilização na Baixada.

Além das particularidades que cada município apresenta na disputa pelo Governo do Estado, Belford Roxo possui um elemento adicional de interesse para a análise. Foi na Baixada Fluminense que Antônio Rueda, presidente nacional do União Brasil, escolheu ser candidato a deputado federal. O pernambucano tem concentrado parte importante de sua estratégia eleitoral no município, ao lado de Canella. A relação é relevante porque Rueda, que não possui trajetória eleitoral anterior no estado, tem utilizado a estrutura política construída pelo grupo de Canella na Baixada como um dos principais pontos de sua campanha.

Ao mesmo tempo, há sinais de uma possível aproximação entre o União Brasil e o grupo político de Eduardo Paes na disputa pelo Senado. O nome de Pedro Paulo (PSD), candidato ao Senado pelo mesmo partido de Paes, aparece como possibilidade de apoio do União Brasil, em uma articulação que

aproximaria Rueda de uma candidatura ligada ao PSD. Essa possibilidade é particularmente relevante para a análise da Baixada porque estabelece uma conexão entre a estrutura política de Rueda e Canella em Belford Roxo e o grupo político de Paes, ainda que isso não represente automaticamente apoio do União Brasil à candidatura de Paes ao Governo do Estado.

As mudanças nas alianças também tiveram impacto direto na composição da chapa de Douglas Ruas. Após o desembarque do Progressistas e do União Brasil da aliança com o PL, o partido optou por uma composição integralmente própria. Em 4 de agosto, o candidato do bolsonarismo, Douglas Ruas, anunciou a vereadora de Niterói Fernanda Louback (PL) como candidata a vice-governadora, substituindo Lisboa. A escolha resultou na formação de uma chapa “puro-sangue” do PL, sem representantes de outros partidos na composição majoritária.

A nova composição reforça a identificação de Douglas Ruas com o campo bolsonarista e pode ser compreendida como uma tentativa de preservar o perfil político da candidatura diante da perda de aliados.

Além disso, Ruas enfrenta o desafio de evitar que sua candidatura seja associada exclusivamente aos desgastes do governo estadual de Cláudio Castro e às controvérsias envolvendo lideranças ligadas ao PL fluminense, como Rodrigo Bacellar, preso sob suspeita de obstrução da Justiça em investigações relacionadas ao combate ao crime organizado. A questão central para a candidatura, portanto, é saber se a identificação com o bolsonarismo será suficiente para compensar a menor rede de alianças municipais construída até o início oficial da campanha.

É nesse cenário que se insere a candidatura de Anthony Garotinho. Sua trajetória política, entretanto, torna sua posição mais complexa do que a simples classificação como um terceiro polo da direita. Garotinho iniciou sua trajetória política no campo da esquerda, com passagem pelo PT e, posteriormente, pelo PDT, partido pelo qual se tornou uma das principais lideranças do brizolismo fluminense. Em 1998, foi eleito governador do Rio de Janeiro pelo PDT. Em 2002, já filiado ao PSB, disputou a Presidência da República e terminou a eleição em terceiro lugar. Ao longo das décadas seguintes, passou por um processo de deslocamento político e consolidou-se como uma liderança identificada

atualmente com a direita fluminense, com posições conservadoras e forte oposição ao Partido dos Trabalhadores.

Essa trajetória torna sua candidatura particularmente relevante para a hipótese do OPEL sobre o posicionamento da direita tradicional diante da polarização. Embora atualmente esteja situado no campo da direita e compartilhe pautas presentes no discurso conservador, sua trajetória anterior e sua capacidade de mobilizar setores do eleitorado popular não permitem compreendê-lo apenas como uma candidatura vinculada ao bolsonarismo. É a partir dessa trajetória que devem ser compreendidas suas movimentações na Baixada Fluminense.

Em Duque de Caxias, Garotinho estabeleceu uma aliança com José Camilo Zito, ex-prefeito e adversário histórico do grupo liderado por Washington Reis. Em Belford Roxo, a aproximação com Waguinho assume dimensão ainda mais significativa. Ex-prefeito do município e principal adversário político do grupo de Canella, Waguinho foi confirmado candidato ao Senado pelo Republicanos e declarou apoio a Garotinho.

Durante a pré-campanha, a composição da chapa de Garotinho passou por três mudanças. Ao final, o candidato anunciou o ex-integrante do BOPE André Monteiro como candidato a vice-governador. A sucessão de três nomes evidencia as dificuldades de estabilização da chapa durante a pré-campanha. Por fim, a candidatura de Garotinho também chega ao início oficial da campanha sob incerteza jurídica. Em agosto, uma decisão judicial determinou o cumprimento de sentença relacionada à suspensão de seus direitos políticos, enquanto sua defesa sustenta que o prazo já teria sido cumprido e busca preservar sua candidatura. A definição sobre sua elegibilidade permanece sob análise da Justiça Eleitoral.

Considerações finais

As movimentações observadas neste primeiro boletim indicam que a polarização entre lulismo e bolsonarismo constitui uma dimensão relevante da disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas não explica isoladamente a formação das alianças na Baixada Fluminense. Nos quatro municípios analisados, a competição estadual se articula a estruturas políticas locais que

possuem interesses próprios e podem assumir posições distintas conforme o cargo em disputa.

Eduardo Paes chega ao início oficial da campanha com uma rede de alianças municipais mais ampla entre os candidatos monitorados. Sua estratégia combina a aproximação com lideranças de diferentes posições ideológicas e a tentativa de ampliar, na Baixada, uma força eleitoral historicamente mais consolidada na capital. Douglas Ruas representa o polo mais diretamente identificado com o bolsonarismo e terá como desafio transformar essa identificação política em capilaridade eleitoral na região. Anthony Garotinho, por sua vez, constitui um caso relevante para observar como uma liderança tradicional da direita fluminense procura preservar espaço próprio diante de uma direita cada vez mais marcada pelo bolsonarismo.

O caso de Belford Roxo é particularmente revelador dessa dinâmica. As diferentes posições assumidas por Canella, Rueda, Waguinho, Garotinho e os demais atores envolvidos demonstram que as alianças locais não reproduzem necessariamente os mesmos alinhamentos estabelecidos na disputa presidencial ou para o Governo do Estado. A polarização nacional, portanto, convive com estratégias políticas territorializadas e com negociações relacionadas aos diferentes cargos em disputa.

A pesquisa Genial/Quaest divulgada em 27 de julho de 2026, realizada entre os dias 21 e 25 de julho com 1.200 eleitores, apontou Eduardo Paes na liderança em todos os cenários testados para o primeiro turno, variando entre 38% e 42% das intenções de voto, enquanto Anthony Garotinho e Douglas Ruas aparecem tecnicamente empatados em torno de 10%. O resultado reforça a vantagem de Paes no cenário estadual, mas não permite, isoladamente, inferir o comportamento eleitoral específico da Baixada.

A hipótese inicial, de que o peso do conservadorismo, da agenda de segurança pública e do bolsonarismo na Baixada poderia favorecer Douglas Ruas e exigir de Eduardo Paes uma estratégia mais à direita e menos associada a Lula, permanece em aberto. Os próximos boletins deverão observar se as alianças construídas durante a pré-campanha serão capazes de produzir mobilização eleitoral efetiva, se a identificação de Ruas com o bolsonarismo se converterá em vantagem na região e se Paes e Garotinho conseguirão consolidar,

respectivamente, suas estratégias de expansão eleitoral e de construção de um espaço próprio no campo da direita. O acompanhamento permitirá, assim, avaliar em que medida a polarização nacional organizará a disputa eleitoral na Baixada ou se as dinâmicas políticas locais continuarão desempenhando papel decisivo na definição dos alinhamentos eleitorais.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estatísticas do eleitorado — Eleições 2026.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleitorado — 2026. Portal de Dados Abertos.
- GENIAL/QUAEST. Pesquisa Genial — Intenção de voto e avaliação de governo — Rio de Janeiro. 2026.
- O GLOBO. Ex-vice na chapa de Douglas Ruas, Rogério Lisboa, do PP, declara apoio a Paes. 11 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO. Eduardo Paes recebe apoio de ex-aliados de Douglas Ruas no RJ. 2026.
- G1. PL define vice de Douglas Ruas. 4 ago. 2026.
- O DIA. Márcio Canella desiste do Senado e anuncia candidatura à Alerj. 2026.
- O GLOBO. Republicanos lança chapa ao Senado com ex-prefeitos Waguinho e Crivella. 25 jul. 2026.
- AGÊNCIA O GLOBO. Garotinho muda vice pela terceira vez; ex-Bope André Monteiro entra na chapa ao governo do Rio. 17 ago. 2026.

Da fragmentação à convergência: o realinhamento do campo progressista brasileiro (2014–2026)

Klaus Graban²⁶

Este boletim tem como intuito analisar um possível realinhamento do campo progressista no Congresso Nacional, a partir dos dados das últimas três eleições nacionais e complementando-os com as migrações partidárias ocorridas na janela partidária de 2026. Trata-se de um tema complexo, uma vez que tal realinhamento partidário das esquerdas é um fenômeno recente em nosso sistema político. Essa convergência surge apenas pelas alterações na lei eleitoral? E qual é o papel exercido pela força da extrema direita não só no Brasil, mas no mundo? E ainda, qual foi o impacto da crise política, que o Brasil experimentou na última década? Como não pensar na engenharia institucional brasileira, oriunda do processo de Redemocratização do país e todas suas transformações ao longo destes quase quarenta anos?

²⁶ Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF, é graduado e mestre em Ciências Sociais pela UERJ.

O fato é que todos esses fatores influenciam em todo o arranjo político brasileiro. Assim, a proposta do presente boletim é analisar um deles: a Emenda Constitucional nº 97/2017, que impôs a cláusula de barreira aos partidos. Qual foi seu impacto na reconfiguração partidária e de que maneira estas alterações das regras eleitorais – que se inserem em um momento de ascensão da extrema-direita – alteraram a competição eleitoral e à sobrevivência das legendas de esquerda e centro-esquerda. Investiga-se como as mudanças institucionais produziram um processo de realinhamento partidário, com maior unidade deste campo e aumento das trocas parlamentares que buscam um número menor de legendas, com destaque para PT, PSB e o PSOL. Além deste fato, tais movimentações acarretam a distribuição interna na composição do campo progressista no Congresso Nacional.

Hoje, segundo o TSE, temos registrados 30 partidos políticos, sendo que as agremiações consideradas de esquerda que atingiram a cláusula de barreira são a Federação Brasil da Esperança com PT, PCdoB e PV, além de PDT, PSB e a federação PSOL e REDE.

Para analisarmos a hipótese acerca do realinhamento do campo progressista, precisamos investigar os números das últimas eleições e entendermos de que maneira cada um destes pleitos teve impacto direto para o quadro em que se encontra hoje na eleição de 2026. Nosso recorte engloba as sete legendas supracitadas e permite constatar que de 2014 para cá houve uma queda no número de deputados eleitos por estes partidos saindo de 145 em 2014 para 125 em 2022. Entender como chegamos neste quadro será a tentativa deste boletim.

A eleição de 2014

A eleição de 2014 foi impactada pelas jornadas de junho de 2013, conjunto de mobilizações que, para esta pesquisa, é um marco temporal e político para a virada de chave que nossa política viveria. Até aquele momento, pegando dados do LatinoBarômetro, o Brasil apresentava os níveis mais altos de satisfação em relação aos poderes nacionais. As Jornadas de Junho embaralham as cartas da

política nacional e permitiram a ascensão de novas forças políticas, tanto à esquerda de forma minoritária, quanto à direita em suas múltiplas facetas.

Em relação à disputa presidencial, o quadro de segundo turno se manteve igual aos pleitos anteriores na polarização entre PT e PSDB, o fator surpresa foi exatamente a pequena margem de votos que garantiu a vitória para a candidata petista Dilma Rousseff. No quadro para o Congresso a esquerda elegeu um total de 145 cadeiras, divididos em PT 69 cadeiras, PSB 34, PDT 19, PSOL 5, PCdoB 10, PV 8. A REDE ainda não havia conseguido seu registro junto ao TSE. Estes mesmos partidos elegeram em 2010 o quantitativo de 183 deputados(as).

Apesar da posição dominante do PT, existia um certo equilíbrio entre as forças dos partidos que naquela altura compunham o campo governista, exceto o PSOL que reivindicava uma oposição à esquerda. Mas o que começava a se apresentar era uma diminuição do número de cadeiras em relação ao pleito anterior. Esta queda deve ser analisada em consonância ao fenômeno do antipetismo, movimento que ganhou força nacional com as mobilizações do ano anterior. O sentimento antipetista foi pautado por movimento como o MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua, consolidando novas forças de direita que vinculavam os males do Brasil às administrações petistas. Nesta eleição as pautas conservadoras e reacionárias sistematizadas com vieses moralistas e de costumes foram extremamente exploradas pelas candidaturas ao legislativo. Figuras como Jair Bolsonaro, Marco Feliciano entre outras foram eleitos com grande quantidade de votos, já antecipando a tônica que seria vivida nas eleições seguintes com o aprofundamento da ascensão da extrema direita no debate público. O Brasil saiu desta eleição dividido politicamente e o campo progressista menor do que nos pleitos anteriores.

É neste cenário de turbulência, de crise política pautada pelas forças da direita que o cenário se altera de forma ainda mais intensa, no ano de 2015 com a Operação Lava Jato e mobilizações de rua pedindo a saída da presidente eleita. Depois, o Congresso permite a abertura e, em 2016, vem a confirmação do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Enquanto o PT via sua base no Congresso se esvaír, o próprio campo progressista não conseguia encontrar uma síntese de atuação, inclusive com diversos votos favoráveis ao impedimento oriundos das legendas como PDT, PSB, PV e REDE.

2018 e o bolsonarismo e 2022 e a disputa pela Democracia

As eleições de 2018 surgiram como um grande desafio do campo progressista, com destaque para a prisão de sua principal liderança, o ex-presidente Lula. Esse pleito, além de confirmar a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, consolidou o fortalecimento do bolsonarismo como força política no poder legislativo, elegendo uma grande bancada.

Em relação ao campo progressista a tendência de queda se manteve, elegendo um total de 138 deputados federais. O PT, muito impactado por toda conjuntura, apresentou queda significativa, com apenas 54 deputados. O PSB perdeu 2 cadeiras, ficando com 32 vagas, o PCdoB perdeu uma cadeira e ficou com 9. Por outro lado, o PDT ampliou sua bancada, chegando a 28 cadeiras conquistadas, impulsionadas pela candidatura de Ciro Gomes. Já o PSOL dobrou de tamanho, com 10 deputados. O PV ampliou cadeiras, chegando a 6 vagas. A REDE elegeu sua primeira candidatura, ficando com uma vaga. Apesar da unidade no segundo turno com todas as legendas progressistas apoiando Fernando Haddad, a eleição do primeiro turno de 2018 demonstrou que o campo progressista estava dividido.

Nesta configuração entra em vigor uma nova variável fundamental para a política institucional e que transforma as movimentações partidárias: a Emenda Constitucional nº 97. A chamada reforma eleitoral de 2017, impõe aos partidos a cláusula de barreiras, sendo este um número mínimo de votos que cada legenda precisa ter a cada eleição para poder ter acesso ao fundo partidário, tempo de TV e Rádio. Além destas regras ela proibiu as coligações proporcionais, aumentando significativamente o desafio para a sobrevivência dos partidos. Esta reforma tem como objetivo reduzir os números de legendas em nosso país, mas os mecanismos adotados passaram a favorecer os partidos maiores e aqueles que não tinham dificuldades ideológicas de se fundem ou se incorporarem as legendas mais fisiológicas.

O bolsonarismo no poder e a pandemia da Covid 19 intensificaram ainda mais os desafios para o campo progressista. Mas foi neste contexto que as condenações do ex-presidente Lula foram anuladas e permitiram que este recuperasse seus direitos políticos e pudesse concorrer nas eleições de 2022.

Com Lula de volta à cena, a articulação para a unificação do campo progressista começa a despontar no horizonte: com exceção do PDT, que lança Ciro Gomes novamente, todos os partidos se juntam para apoiar Lula ainda no 1o turno. E, apesar da vitória do candidato petista sobre Bolsonaro, o quadro para o Congresso Nacional continuou em queda, com as 7 legendas elegendo um total de 125 deputados(as) em 2022, menos que os 138 parlamentares eleitos em 2018.

Considerações finais

Nestes quatro anos do governo Lula 3, o campo progressista seguiu se movimento em torno do realinhamento partidário: o PSB se consolidou como um partido mais forte da centro-esquerda, com nomes fortes tais como Geraldo Alckmin (SP), vice de Lula, Simone Tebet (SP), terceira colocada pelo MDB na eleição de 2022, Rodrigo Pacheco (MG), ex-presidente do Senado Federal. A Federação Brasil da Esperança também recebeu nomes importantes de outras legendas, entre outros, Kátia Abreu, Leonardo Picciani e Eduardo Bandeira de Melo. Já o PDT se afastou do projeto Ciro Gomes e se alinhou a Lula, compondo o Ministério do petista.

Outra movimentação interessante deste período se deu na Federação PSOL e REDE: ambos os partidos decidiram ser base do governo, mas sem assumir Ministérios. A exceção foi Sonia Guajajara, indicada pelo movimento indígena nacional. Em 2025, essa postura foi alterada com a escolha de Guilherme Boulos para o Ministério da Secretaria Geral da Presidência da República. Esta nova posição gerou conflitos internos no partido principalmente com a defesa pública de Boulos a proposta de uma federação do PSOL com o PT. Agora finalizada a janela partidária e já iniciada a campanha eleitoral, vamos as candidaturas do campo progressista em 2026, em um cenário no qual pela primeira vez na história os 7 partidos analisados apoiam uma candidatura única desde o 1o turno: todos estão juntos pela reeleição de Lula, tida como fundamental para a democracia brasileira,

Além disso, o campo progressista aposta em um aumento do número de deputados(as) federais e senadores(as). A superação da cláusula de barreiras surge como um grande desafio para legendas como o PSOL que, apesar do

crescimento contínuo da legenda nas últimas eleições e da manutenção da federação com a Rede, corre risco de não alcançar a cláusula, e para o PDT, que pela primeira vez apresenta um número menor de deputados que o PSOL. O PSB apresenta uma capacidade mais estabelecida para superar a cláusula de barreira e expandir sua bancada após eleger apenas 14 deputados em 2022 e ficar apenas 2 cadeiras do mínimo exigido. PCdoB E PV permanecem federados com o PT e não apresentam grandes chances de, solitariamente, superarem a cláusula de barreira.

De 2014, passando por 2018 e a eleição de 2022, a esquerda perdeu cadeiras no Congresso Nacional, mesmo com a vitória presidencial deste campo no último pleito. Veremos se em 2026 o campo progressista terá capacidade de romper tendência apresentada nas últimas eleições ou se manterá perdendo cadeiras e espaço no Parlamento brasileiro.

A Centralidade das políticas sociais de redução da fome e da Soberania alimentar do Brasil na Campanha Eleitoral 2026

Luíza Betânia Gevergí Lacerda²⁷

Nas últimas décadas, a soberania alimentar se consolidou como um dos principais referenciais no que diz respeito às políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada e de qualidade. Diferente da segurança alimentar, cujo foco está na garantia do acesso regular a alimentos adequados e suficientes, a compreensão da soberania alimentar vai além, ampliando a defesa da capacidade dos povos e dos Estados de definir seus próprios sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos, valorizando a agricultura familiar, os modos tradicionais de produção, a sustentabilidade ambiental, a biodiversidade e a autonomia nacional na formulação das políticas agrícolas e alimentares.

No Brasil, a temática da segurança alimentar e nutricional e do combate à fome vem sendo fortalecida a partir de 2023, com a retomada de políticas voltadas ao enfrentamento da fome, à valorização da agricultura familiar, especialmente mediante a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a retomada do Programa Bolsa Família e a implementação do Plano Brasil Sem Fome.

²⁷ Luíza Betânia Gevergí Lacerda, Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, pela UFRRJ.

No contexto da campanha eleitoral de 2026, a questão alimentar passa também integra a disputa entre os principais projetos políticos que concorrem à Presidência da República. Este boletim delimita sua análise aos projetos liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro, buscando observar como a fome e a soberania alimentar são incorporadas às propostas dos dois principais campos em disputa e quais diferenças podem ser identificadas quanto ao papel do Estado, às políticas sociais, à produção de alimentos, à agricultura familiar, ao agronegócio e ao abastecimento.

A hipótese deste boletim é de que a questão da soberania alimentar ocupa uma posição relevante na disputa entre os principais projetos políticos da campanha presidencial de 2026, permitindo observar as diferenças entre as propostas para as políticas sociais, a produção de alimentos e o setor agropecuário.

Soberania Alimentar como Campo de Disputa Política

A soberania alimentar constitui importante dimensão da disputa política de 2026, na medida em que os diferentes projetos políticos apresentam concepções distintas sobre o grau de intervenção do Estado, tanto na organização do sistema agroalimentar brasileiro quanto na autonomia nacional na definição das políticas de produção, distribuição e acesso aos alimentos.

No projeto liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, a questão da fome aparece associada à retomada das políticas sociais, ao fortalecimento da agricultura familiar, às compras públicas, ao abastecimento e à atuação do Estado. A estratégia adotada pelo governo articula transferência de renda, produção de alimentos e políticas voltadas à agricultura familiar, aproximando as políticas sociais das políticas de produção e abastecimento.

No projeto apresentado por Flávio Bolsonaro, a questão alimentar também aparece entre as propostas, porém com maior ênfase na produção agropecuária, no fortalecimento do agronegócio, na produção nacional de fertilizantes, no seguro rural e na redução dos custos de produção. Dessa forma, embora os dois projetos reconheçam a importância da produção nacional e da

redução dos preços dos alimentos, apresentam diferentes prioridades e instrumentos para o enfrentamento da questão alimentar.

A partir dessas diferentes orientações, as iniciativas do governo Lula passaram a ser apresentadas como parte de uma estratégia integrada de combate à pobreza e de reconstrução das políticas sociais, contribuindo para uma melhora dos indicadores de segurança alimentar do país. Em 2025, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a saída do Brasil do chamado Mapa da Fome, considerando a média do indicador de prevalência de subalimentação no período de 2022 a 2024.

A saída do Brasil do Mapa da Fome constitui um indicador relacionado à prevalência de subalimentação e não deve ser confundida com a eliminação da insegurança alimentar. Dados das Nações Unidas apontaram também uma redução da insegurança alimentar grave no país, de 6,6% para 3,4% no período analisado, o que representa quase 7 milhões de pessoas a menos nessa condição. Essa diferenciação é importante para a análise eleitoral, pois a saída do Brasil do Mapa da Fome passou a ser apresentada pelo governo Lula como resultado das políticas implementadas desde 2023, mas não significa a eliminação da insegurança alimentar no país. O resultado passa, assim, a ocupar simultaneamente uma dimensão social e política, sendo utilizado como evidência de desempenho governamental e como elemento da disputa entre os projetos que concorrem à Presidência.

No contexto da campanha eleitoral, esse resultado também passou a integrar a estratégia eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reportagens publicadas no período pré-eleitoral indicam que a campanha à reeleição pretende utilizá-lo como uma das evidências do desempenho das políticas sociais implementadas desde 2023.

Outros indicadores sociais e econômicos também apresentaram melhora ao longo dos últimos anos. Estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do Banco Mundial e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a redução da pobreza monetária, associada à expansão da renda, à transferência de renda e à melhoria do mercado de trabalho, além da valorização real do salário-mínimo. Em conjunto, esses fatores contribuem para

a redução da desigualdade e para a ampliação do acesso da população a bens essenciais, incluindo a alimentação.

Se tratando do contexto da campanha eleitoral de 2026, fica evidente a centralidade da questão social no debate político nacional. A recuperação dos indicadores de combate à fome, a redução da pobreza extrema e a valorização das políticas de proteção social passaram a constituir elementos recorrentes dos discursos governamentais e das estratégias de comunicação política.

Ao mesmo tempo, setores da oposição questionam aspectos relacionados à sustentabilidade fiscal dessas políticas, à dependência de programas de transferência de renda e aos desafios estruturais do crescimento econômico brasileiro. No projeto de Flávio Bolsonaro, essas questões aparecem associadas a uma proposta de redução da estrutura estatal e contenção dos gastos públicos, combinada com medidas voltadas à expansão da produção agropecuária e à redução dos custos de produção.

Vale ressaltar que historicamente, as políticas de combate à fome possuem forte relação com governos liderados pela esquerda. Com forte influência de Luiz Inácio Lula da Silva, programas como o Fome Zero, criado em 2003, e a expansão do Bolsa Família fizeram com que o Brasil passasse a ser reconhecido como referência internacional na formulação de políticas públicas voltadas à erradicação da fome. O agravamento da insegurança alimentar observado posteriormente, especialmente entre 2018 e 2022, tornou a reconstrução dessa agenda um dos elementos centrais das políticas sociais retomadas a partir de 2023.

Essa trajetória também integra a disputa eleitoral de 2026, na medida em que o governo Lula procura relacionar as políticas implementadas em seus governos anteriores à retomada da agenda de combate à fome a partir de 2023. Os resultados obtidos passam, assim, a ser apresentados como parte de uma narrativa de continuidade e reconstrução das políticas sociais.

A retomada dessas políticas representa um dos principais eixos da agenda governamental iniciada em 2023, uma vez que para o atual governo a soberania alimentar ultrapassa a dimensão estritamente assistencial. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento que articula produção agrícola, fortalecimento da agricultura familiar, acesso aos alimentos, inclusão produtiva, preservação

ambiental e redução das desigualdades regionais. A soberania alimentar pode ser compreendida também a partir da capacidade do país de produzir, abastecer e garantir o acesso da população a alimentos adequados, considerando as relações entre agricultura familiar, agronegócio, políticas de crédito, compras públicas, abastecimento, preços dos alimentos e autonomia produtiva.

A comparação entre os dois projetos permite observar que a soberania alimentar envolve uma dimensão mais ampla do que o combate à fome. Ela está relacionada também às escolhas sobre produção, abastecimento, agricultura familiar, agronegócio e atuação do Estado. Dessa maneira, a questão alimentar passa a representar um campo no qual diferentes concepções de desenvolvimento e de organização do sistema agroalimentar são apresentadas aos eleitores. A utilização desses resultados positivos durante o período de campanha eleitoral pode ser compreendida como parte da construção de uma narrativa retrospectiva de desempenho governamental, na qual governos procuram fundamentar sua legitimidade eleitoral na apresentação de indicadores econômicos e sociais favoráveis.

No contexto eleitoral, esses resultados são utilizados não apenas para demonstrar o desempenho das políticas públicas, mas também para estabelecer diferenças entre os projetos em disputa. A questão central envolve tanto a avaliação do que foi realizado quanto a definição dos caminhos futuros das políticas alimentares brasileiras.

Nesse contexto, a questão alimentar envolve não apenas a avaliação dos resultados das políticas sociais, mas também a disputa sobre diferentes concepções de produção, abastecimento, agricultura e atuação do Estado. A análise da soberania alimentar permite, portanto, observar como os diferentes projetos políticos em disputa nas eleições de 2026 compreendem a relação entre produção nacional, agricultura familiar, agronegócio, acesso aos alimentos e autonomia do país.

Embora existam pontos de convergência entre os dois projetos, especialmente em relação à importância da produção nacional e à necessidade de reduzir os preços dos alimentos, as diferenças estão nas prioridades atribuídas às políticas públicas e na forma de compreender a atuação do Estado. É

justamente nessa diferença que a soberania alimentar assume importância para a análise da disputa presidencial.

Dito isso, o enfrentamento da fome ultrapassa a avaliação das políticas públicas e integra a disputa pela interpretação dos resultados governamentais e pela definição dos caminhos futuros das políticas alimentares brasileiras.

Considerações Finais

A análise da questão alimentar da pré-campanha até o momento demonstra que o combate à fome e a soberania alimentar ocupam considerável espaço na disputa entre os principais projetos políticos que concorrem à Presidência da República. A saída do Brasil do Mapa da Fome e a redução dos indicadores de insegurança alimentar constituem resultados que podem ser utilizados pelo governo Lula como evidências das políticas sociais implementadas desde 2023, ao mesmo tempo em que passam a integrar a disputa sobre a avaliação e os caminhos dessas políticas

A comparação entre Lula e Flávio Bolsonaro demonstra que os dois projetos apresentam propostas relacionadas à produção nacional e à questão alimentar, porém com diferentes prioridades. Enquanto o projeto liderado por Lula enfatiza a articulação entre políticas sociais, agricultura familiar, produção e abastecimento, o projeto associado a Flávio Bolsonaro apresenta maior ênfase na produção agropecuária, no agronegócio, na redução dos custos de produção e em medidas destinadas ao fortalecimento do setor.

Nesse sentido, a soberania alimentar permite compreender que a disputa não está limitada à existência ou ausência de políticas de combate à fome, mas envolve diferentes concepções sobre produção, abastecimento, agricultura e atuação do Estado. A questão alimentar integra, assim, uma disputa mais ampla sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro e sobre o papel das políticas sociais na garantia do acesso da população aos alimentos.

A hipótese apresentada permite considerar que a soberania alimentar constitui uma dimensão relevante da disputa presidencial de 2026, especialmente nas propostas relacionadas às políticas sociais, à produção, ao abastecimento e ao setor agropecuário. Este primeiro boletim apresenta esse

recorte, que vem sendo acompanhado ao longo da campanha, permitindo observar como os diferentes projetos políticos desenvolvem a temática e quais propostas ganham maior centralidade no debate eleitoral.

Referências

BRASIL. Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023. Institui o Plano Brasil Sem Fome. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Brasília, DF, 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: addressing high food price inflation for food security and nutrition. Rome: FAO, 2025. DOI: 10.4060/cd6008en.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MALUF, Renato S. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MENDES, Cristiano; GONÇALVES, Jéssica Rúbia. Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994–2015). *Caderno CRH*, Salvador, v. 36, e023009, 2023. DOI: 10.9771/ccrh.v36i0.42137.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, 2016. DOI: 10.17058/redes.v21i3.8390.

WORLD BANK. Brazil Poverty and Equity Brief: October 2025. Washington, DC: World Bank, 2025.

Saúde nas eleições de 2026: monitoramento da corrida presidencial

Matheus Piter²⁸

O boletim tem como objetivo monitorar as discussões relacionadas à saúde nas eleições de 2026, com atenção especial, embora não exclusiva, à disputa presidencial. O trabalho busca identificar quais temas desse campo serão mobilizados ao longo da campanha e compreender seus possíveis efeitos sobre as estratégias dos candidatos, sua repercussão na mídia, os discursos produzidos e as pesquisas de opinião.

Quando se trata da temática de saúde, em seus quase 40 anos de história, o Sistema Único de Saúde (SUS), originado junto com o processo de redemocratização, tem sido constantemente motivo de disputas políticas em torno de seu financiamento e gestão. A pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2022, acrescentou novas dimensões a essas disputas, especialmente em torno da atuação do Estado em períodos de crise sanitária, da vacinação e da legitimidade de intervenções científicas e biomédicas. Paralelamente, o estado de saúde de figuras centrais da disputa presidencial, sobretudo Lula, e mesmo o ex-presidente Jair Bolsonaro, também tem recebido atenção da mídia ao longo desse ano e pode produzir efeitos sobre os embates eleitorais.

²⁸ Doutorando do PPGCS/UFRRJ

Os atuais presidenciáveis, contudo, vêm apostando na tecnologia (digitalização, aplicativos, prontuários eletrônicos, telemedicina, inteligência artificial etc.) como proposta mais citada para problemas concretos de saúde pública, especialmente filas, acesso e integração dos serviços do SUS. Minha hipótese é que esses recursos serão mobilizados eleitoralmente como demonstrações de capacidade de gestão, podendo também ser utilizados, conforme o posicionamento de cada candidatura, para estabelecer comparações com gestões anteriores e reivindicar maior capacidade de resposta.

Antecedentes

Não há como pensar em políticas de saúde no Brasil contemporâneo, sem considerar o histórico do SUS. Instituído em 1990, no contexto da redemocratização, o Sistema Único de Saúde (SUS) alçou a saúde como direito fundamental e dever do Estado, acompanhado por uma profunda transformação na organização, no financiamento e na governança dos serviços em variadas instâncias. A implementação do sistema ocorreu em meio às diferentes orientações políticas dos governos que se sucederam, ocasionando disputas e retóricas que entraram em convergências e dissonâncias.

No governo Fernando Collor, de orientação neoliberal e inicialmente pouco comprometido com a reforma sanitária, a descentralização e a implementação do SUS avançaram a passos lentos e tiveram sua consolidação, em maior medida, após seu afastamento, com o lançamento do Programa Saúde da Família. Durante os mandatos de FHC (1995-2002), a agenda de ajuste macroeconômico e privatização ganhou força, enquanto os governos Lula I e II (2003-2010) mantiveram aspectos da política econômica anterior, suspendendo, contudo, as rotas de privatizações - adotando paulatinamente uma agenda desenvolvimentista. Consolidou-se, deste modo, incluindo o período Dilma (2011-2016), uma configuração na qual os setores público e privado permanecem distintos, mas interconectados, mantendo a relação entre Estado, mercado e prestação de serviços como uma questão central para o sistema.

Entre 2016 e 2022, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, as políticas de saúde foram atravessadas por uma nova orientação político-

institucional e, posteriormente, pela pandemia de COVID-19. A chegada de Temer à presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff, marcou uma retomada mais explícita da agenda neoliberal, centrada na contenção dos gastos públicos, na redução do papel do Estado e na valorização do setor privado. Na saúde, essa orientação se expressou em descontinuidades e ameaças à institucionalidade do SUS, incluindo propostas de ampliação do mercado de planos privados e mudanças nas políticas de atenção primária.

O governo Bolsonaro deu continuidade a essa orientação, combinando-a a elementos conservadores e autoritários. A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, tornou-se, entretanto, o principal elemento de inflexão das políticas de saúde no referido mandato. A resposta federal foi marcada por instabilidade ministerial, fragilização institucional e conflitos entre as recomendações técnicas e as posições do presidente, especialmente em relação ao distanciamento físico e vacinação. As doses produzidas pela Fiocruz e pelo Instituto Butantan foram acompanhadas por conflitos federativos e pelas confusões narrativas quanto à sua eficácia, contribuindo para a disseminação de desinformação e hesitação vacinal. Apesar da alta cobertura de imunização alcançada posteriormente, a experiência da pandemia evidenciou os efeitos da instabilidade institucional, do negacionismo e de decisões sem base científica sobre a gestão da saúde. Ao mesmo tempo, a gravidade da crise reforçou a importância do SUS e das instituições científicas, sem, contudo, produzir transformações estruturais ou institucionais radicais no sistema.

Dados sistematizados do período entre 2006 a 2023 permitem dimensionar a presença da categoria saúde na retórica presidencial brasileira nesse tempo.²⁹ Considerando as menções ao código “saúde”, foram identificadas 503 ocorrências para Luiz Inácio Lula da Silva, levando em consideração sua segunda gestão e o primeiro ano da terceira; 2.103 para Dilma Rousseff; 305 para Michel Temer, entre 2017 e 2018 (em período consideravelmente menor); e 446 para Jair Bolsonaro.

²⁹ Estudo completo disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/kXtNqcSPGwDQ6txMCRJqHHw/?lang=pt>

Temáticas passadas e presentes que dão contornos às eleições atuais

Na campanha de seu terceiro mandato, em 2022, Lula adotou uma estratégia de contrapor sua agenda de gestão com o desempenho e postura de Jair durante a pandemia de Covid-19, sobretudo a lentidão no fornecimento das vacinas e a recusa de se adotar medidas mais severas para isolamento social. Relembrando a eficácia para tratar de enfermidades como a “Gripe Suína” de 2009, Lula seguiu reafirmando seu status de governo que “mais vacinou contra H1N1 no mundo”³⁰. A retórica colaborou para garantir sua vitória.

Tal estratégia, ao que se indica pelas declarações do então ministro da saúde, Alexandre Padilha, parece que se repetirá também para o filho, Flávio Bolsonaro, presidenciável nas eleições de 2026. Com provocações como “Onde estava o filho de Bolsonaro? [durante a crise sanitária]” feitas no memorial da pandemia em abril desse ano, o ministro também relacionou a figura de Flávio e a família Bolsonaro com os apagões e acentuamento do processo de precarização de hospitais federais, em consonância com declarações do próprio Lula - garantindo, por essas premissas, que a saúde será novamente um assunto importante no período eleitoral.

A ressaca da controversa gestão da pandemia permanece, por outro lado, enquanto retórica em outras camadas das eleições. A mídia brasileira foi impactada pela audiência do imunologista Anthony Fauci no Senado dos EUA. As acusações vão desde deliberadamente mentir ao Congresso e à população sobre “a real origem do coronavírus” e sobre os riscos sanitários envolvidos até que as medidas de isolamento e restrições “foram motivadas por questões ideológicas para prejudicar o primeiro governo de Trump”. Políticos, religiosos e influenciadores ligados à extrema-direita brasileira passaram a utilizar o episódio para recuperar argumentos defendidos por Jair Bolsonaro durante a pandemia, questionando vacinas, máscaras e tratamentos e afirmando que o ex-presidente teria “razão”.

No que diz respeito ao estado de saúde e vitalidade do próprio Jair, que cumpre atualmente pena domiciliar, veículos têm dado atenção ao longo do ano

³⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/20/sob-governo-lula-brasil-foi-o-pais-que-mais-vacinou-contrah1n1-pelo-sistema-publico/>

ao seu histórico intenso de internações, às suas “constantes crises de solução”, e “cirurgia no ombro”. Por outro lado, a idade e o estado do atual presidente Lula também promovem escrutínios. O candidato à reeleição passou por dois procedimentos médicos em abril.³¹ Em uma pesquisa sobre o tema, 66% do total de entrevistados pela Quaest, disseram se preocupar com o estado de vitalidade do atual presidente.³² No seu primeiro grande ato em São Bernardo do Campo (SP), no domingo 16/08, Lula tirou o chapéu - que tem usado inclusive na foto oficial de campanha - denotando que embora não possa tomar sol na cabeça, por conta do recente tratamento de câncer de pele, vai “usar a saúde para tirar o chapéu para todos”.³³ A piora considerável do estado de qualquer uma das figuras citadas, de Jair ou de Lula, embora não considerada ao momento, pode reorientar drasticamente, em diferentes níveis, o rumo das eleições.

A temática da saúde na pré-campanha de 2026 dos presidencialistas: o SUS em pauta

Embora tenha recebido provocações do ministro da saúde sobre a época da pandemia e também haja uma nova onda de narrativas de alguns atores da extrema-direita questionando vacinas e métodos utilizados no período, Flávio Bolsonaro (PL) parece que seguirá uma rota mais segura, desviando o foco da disputa ideológica em torno desses assuntos. Seu plano de governo, comunicado em suas redes sociais, propõe a criação do “Plano Brasil Sem fila”, com foco na digitalização e integração dos serviços públicos [incluindo o SUS e o INSS], almejando reduzir burocracia e facilitar o acesso dos cidadãos, a partir de um prontuário eletrônico, com histórico de consultas, exames, vacinas, entre outros - acessíveis nas redes públicas e privadas.

A tecnologia permanece como foco em outras propostas. O candidato do PSD, Ronaldo Caiado, indicou o interesse na criação de um novo aplicativo do SUS, que integraria os sistemas municipais de saúde e permitiria consultas

³¹ <https://saude.abril.com.br/medicina/lula-vs-bolsonaro-compare-o-historico-de-saude-dos-rivais-politicos/>

³² <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/quaest-66-dos-brasileiros-dizem-se-preocupar-com-saude-de-lula/>

³³ <https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/em-sp-lula-tira-chapeu-fala-sobre-cancer-e-diz-que-esta-bem-de-saude-929665>

rápidas com especialistas³⁴. Augusto Cury (Avante) propõe uma rede nacional de telemedicina, com apoio de inteligência artificial.³⁵ Mesmo o presidente Lula (PT) propõe tecnologias odontológicas no SUS que vão substituir os métodos tradicionais, classificando o novo processo como atendimento dentário "chique" ao pobre.³⁶ Uma integração ainda maior com a iniciativa privada para resolver questões de fila e atendimento é proposta por Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e também Flávio Bolsonaro (PL).

Conclusão

As tradicionais disputas sobre financiamento e gestão do SUS e sobre suas funções de caráter mais estatal ou mais privado tendem a continuar delineando propostas para 2026. Também permanecerá em observação se temáticas ligadas à pandemia e à saúde de figuras como Jair Bolsonaro e Lula produzirão efeitos na campanha deste ano.

Contudo, o presente levantamento realizado até o momento aponta para um maior interesse em atribuir resoluções para problemas do sistema a partir de inovações técnicas. Nesse sentido, seguirei com a hipótese de que essa orientação engrossará o caldo das discussões sobre capacidade de gestão dos presidenciáveis, em uma "corrida tecnológica", acompanhando como essas propostas serão mobilizadas em suas retóricas ao longo do período eleitoral.

³⁴ <https://ndmais.com.br/politica/augusto-cury-diz-que-sus-esta-complemente-saturado/>

³⁵ <https://sbtnews.sbt.com.br/colunas/coluna-da-victoria/caiado-desenha-programa-de-saude-com-mandetta>

³⁶ Vídeo da declaração de Lula disponível na rede social X:
<https://x.com/EleicaoBr2026/status/2073134116858695910>

Referências e fontes

SOUZA, S. D. S. et al. A promoção da saúde na agenda retórica presidencial brasileira (2006-2023). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 5, p. e10302023, maio 2025.
https://super.abril.com.br/saude/eleicoes-e-saude-quais-as-questoes-sobre-o-futuro-do-sus-que-precisam-ser-debatidas-pelos-candidatos/?utm_campaign=mrf-twitter-revistasuper&utm_source=twitter&utm_medium=social&mrfid=202608036a6d6f40c16f8d42b4110f50
<https://x.com/EleicaoBr2026/status/2073134116858695910>
<https://www.jota.info/coberturas-especiais/forum-jota/padilha-associa-flavio-a-apagao-em-hospitais-do-rj-e-diz-que-saude-sera-tema-eleitoral>
<https://ndmais.com.br/politica/augusto-cury-diz-que-sus-esta-complemente-saturado/>
<https://sbtnews.sbt.com.br/colunas/coluna-da-victoria/caiado-desenha-programa-de-saude-com-mandetta>
<https://noticias.r7.com/eleicoes/2026/zema-defende-mais-espaco-para-a-iniciativa-privada-com-ppps-em-escolas-e-hospitais-12082026/>
<https://www.jota.info/eleicoes/eleicoes-2026/de-vargas-a-milei-plano-de-renan-santos-propoe-amp-la-reforma-do-estado>
<https://veja.abril.com.br/brasil/as-propostas-de-flavio-bolsonaro-para-mudar-o-sus/>
<https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/em-sp-lula-tira-chapeu-fala-sobre-cancer-e-diz-que-esta-bem-de-saude-929665>
<https://www.jota.info/saude/lula-vai-usar-saude-como-trunfo-contr-flavio-bolsonaro-mas-estrategia-tem-riscos> <https://coletivobereia.com.br/politicos-religiosos-e-apoiadores-retomam-mentiras-sobre-covid-19-e-vacinas-em-tempos-de-campanha-eleitoral/>
<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/quaest-66-dos-brasileiros-dizem-se-preocupar-com-saude-de-lula/>

Segurança pública na disputa: Lula, Flávio Bolsonaro e o horizonte de promessas

Michel da Rosa Gonçalves³⁷

Este texto trata do histórico e das movimentações de pré-campanha em torno do eixo da segurança pública, conduzidos pelos dois candidatos à frente nas intenções de voto para a Presidência da República em 2026: o atual presidente, Lula da Silva, que lidera as pesquisas em primeiro e segundo turnos; e o senador Flávio Bolsonaro, que busca herdar o capital político de seu pai, Jair Bolsonaro, e ocupa a segunda posição.

Embora os candidatos representem projetos de sociedade diametralmente opostos, quando o tema é segurança e violência, essa diferença ora se exacerba no plano discursivo, ora se torna menos nítida nas premissas que organizam as políticas penais e de segurança. Em suas estratégias, Lula busca falar sobre políticas concretas e proposições legislativas que visam estruturar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Flávio, por sua vez, mobiliza discursos em torno do medo e da vingança, nos moldes de um populismo penal, apostando na ampliação do léxico discursivo punitivista, com a equiparação do tráfico ao terrorismo. Além disso, ambos veem eclipsando aliados que possuem descrédito em suas então gestões na área.

³⁷ Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

A segurança pública no centro da eleição

De uma maneira ou de outra, o tema da segurança/violência tornou-se inescapável e, como nunca, vem ocupando lugar central na eleição majoritária nacional. Quando agregadas as menções a segurança pública, violência e criminalidade, o tema alcança 35% e aparece como o principal problema do país, atingindo o maior patamar dos últimos meses na série histórica da pesquisa BTG Pactual/Nexus de agosto de 2026. Outras pesquisas corroboram essa relevância: a violência é o maior problema para 33% dos brasileiros (Quaest, agosto/2026) e a criminalidade/tráfico é mencionada por 61,3% dos brasileiros, segundo a Atlas/Intel (junho/2026). Além do mais, ainda de acordo com a Nexus/BTG Pactual, trata-se de uma preocupação para eleitores dos dois campos políticos. Se pudéssemos estabelecer um marco de importância no tema da segurança pública para as eleições, no entanto, diríamos que desde a redemocratização há uma relevância significativa e que também desde então, ao mesmo tempo, esse tem se tornado o calcanhar de Aquiles de políticos de esquerda, ao mesmo tempo que é um importante ativo da direita.

Atualmente, refletindo interesses eleitorais, as discussões têm se centrado nos quatro maiores colégios eleitorais do país: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Sendo a Bahia governada pela centro-esquerda, e São Paulo e Minas pela direita, constituindo assim uma composição de apoios em que “ter a máquina pública” pode ter um papel expressivo.

Já o Rio de Janeiro, importante base eleitoral bolsonarista, em reviravolta recente, passou a ser governada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto, último na linha de sucessão, depois da renúncia de Cláudio Castro e da cassação e prisão de Rodrigo Bacellar. Nesse quadro, Rio e Bahia são polos irradiadores de polarização e verdadeiros campos minados no quesito violência. Ambos os candidatos operam numa estratégia calculada de amnésia para ocultar os fracassos de seus aliados locais.

Fracassos locais, amnésia calculada e promessas presidenciais

Flávio emerge da política fluminense, onde os últimos governadores de direita apoiados pelo clã Bolsonaro (Wilson Witzel e Cláudio Castro) possuíam

plataformas alicerçadas na letalidade policial e na repressão, estruturadas em torno da lógica de eliminação física do inimigo interno, velho paradigma da doutrina de segurança nacional que veio se popularizar na ideia de “bandido bom é bandido morto!”. Contudo, o envolvimento de Bacellar com o Comando Vermelho e de Castro com os esquemas do CEPERJ levou Flávio a se descolar dessas figuras, preferindo citar a gestão de Tarcísio de Freitas (SP) como vitrine, e firmar aliança com Douglas Ruas (PL).

Lula, por sua vez, repete na Bahia o que Flávio faz no Rio, ignorando a atuação de seus aliados em experiências repressivas fracassadas. Governada há quase duas décadas pelo PT (Jaques Wagner, Rui Costa e, agora, Jerônimo Rodrigues), a Bahia concentra um dos maiores índices de violência do país, com taxa de 36,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes em 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), muito acima da média nacional (19,1 por 100 mil habitantes) e do próprio RJ (21 por 100 mil habitantes).

Como saída para esse paradoxo, Lula tem centrado ações no governo federal. Lançou o programa “Brasil Contra o Crime Organizado”, com verba de R\$ 11 bilhões (1 Bilhão do orçamento federal e 10 bilhões via financiamento e crédito do BNDS para Estados e Municípios), focando no combate ao tráfico de armas, asfixia financeira de facções e padronização da segurança máxima nos presídios. Além disso, transformou o “Celular Seguro” em política pública, sancionou o PL antifacções (disputado também como espólio discursivo por Flávio). Sua principal aposta legislativa, a PEC da Segurança Pública (18/2025), visa não apenas recriar o Ministério da Segurança Pública, mas também reestruturar e constitucionalizar o papel da União, ampliar a atuação das polícias federais e transformar guardas municipais em polícias.

O senador Flávio Bolsonaro, em contrapartida, lançou a cartilha “Brasil Sem Medo”, um compilado de tópicos de forte apelo popular. Sua estratégia reativa velhos discursos de tolerância zero, acena ao modelo de megaprisão de El Salvador e busca apoio e ingerência externa dos EUA. Alinhando-se a Donald Trump e Marco Rubio, adota a classificação das facções brasileiras como terroristas pelo governo americano como ativo político e amplia seu léxico discursivo punitivista.

No programa de Flávio, tudo parece fluir para o super encarceramento: dobrar o número de vagas prisionais, classificar facções como terroristas, reduzir a maioria penal, instituir castração química e extinguir a progressão de pena e o auxílio-reclusão. A própria identidade visual do plano traz uma mira traçada sobre a letra "O" da palavra "medo", realçando a semiótica do seu discurso.

O senador, nos tópicos do plano, trata de crimes com frases simplórias e vazias, como "quem for pego roubando celular será preso", ao mesmo tempo em que aciona o medo, "muitos brasileiros perdem a vida em roubo de celulares", e joga com a ambiguidade ao denominar o tópico de "Quem não entrar na linha será desligado da sociedade". Em entrevistas, tem defendido o aumento das penas, e com regime fechado, para furtos e compras de celulares furtados e roubados. Além de prometer colocar em ação no âmbito nacional aquilo que ficou conhecida no Rio de Janeiro da década de 1990 como "gratificação faroeste". Ou seja, a exclusão de ilicitude de execuções por agentes de segurança e a premiação deles por essas mortes. Chama a atenção, ainda, certa omissão de Flávio em relação ao tema das armas, pauta tão cara ao bolsonarismo, que sequer é mencionado em seu plano. Destaca-se também, do mesmo modo, a ausência de qualquer discussão sobre o uso de câmeras corporais, uma vez que o candidato tem defendido a instalação de 1 milhão de câmeras de vigilância em espaços públicos no país, no que denominou de "muralha brasileira".

Duas estratégias sob o viés repressivo

É decerto que ambos os candidatos não escapam ao dilema punitivista, buscando acenar ao eleitorado. Essas sinalizações se voltam ao público urbano, que representa 87% da população (IBGE, 2022), e aos dois maiores colégios eleitorais (Sudeste e Nordeste), regiões onde Flávio chegou a declarar explicitamente em entrevista que é preciso solucionar o problema do crime. Além disso, dialogam com a percepção da violência e com o medo dessas populações. Dados do FBSP (2026) revelam que os maiores temores dos brasileiros são: "Ter o celular furtado ou roubado?" (78,8%), "Ser morto durante um assalto?" (80,7%), "Ser roubado(a) à mão armada?" (82,3%) e "Ser vítima de um golpe e perder

dinheiro pela internet ou celular?” (83,2%). O tema torna-se matéria-prima valiosa para esse discursos.

A diferença mais significativa entre as pré-campanhas é que, enquanto Flávio aposta no Estado penal como única resposta e defende amarras fiscais para investimentos que não sejam em segurança armada, Lula tenta reconciliar dois modelos opostos: defende o investimento em presídios, repressão e policiamento para os problemas de hoje, mas prega a educação como solução estrutural para o amanhã. O histórico dos governos petistas, no entanto, demonstra que seu projeto democrático raramente escapou do modelo de repressão e penalização e, mais ainda, de militarização dos espaços urbanos.

Não é que seja um problema com fórmula mágica para se resolver. O desafio de lidar com estruturas de governança criminal que se veem sobrepostas e simbióticas ao próprio Estado, e não paralelas, torna políticas provisórias e simples sempre como insuficientes. Sem uma visão sistemática da relação entre Estado, mercado e violência, o desafio sempre estará fadado ao fracasso. Nos moldes de uma política de integração federativa, Lula aponta para um horizonte capaz de mitigar de maneira mais técnica os problemas da violência no país. Em contrapartida, Flávio aposta em medidas exageradas e acena mais fielmente ao apelo popular para resolver problemas pontuais, que são sentidos com maior pessoalidade por populações que se veem tomadas pelo medo.

Sob o aspecto da análise eleitoral, sabemos que o tema da segurança, de forma isolada, pode não ter o poder de definir eleições presidenciais. A dúvida, no entanto, é se atuando como um fator de mobilização complementar ele se tornará decisivo. A grande questão é se esse horizonte estratégico mais técnico, mas ainda assim marcado pela lógica repressiva, será politicamente suficiente para neutralizar o forte apelo do populismo penal nas urnas.

Referências

- ATLASINTEL. Latam Pulse: Brazil/July 2026. São Paulo: AtlasIntel, 6 ago. 2026. Pesquisa de opinião pública nacional. Disponível em: <https://atlasintel.org/poll/latam-pulse-brazil-july-2026-2026-08-06>. Acesso em: 26 ago. 2026.
- BAND JORNALISMO. Senador Flávio Bolsonaro participa do programa Canal Livre, da Band. Entrevistado: Flávio Bolsonaro. Entrevistadores: Rodolfo Schneider, Fernando Mitre, Eduardo Oinegue, Fernando Schuler e Adriana Araújo. São Paulo: YouTube, 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=Z0O3tnLO2oc> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- BOLSONARO, Flávio. Brasil Sem Medo: 12 medidas urgentes para a segurança pública. Brasília: Partido Liberal, 2026. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 12.966, de 12 de maio de 2026. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 maio. 2026. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2026/decreto/d12966.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.
- BRASIL. Lei nº 15.358, de 24 de março de 2026. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2026/lei/l15358.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2891161&filename=PEC%2018/2025. Acesso em: 25 ago. 2026.
- BTG/Nexus aponta segurança, saúde e corrupção como principais preocupações do eleitor. Acesse Política, 2026. Disponível em: <https://acessepolitica.com.br/noticia/177998/btg-nexus-aponta-seguranca-saude-e-corruptao-como-principais-preocupacoes-do-eleitor>. Acesso em: 25 ago. 2026.
- CANAL DA RESISTÊNCIA. Presidente Lula concede entrevista ao ICL. Entrevistado: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Eduardo Moreira, Marina Demore e equipe ICL. Brasília: YouTube, 8 abr. 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=Cq5i-F CCn0> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- FLOW PODCAST. Senador Flávio Bolsonaro participa do programa Flow News, do canal Flow Podcast. Entrevistado: Flávio Bolsonaro. Entrevistador: Igor Coelho. São Paulo: YouTube, 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=p5Qf0vdFqba> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança. São Paulo: FBSP, 2026. E-book. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/303>. Acesso em: 20 ago. 2026.
- INTELIGÊNCIA LTDA. PRESIDENTE LULA - Inteligência Ltda. Podcast #1894. Entrevistado: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistador: Rogério Vilela. São Paulo: YouTube, ago. 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=w1vArTVOErU> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- JOVEM PAN. Senador Flávio Bolsonaro participa do programa 3 em 1, da Jovem Pan. Entrevistado: Flávio Bolsonaro. Entrevistadores: Mário Vítor Rodrigues, Bruno Pinheiro, Beatriz Manfredini e Zé Maria Trindade. São Paulo: YouTube, 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=O1gReTU4O6o> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- LEODIAS TV. Senador Flávio Bolsonaro participa do programa LeoDias Entrevista, da LeoDias TV. Entrevistado: Flávio Bolsonaro. Entrevistadores: Leo Dias, Janaína e Mônica. São Paulo: YouTube, 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=LtSh8D8Bk5o> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- LULA (Canal do). Presidente Lula concede entrevista para o Brasil 247, Revista Fórum e DCM. Entrevistado: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Renato Rovai, Kiko Nogueira e jornalistas convidados. [S.l.]: YouTube, abr. 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=juVH5icGiE0&t=1s> > Acesso em: 15 ago. 2026.
- METEORO BRASIL. ENTREVISTA COM O PRESIDENTE LULA. Entrevistado: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Ana Lesnoveski, Emílio Garcia e Mila Maçada. [S.l.]: YouTube, 2026. 1 vídeo (online). Disponível na plataforma YouTube. < <https://www.youtube.com/watch?v=qzvDXArh5e0> > Acesso em: 15 ago. 2026.

A segurança pública na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2026

Ricardo Ribeiro Baldanza³⁸

A segurança pública ocupa, historicamente, posição de destaque no debate político do Estado do Rio de Janeiro e, ao longo das últimas décadas, tem influenciado de maneira significativa as disputas eleitorais para o governo estadual.

Este artigo busca analisar como a segurança pública vem sendo incorporada às propostas e aos discursos dos principais candidatos ao governo do Estado nas eleições de 2026, relacionando essas posições à trajetória das políticas anteriores. Parte-se da hipótese de que, diante da permanência da violência, da expansão territorial de facções e milícias e da relevância social atribuída ao tema, a segurança pública poderá exercer papel importante na formação das preferências do eleitorado fluminense.

Para compreender o cenário atual, apresenta-se inicialmente uma síntese das políticas de segurança desde a redemocratização, identificando os principais deslocamentos do chamado “movimento pendular”. Em seguida, são analisadas as propostas dos candidatos de maior expressão eleitoral, buscando verificar se suas agendas reproduzem modelos anteriores ou apontam para estratégias mais híbridas e integradas.

³⁸ Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRJ)

O movimento pendular das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro

A partir da década de 1980, a segurança pública ganhou centralidade na agenda política brasileira, impulsionada pela redemocratização, pelo debate sobre direitos humanos e pelo crescimento da criminalidade e da sensação de insegurança. No Rio de Janeiro, esse processo passou a ser interpretado como um “movimento pendular”, caracterizado pela alternância entre políticas de endurecimento e enfrentamento da criminalidade e propostas voltadas à prevenção, aos direitos humanos e à democratização da atuação policial.³⁹

O primeiro governo de Leonel Brizola, iniciado em 1983, marcou uma tentativa de aproximar a segurança pública dos princípios democráticos, com maior ênfase nos direitos humanos e na contenção da violência policial. Com Moreira Franco, eleito em 1986, o pêndulo deslocou-se para uma orientação mais repressiva. A segurança foi uma das principais bandeiras de sua campanha, mas os índices de violência permaneceram elevados, contribuindo para o retorno de Brizola em 1991.

No segundo governo Brizola, o agravamento da violência urbana fortaleceu novamente a defesa de medidas mais incisivas na área da segurança pública. A presença das Forças Armadas durante a Rio-92 ampliou a percepção de segurança e favoreceu o discurso em defesa do emprego militar no policiamento urbano. Esse movimento ganhou força com as Operações Rio e, posteriormente, com o governo de Marcello Alencar, marcado pelo enfrentamento da criminalidade violenta e por medidas controversas, como a “gratificação faroeste”. A sequência Brizola–Moreira Franco–Brizola–Marcello Alencar evidencia de forma clara o caráter pendular daquele período.

Com Anthony Garotinho, a partir de 1999, houve nova tentativa de mudança, associada à modernização policial e ao policiamento comunitário. Em 2000, foi criado o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), inspirado na polícia de proximidade e voltado à presença permanente em determinadas comunidades.⁴⁰ Ao mesmo tempo, coexistia o Grupamento Especial Tático Móvel (GETAM), de natureza mais operacional, demonstrando que

³⁹ SOARES, L. Ed. e SENTO-SÉ, J. T., Artigo: Estado e Segurança Pública no Rio de Janeiro: Dilemas de um aprendizado difícil: LAV, 1999, p 05.

⁴⁰ DORNELLES, J. R. W. Conflito e segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 153.

estratégias de proximidade e repressão já podiam conviver dentro de uma mesma administração. No governo Rosinha Garotinho, com o enfraquecimento dos GPAEs, a vertente repressiva voltou a ganhar maior centralidade, simbolizada por grandes operações e pelo uso do “caveirão”.

No governo de Sérgio Cabral, iniciado em 2007, essa combinação permaneceu. Após um primeiro período marcado por grandes operações, a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a partir de 2008, representou nova tentativa de estabelecer presença permanente do Estado, articulando retomada territorial e policiamento de proximidade.⁴¹ Contudo, problemas estruturais, o retorno dos confrontos, o fortalecimento dos grupos criminosos e a crise fiscal contribuíram para o enfraquecimento do modelo.

No governo de Luiz Fernando Pezão, a crise financeira e institucional agravou o cenário e culminou, em 2018, na Intervenção Federal na segurança pública, recolocando as Forças Armadas e as grandes operações no centro da política estadual. O período coincidiu ainda com grave crise político-institucional, marcada pela prisão do ex-governador Sérgio Cabral, em 2016, e de Pezão, ainda no exercício do mandato, em 2018.

Nesse ambiente ocorreu a eleição de Wilson Witzel, cuja campanha apresentou forte discurso de endurecimento contra o crime. Seu governo priorizou o enfrentamento das organizações criminosas, mas terminou com seu afastamento, em 2020, e impeachment, em 2021. Cláudio Castro assumiu o governo e foi eleito em 2022, adotando uma política mais híbrida, na qual operações de grande porte convivem com tecnologia, gestão e programas de presença territorial, como a Operação Segurança Presente.

A trajetória fluminense demonstra, portanto, que o movimento pendular se tornou mais complexo. Se nas décadas de 1980 e 1990 a alternância entre repressão e direitos humanos aparecia de forma mais nítida entre diferentes governos, posteriormente essas estratégias passaram a coexistir. O desafio permanece na consolidação de políticas de Estado capazes de sobreviver às mudanças políticas e às crises institucionais.

⁴¹ CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. (org.). Os donos do morro. FBSP/LAV-UERJ, 2012.

As diferentes agendas de segurança na disputa pelo governo do Rio

Essa trajetória ajuda a compreender a centralidade da segurança pública na eleição de 2026. As propostas atuais dialogam diretamente com os resultados e as limitações das políticas anteriores e com um cenário marcado pela presença de facções, milícias e disputas pelo controle territorial. A relevância do tema já aparece na campanha: levantamento da Quaest sobre o primeiro debate realizado pela Band apontou que a segurança pública correspondeu a 36% das discussões, sendo o assunto mais abordado.⁴²

Eduardo Paes (PSD) inicia a disputa em posição de liderança nas pesquisas. Levantamento do Paraná Pesquisas, realizado entre 28 e 30 de julho de 2026, registrou 48,6% das intenções de voto para Paes, contra 11,1% de Douglas Ruas e 11% de Anthony Garotinho. Sua candidatura também reúne apoios relevantes, entre eles o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do senador Romário.⁴³

Na segurança pública, Paes procura associar enfrentamento ao crime organizado, retomada territorial, planejamento, tecnologia e gestão por evidências. Sua experiência recente na Prefeitura do Rio também passou a integrar esse discurso. Em 2025, ainda como prefeito, foi responsável pela criação da Força Municipal, divisão especializada da Guarda Municipal formada por agentes armados, com atuação preventiva e ostensiva contra crimes como roubos e furtos em espaços públicos.⁴⁴ A iniciativa ampliou a participação do município na área da segurança e pode representar um diferencial para Paes na disputa pelo governo, ao permitir que apresente uma experiência concreta de gestão relacionada ao tema.

Douglas Ruas (PL), deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e policial civil de carreira, aparece no segundo grupo de maior expressão eleitoral. Sua candidatura está vinculada

⁴² FOLHA DE S.PAULO. *Segurança é destaque em debates para governos estaduais, diz Quaest*. Ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2026/08/seguranca-e-destaque-em-debates-para-governos-estaduais-diz-quaest.shtml>.

⁴³ UOL. *Romário deixa PL e anuncia apoio a Paes na disputa pelo governo do Rio*. 15 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/08/15/romario-deixa-pl-e-va-ai-apoiar-eduardo-paes-na-disputa-pelo-governo-do-rio.ghtm>.

⁴⁴ RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Prefeitura apresenta a Divisão de Elite da Guarda Municipal – Força Municipal*. 6 jun. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.rio/forca-municipal/prefeitura-apresenta-a-divisao-de-elite-da-guarda-municipal-forca-municipal/>.

politicamente ao campo bolsonarista, tendo recebido apoio de lideranças como Flávio Bolsonaro e Michelle Bolsonaro durante sua oficialização como candidato ao governo estadual.⁴⁵

A segurança pública ocupa posição central em sua campanha. No debate promovido pela Band, Ruas defendeu a recuperação dos territórios controlados por organizações criminosas e maior capacidade de atuação das forças policiais.⁴⁶ Também apresentou propostas de proteção institucional dos agentes de segurança e maior integração entre o governo estadual e o governo federal no enfrentamento ao crime organizado.⁴⁷ Sua pauta, portanto, aproxima-se mais claramente do polo repressivo do movimento pendular, embora incorpore elementos de integração institucional e gestão da segurança.

Anthony Garotinho, governador do Estado entre 1999 e 2002, também aparece entre os principais nomes da disputa, com desempenho próximo ao de Douglas Ruas nas pesquisas recentes. Sua candidatura foi oficializada pelo Republicanos, retomando uma trajetória política diretamente relacionada à própria história da segurança pública fluminense.⁴⁸

Em 2026, Garotinho apresenta uma agenda mais orientada ao endurecimento da atuação estatal. Sua principal proposta para a área é o chamado “Bope 2.0”, que prevê a ocupação prolongada de comunidades dominadas pelo tráfico ou por milícias, com apoio da inteligência da Polícia Civil e permanência das forças de segurança até o restabelecimento do controle estatal.⁴⁹ A proposta tem sido apresentada em entrevistas e debates, indicando

⁴⁵ UOL. *PL do RJ oficializa candidatura de Douglas Ruas, presidente da Alerj, para governador*. 24 jul. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/07/24/pl-do-rj-oficializa-candidatura-de-douglas-ruas-presidente-da-alerj-para-governador.htm>.

⁴⁶ BANDNEWS FM. *Pré-candidatos ao Governo do RJ expõem propostas para segurança em debate*. 9 ago. 2026. Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/pre-candidatos-ao-governo-do-rj-expoe-propostas-para-seguranca-em-debate-202608092208>.

⁴⁷ FOLHA DE S.PAULO. *Douglas Ruas se esquiva de falar de Castro e acusa Paes e Lula de “mentirosos”*. 14 ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/douglas-ruas-candidato-do-pl-no-rj-participa-de-sabatina-folhaul.shtml>.

⁴⁸ CNN BRASIL. *Republicanos oficializa candidatura de Garotinho ao governo do Rio*. 25 jul. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/republicanos-oficializa-candidatura-de-garotinho-ao-governo-do-rio/>.

⁴⁹ UOL. *Garotinho quer “Bope 2.0” para ocupar comunidades por tempo indeterminado*. 6 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/08/06/garotinho-quer-bope-20-para-ocupar-comunidades-por-tempo-indeterminado.ghmt>.

que a retomada territorial constitui um dos principais eixos de sua campanha.⁵⁰ Esse posicionamento chama atenção quando comparado ao seu primeiro governo, marcado por experiências como o GPAE, mais próximas do policiamento comunitário.

A comparação entre as candidaturas mostra que a disputa de 2026 não reproduz exatamente a antiga oposição entre repressão e direitos humanos. Paes, Ruas e Garotinho apresentam enfoques distintos, mas convergem na importância atribuída à recuperação de territórios e ao enfrentamento do crime organizado. Ao mesmo tempo, inteligência, tecnologia, integração institucional e gestão passaram a compor as propostas, indicando uma configuração mais híbrida da política de segurança.

Conclusão

A disputa de 2026 pode ser compreendida como mais um capítulo da trajetória das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. A presença expressiva do tema nos debates e nas propostas dos principais candidatos indica que a capacidade de apresentar respostas para o crime organizado, a perda de controle territorial e a proteção da população poderá influenciar a formação das preferências do eleitorado.

Mais do que reproduzir a tradicional oscilação entre repressão e prevenção, as candidaturas apresentam diferentes combinações de enfrentamento, inteligência, tecnologia e gestão. O próximo estudo poderá acompanhar a evolução das pesquisas, dos debates e dos programas de governo, permitindo verificar se a centralidade da segurança pública se manterá até o pleito e em que medida poderá influenciar seu resultado.

⁵⁰ BANDNEWS FM. *Pré-candidatos ao Governo do RJ expõem propostas para segurança em debate*. 9 ago. 2026. Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/pre-candidatos-ao-governo-do-rj-expoe-propostas-para-seguranca-em-debate-202608092208>.

Referências bibliográficas

- BANDNEWS FM. Pré-candidatos ao Governo do RJ expõem propostas para segurança em debate. 9 ago. 2026. Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/pre-candidatos-ao-governo-do-rj-expoe-propostas-para-seguranca-em-debate-202608092208>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo (org.). Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LAV-UERJ; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.
- CNN BRASIL. Republicanos oficializa candidatura de Garotinho ao governo do Rio. 25 jul. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/republicanos-oficializa-candidatura-de-garotinho-ao-governo-do-rio/>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Conflito e segurança: entre pombos e falcões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- FOLHA DE S.PAULO. Douglas Ruas se esquivava de falar de Castro e acusa Paes e Lula de "mentirosos". 14 ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/douglas-ruas-candidato-do-pl-no-rj-participa-de-sabatina-folha.uol.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- FOLHA DE S.PAULO. Segurança é destaque em debates para governos estaduais, diz Quaest. ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2026/08/seguranca-e-destaque-em-debates-para-governos-estaduais-diz-quaest.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- MOTTA, Rayssa. Em largada ao governo do Rio, Paes elogia Couto e chama rivais de "organização criminosa". Veja, 20 jul. 2026. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/psd-oficializacao-candidatura-eduardo-paes-governo-rio-janeiro/>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- PARANÁ PESQUISAS. Pesquisa – Estado do Rio de Janeiro: situação eleitoral para governador. jul. 2026. Pesquisa registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o nº RJ-09303/2026. Disponível em: https://paranapesquisas.com.br/wp-content/uploads/2026/07/RJ_Jul26.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.
- RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura apresenta a Divisão de Elite da Guarda Municipal – Força Municipal. Rio de Janeiro, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.rio/forca-municipal/prefeitura-apresenta-a-divisao-de-elite-da-guarda-municipal-forca-municipal/>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- SOARES, Luiz Eduardo. Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo; SENTO-SÉ, João Trajano. Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência – LAV, 1999.
- UOL. Garotinho quer "Bope 2.0" para ocupar comunidades por tempo indeterminado. 6 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/08/06/garotinho-quer-bope-20-para-ocupar-comunidades-por-tempo-indeterminado.ghml>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- UOL. PL do RJ oficializa candidatura de Douglas Ruas, presidente da Alerj, para governador. 24 jul. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/07/24/pl-do-rj-oficializa-candidatura-de-douglas-ruas-presidente-da-alerj-para-governador.htm>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- UOL. Romário deixa PL e anuncia apoio a Paes na disputa pelo governo do Rio. 15 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/08/15/romario-deixa-pl-e-vai-apoiar-eduardo-paes-na-disputa-pelo-governo-do-rio.ghml>. Acesso em: 21 ago. 2026.
- VEJA RIO. As principais propostas dos candidatos a governador do Rio. 10 ago. 2026. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/debate-band-propostas-candidatos-governador-rio/>. Acesso em: 21 ago. 2026.

A disputa de narrativas pelo Estado

Rodrigo Wrencher Cosenza⁵¹

Este boletim analisa as distintas concepções de Estado das candidaturas à presidência do Brasil. O processo eleitoral de 2026 apresenta inúmeras condições para um debate sobre diferentes concepções de Estado. Parte-se da premissa de que as chapas devem apresentar posições polarizadas sobre o modelo de governança estatal.

Até este primeiro boletim, as candidaturas chave para a presente análise são as de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o atual presidente, que vem buscando a reeleição e um 4º mandato, e Flávio Nantes Bolsonaro, senador pelo estado do Rio de Janeiro, que é filho do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). O primeiro vem pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o segundo pelo Partido Liberal (PL).

Temas diretamente ligados às concepções de Estado e que se destacam, são: a Reforma Administrativa; leis que tratam diretamente do pacto federativo, como a Lei Kandir; e leis referentes à gestão fiscal como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o arcabouço fiscal. Esses são temas fundamentais para compreender como se dará a condução do debate acerca do Estado neste período.

⁵¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UFRRJ, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, licenciado em História pela UVA.

Definir qual concepção de Estado sairá vitoriosa da eleição presidencial de 2026, é, portanto, definir as prioridades para a próxima década. As escolhas feitas em torno da máquina pública, da divisão de recursos entre os entes e das regras fiscais, poderão moldar a capacidade do próximo governo de entregar ou não o que promete.

A Reforma Administrativa, o Pacto Federativo e as regras fiscais deixam de ser apenas debates técnicos, revelando seu caráter político. Não se trata apenas da escolha de gestores, mas de decidir qual arquitetura institucional prevalecerá. É nesse terreno que as candidaturas de Lula e Flávio Bolsonaro projetam modelos distintos de país, e, onde o eleitor será chamado a se posicionar em 2026.

A Reforma Administrativa no jogo eleitoral

O Brasil passou quatro grandes ações de transformação do aparelho de Estado, a reforma daspiiana, entre os anos de 1937 à 1945, o Decreto-Lei nº 200, de 1967, o Programa Nacional de Desburocratização, ocorrido em 1979, e por fim, O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Essa última, se deu muito próxima a uma grande mudança ocorrida com o período da redemocratização que foi a Constituição de 1988, a dita Constituição Cidadã.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado prometia um conjunto de mudanças modelo de administração pública ao adotar o modelo gerencial dando foco nos resultados e o que era apresentado como flexibilidade administrativa criava mecanismos de prestação de contas à sociedade ao modo gerencialista.

A Constituição Cidadã possui caráter burocrático, garantidor de direitos aos cidadãos e coletividades. No entanto, o arcabouço que estava sendo construído no Plano Diretor da Reforma do Aparelho, no governo de Fernando Henrique Cardoso, distanciou-se da constituição à medida em que estabeleceu rigidez excessiva à organização do Estado, após a já conquistada redemocratização.

Hoje, no congresso nacional, há um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados e sob a relatoria do deputado Pedro Paulo, do PSD do Rio de Janeiro e candidato ao senado nesse pleito de 2026. O deputado nega que tenha tirado

a base do texto da Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como PEC da Reforma Administrativa, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020, chamada.

A PEC 32/2020 que foi enviada pelo então governo de Bolsonaro, tem tido o seu texto criticado por representações de servidores. As entidades apontam que o texto mantém problemas graves como falta de transparência, e criticam ampliação da possibilidade de contratações temporárias e que isso fragiliza a estabilidade dos servidores e cria a possibilidade de penalizações no que chamam de instrumentos de avaliação e bônus.

Essas críticas são feitas um conjunto grande de coletivos, entre eles a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas (ANESP), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condesef), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entre tantas outras instituições. Não é um tema que passe despercebido pelos pesquisadores da área e menos ainda dos trabalhadores diretamente afetados pelas mudanças regimentais e organizacionais que esse tipo de reforma pode trazer.

Mesmo tendo a importância que tem na definição de como o Estado concretizará a entrega de serviços públicos, como afetará de todos os cidadãos, o trabalho e a vida de milhares de servidores federais, estaduais e municipais e como organizará muito das disputas de poder na sociedade, esse não é entendido como um grande tema eleitoral. O tema não tem sido levantado nos questionamentos das pesquisas e não se destaca nas principais falas dos candidatos.

No entanto, as concepções de Estado dos candidatos pairam sobre a pauta das privatizações. A pauta é abordada sobretudo quando se fala sobre “o tamanho do Estado”. No passado, este debate esteve marcadamente presente na eleição de 1989, e, logo depois, ocorreu a Reforma Administrativa de 1995. É nítido que o debate do pleito de 1989 anunciava a iminente reforma da metade da década de 90: o Estado das atividades econômicas, da execução direta de

serviços e abriu espaço para que os investimentos em infraestrutura fossem realizados pela iniciativa privada ou em parcerias público-privadas.

Tal situação modificou em grande medida o caráter do Estado, e, esse debate ainda está vivo, e segue pairando nos dias atuais.

O que dizem os candidatos?

Segundo O Estado de São Paulo, Lula é apresentado como o principal candidato contrário à privatização, destacando-se por ser o responsável por indicadores recordes de produção da Petrobras. Já Flávio Bolsonaro, defende retomar o Plano Nacional de Desestatização, Ronaldo Caiado indicando que faria uma ampliação massiva das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Para pensarmos sobre a Reforma Administrativa e o que os candidatos falam sobre ela, recolher posições apresentadas publicamente é um caminho razoável para sabermos o peso que o tema tem nas campanhas e nos discursos.

O posicionamento de Lula em reportagem de dezembro de 2025, apontava para o envio de um projeto de lei sobre a gestão de pessoas do poder executivo federal, que viria a ser o Projeto de Lei nº 5.874/2025, sancionado em março de 2026 e transformado na Lei Ordinária nº 15.367/2026 e que instituiu a carreira de Analista Técnico do Poder Executivo Federal, regulamentou o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o cargo de Técnico-Administrativo em Educação (TAE). Vale destacar que há críticas dos trabalhadores, principalmente em relação aos aposentados, além de defasagens dos benefícios e de fragilização da carreira dos servidores.

Com isso, se desenha uma tentativa de atuar na organização da administração pública sem passar necessariamente por uma reforma, em especial a que estava apresentada na Proposta de Emenda Constitucional nº 32, a qual se posicionou publicamente contrário. Mas, em relação ao texto sob relatoria do deputado federal e candidato ao senado Pedro Paulo, as posições do governo tornam-se menos evidentes, o que gerou crítica do deputado quanto a uma postura que classificou como acovardada.

Flávio Bolsonaro tem dado mais ênfase à questão fiscal para agradar o mercado. No entanto, o posicionamento do candidato do PL demonstra uma

defesa de uma reforma administrativa nos moldes que estava posto na PEC 32/2020. Alguns aspectos indicam que o candidato encaminhará mudanças no desenho da administração pública, que é cortar o que entende como privilégios no setor público, como: penduricalhos de servidores e buscará diminuir o custo administrativo da máquina pública.

Portanto, existem indicativos de que Bolsonaro deve aprofundar a defesa da reforma. Segundo a Reuters (2022b), quando questionada sobre o assunto, a equipe de campanha respondeu que *"As propostas têm como objetivo organizar as contas públicas com responsabilidade fiscal, levar mais eficiência ao Estado e garantir mais recursos para melhorar a economia do país e a vida das pessoas"*.

Conclusão

Vimos que o projeto de Estado não constitui apenas uma questão técnica. Na eleição de 2026, a disputa entre diferentes concepções de Estado é também política. Por um lado, Lula defende o fortalecimento da máquina pública como indutora do desenvolvimento e, por outro, Bolsonaro sinaliza a defesa da reforma administrativa orientada pela contenção de gastos e pela busca do equilíbrio fiscal.

Apesar disso, não é nítido que a polarização entre essas concepções de Estado será positiva para a obtenção de votos. Na questão fiscal, a percepção sobre a economia é semelhante entre eleitores de Lula e de Flávio Bolsonaro. Em geral, os eleitores concordam com a atuação mais forte do Estado na oferta de serviços públicos, nos investimentos de longo prazo para o desenvolvimento e no controle do custo de vida. Tais posicionamentos se aproximam mais do discurso apresentado por Lula.

Apesar da convergência entre os eleitores a respeito da questão fiscal, a polarização política se mantém em torno das candidaturas, tendo em vista o embate em torno de projetos estatais categoricamente distintos.

Referências

CASTANHA, Caína. Reforma Administrativa no Congresso mantém resquícios da PEC 32, do governo Bolsonaro. Brasil de Fato, Brasília, DF, 16 out. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/10/16/reforma-administrativa-no-congresso-mantem-resquicios-da-pec-32-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

G1. Reforma administrativa: coordenador de grupo de trabalho apresenta pacote de propostas na Câmara; veja principais pontos. G1, Brasília, DF, 3 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/10/03/reforma-administrativa-coordenador-de-grupo-de-trabalho-apresenta-pacote-de-propostas-na-camara-veja-principais-pontos.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2026.

GALDEANO, Luany. Governo Lula teme eleições e abandona reforma administrativa, diz relator. Folha de S.Paulo, Brasília, DF, 17 fev. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/02/governo-lula-teme-eleicoes-e-abandona-reforma-administrativa-diz-relator.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2026.

O ESTADO DE S. PAULO [@estadao]. Eleições 2026: conheça a proposta dos presidenciáveis para a economia. Instagram, 14 ago. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcC0aeCgZIE/?igsh=b3p3NzgwenN3bGpn>. Acesso em: 29 ago. 2026.

REDAÇÃO VEJA. Pesquisa mostra o ponto em que eleitores de Lula e de Flávio concordam. Veja, São Paulo, 20 ago. 2026. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-mostra-o-ponto-em-que-eleitores-de-lula-e-de-flavio-concordam/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

REUTERS. Flávio prepara regra fiscal com aperto maior de gastos em caso de dívida alta. InfoMoney, São Paulo, 11 ago. 2026. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/campanha-de-flavio-prepara-regra-com-aperto-maior-de-gastos-em-caso-de-divida-alta/>. Acesso em: 16 ago. 2026.

REUTERS. Lula envia projeto de gestão de pessoas do Executivo ao Congresso Nacional. UOL Economia, Brasília, DF, 1 dez. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2025/12/01/lula-envia-projeto-de-gestao-de-pessoas-do-executivo-ao-congresso-nacional.htm>. Acesso em: 17 ago. 2026.

SINDSEF-SP. Análise da Lei nº 15.367/2026: grave golpe contra aposentados e servidores públicos. Sindsef-SP, São Paulo, 28 maio 2026. Disponível em: <https://www.sindsef-sp.org.br/analise-da-lei-n-15-367-2026/>. Acesso em: 15 ago. 2026.

“Sem vitimismo”: Os reflexos da polarização política na disputa da narrativa eleitoral pelo voto feminino

Samara Ruzza Som Luciano⁵²

A disputa pelo voto feminino nas eleições de 2026 evidencia que a pauta das mulheres deixou de ser um assunto periférico para se tornar um dos temas centrais na construção das narrativas eleitorais.

A percepção política acerca do eleitorado feminino mobiliza, de um lado, as narrativas de continuidade com a ruptura de uma política masculinizada. De outro, emerge um novo conservadorismo que rejeita uma epistemologia feminista, porém reconhece o papel feminino no espaço público.

Diante do contexto, parte-se da hipótese de que o eleitorado feminino será um dos temas fundamentais nas eleições de 2022. As campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Flávio Bolsonaro, melhores posicionados nas pesquisas eleitorais, devem valorizar de formas distintas o discurso eleitoral sobre a pauta das mulheres.

⁵² Formada em Administração Pública, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Análise da conjuntura atual do debate da violência contra a mulher e a influência no eleitorado feminino

O ano de 2026 é um marco na luta política pela garantia constitucional da igualdade de gênero no Brasil. Neste ano, completam-se 20 anos da promulgação da Lei 11.340, conhecida nacional e internacionalmente como Lei Maria da Penha, que criou e estabeleceu os parâmetros legais para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha constituiu um marco no reconhecimento da violência contra a mulher, uma vez que houve participação direta de diversas frentes do movimento feminista brasileiro na construção e difusão da legislação.

A violência de gênero contra a mulher é um tema relevante na agenda política, pelo fato do seu amplo apelo social e pelo constante crescimento em nível nacional de seu desdobramento mais letal, o feminicídio. Em um contexto político-ideológico também pode-se afirmar que houve uma homogeneidade no entendimento do seu tratamento, um exemplo evidente disso é a estruturação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos de 2019 à 2022 durante o governo Jair Bolsonaro e sob chefia da atual Senadora Damares Alves. Mesmo com o perfil conservador, ligado à valores religiosos, heteronormativos e arraigados na função social da família, permaneceu a estrutura de rede de enfrentamento previamente oriunda das políticas federais estabelecidas pela Lei Maria da Penha⁵³.

Contudo, o perfil conservador e autoritário que se manteve em voga durante o agravamento socioeconômico causado pela pandemia de COVID-19, trouxe uma nova perspectiva analítica acerca do eleitorado feminino: as mulheres foram as principais afetadas pela desestabilidade econômica. Além disso, são as principais cuidadoras das famílias durante o período de isolamento social e se depararam com um aumento expressivo dos casos de violência doméstica e familiar durante este período (BRASIL, 2021).

Todos esses fatores culminaram no que alguns autores (COSTA, 2025; NUNES, 2025) já consideram como um início de um “gender gap” eleitoral,

⁵³A Cartilha “Enfrentando a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” publicada em 2020 é um exemplo desta continuidade de políticas públicas durante o governo Bolsonaro.

consolidado nas eleições de 2022, onde a maioria do eleitorado feminino votou pelo terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva.

Nas eleições de 2026, o Instituto Datafolha sinaliza uma possível vantagem de 10 pontos de Lula em relação à Flávio Bolsonaro em um confronto direto entre os dois presidenciáveis. A dificuldade em agradar ao eleitorado feminino ficou evidente em decorrência da disputa pública pela influência eleitoral no Partido Liberal entre o presidenciável Flávio e a Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama. Até julho deste ano, Michelle Bolsonaro ocupou o cargo do PL Mulher, ramificação partidária criada com o objetivo de organizar a ala feminina do partido.

Nas eleições de 2022, apesar da vitória de Lula, o PL conseguiu emplacar uma quantidade expressiva de deputadas federais e senadoras. Michelle acusou dirigentes do partido e o próprio Flávio de violência política de gênero, por desconsiderar todas as indicações feitas por ela e pela estruturação de organizações estaduais associadas ao PL Mulher.

Do lado petista, é possível afirmar que uma estratégia eleitoral adotada pela campanha de reeleição de Lula é o aprofundamento deste *gender gap* por meio da construção de um legado histórico de reconhecimento da chefia familiar e doméstica feminina durante os governos Lula e Dilma (2003-2016). Além disso, destacam-se diversos programas sociais a serem fortalecidos, e a estruturação nacional da rede de enfrentamento à violência doméstica, que até hoje permanece como uma referência técnica de implementação de políticas.

Apesar dos desafios estruturais que mantém a predominância de homens em cargos políticos, é possível afirmar que os mandatos chefiados pelo PT representaram um início de uma possível ruptura de uma masculinidade hegemônica no Brasil.

Em geral, no contexto de políticas públicas executadas por chefias de governo petistas, existe o desenvolvimento de uma premissa de que a estrutura hierárquica da família nuclear não é mais efetiva para a implementação de políticas sociais, e que seria necessário repensar estas estruturas a partir do reconhecimento da violência de gênero contra a mulher como um problema público.

O eleitorado feminino, a partir do início do século passou a ocupar uma situação interseccional onde passou a ser público-alvo de uma parte expressiva das políticas sociais federais e o principal afetado por mudanças bruscas no cenário socioeconômico.

O aprofundamento do debate da violência de gênero contra a mulher, hoje, é, por um lado, um sintoma da disputa entre a tentativa de retorno da masculinidade hegemônica na política. No entanto, por outro, os políticos precisam ajustar o discurso eleitoral para a realidade socioeconômica atual das mulheres, que já são estatisticamente as principais responsáveis pela manutenção da família. Que executam dupla jornada, que são maioria no mercado de trabalho formal e informal, e que terão um papel fundamental nas eleições presidenciais deste ano.

Entre o “Feminino” e o “Feminista”: As narrativas do papel da mulher nas campanhas pré-eleitorais

No dia 16 de Julho, o candidato à presidência Flávio Bolsonaro realizou uma live nas suas redes sociais com o principal objetivo de apresentar um programa de promessas de campanha para o eleitorado feminino, denominado “Brasil por Elas”. Dentre as propostas apresentadas, podem-se destacar dois eixos principais: o incentivo ao empreendedorismo individual feminino como forma de garantia da autonomia financeira e o combate à violência contra a mulher.

Posteriormente, no mesmo mês, durante os Comícios de oficialização da candidatura, o candidato reforçou a relevância do papel do cuidado no contexto da reprodução social, que na sua opinião “(...) as mulheres são assim, são família, são coração, são sentimentos, são sensibilidade” (CASSELA, 2026). Nesse sentido, vê-se que a defesa de um modelo governamental neoliberal converge com um discurso conservador e autoritário de gênero.

Segundo Wendy Brown (2019), existe uma congruência ideológica entre um modelo neoliberal que reconhece identidades sociais e ao mesmo tempo mantém uma estrutura conservadora, pois a moralidade substitui políticas estatais de proteção social. Ao defender o desmantelamento do Estado de bem-

estar social e reforçar estereótipos de gênero, o neoliberalismo prioriza o papel da mulher no trabalho do cuidado como uma “vocação”, seja remunerada ou não. No mesmo discurso, o candidato encerra a sua fala citando que todas essas ações governamentais serão desenvolvidas “sem vitimismo”, apontando para uma divisão política e ideológica clara de que há uma ineficácia de uma perspectiva feminista na implementação de políticas públicas para mulheres.

O candidato do PL já ressaltou que as legislações atuais não são punitivas o suficiente para a erradicação da violência contra a mulher. Esses posicionamentos, feitos para garantir o voto conservador feminino, mobilizam o discurso de valorização feminina, demonstrando o reconhecimento da relevância da violência de gênero. Além disso, naturaliza o papel de cuidadora do espaço doméstico e ao mesmo tempo “integrada”⁵⁴ ao espaço público por meio do trabalho.

No âmbito da candidatura à reeleição do atual presidente Lula, há uma movimentação de trazer um protagonismo feminino nos bastidores de campanha. Os mesmos papéis do cuidado e do trabalho, são interpretados a partir de um viés que tem proximidade com uma epistemologia feminista: O enfoque é na sobrecarga gerada pela necessidade do trabalho para manter condições mínimas de sobrevivência socioeconômica e a sobrecarga trazida pelo papel da mulher nas tarefas domésticas.

Neste contexto, a principal proposta na campanha de reeleição se dá a partir da ampliação da política social de cuidado a partir da criação de um comitê eleitoral específico de mães, cuja maior pauta é centrada na universalização das creches em tempo integral (CARMO, 2026).

No tópico da violência contra a mulher a campanha eleitoral se torna mais simplificada: Reforçar o legado dos governos do PT na estruturação da rede de enfrentamento nacional contra a mulher e a reivindicação destas políticas como

⁵⁴ O termo é utilizado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro para contrapor a epistemologia feminista de existência de uma desigualdade e estrutural de gênero, o uso destes termos em contexto político é frequentemente utilizado como um marcador de diferença de poder, onde a integração não resulta em uma equidade social, apenas em um reconhecimento civil. GAYER, Eduardo; RODRIGUES, Eduardo. Bolsonaro diz que mulheres estão 'praticamente integradas à sociedade'. Uol, 8 mar. 2022. Uol Política, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/03/08/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade.htm>. Acesso em: 14 ago. 2026.

construção de um legado de mudança social no âmbito da promoção de um debate público sobre essa temática. (CUSTÓDIO, 2026).

Diante do exposto, é possível apontar que o Lula tem maior facilidade de se aproximar do eleitorado feminino, e portanto construir uma narrativa de apoio a políticas sociais para mulheres, especialmente no combate à violência de gênero. Uma situação que pode ser considerada favorável, considerando a vantagem eleitoral que se manteve consolidada desde as últimas eleições.

Conclusão

O acirramento da polarização eleitoral nas eleições de 2022 resultou no entendimento de que o enfoque do discurso eleitoral no público feminino será um ponto de atenção para atrair voto do eleitorado feminino.

Outro fato relevante é que, mesmo com a prevalência do discurso conservador em grande parte dos discursos de Flávio Bolsonaro, o tópico da necessidade de reconhecimento da mulher no espaço do trabalho assalariado é compartilhado entre Flávio Bolsonaro e Lula.

No entanto, este boletim constatou o nível de rejeição das mulheres em relação à Flávio Bolsonaro e as dificuldades nas tentativas de reverter a vantagem do presidente Lula. Nesse sentido, a tentativa malograda de ter Michelle Bolsonaro como vice da sua chapa, pode ser considerada uma frustração do candidato do PL em relação à intenção de obter votos do eleitorado feminino.

Por fim, conforme vimos, a dimensão ideológica do conservadorismo na campanha de Flávio é predominante, dificultando o esforço de moderação. O discurso garantir políticas para mulheres ainda é dirigido majoritariamente à uma parcela conservadora do eleitorado. O principal desafio do candidato do PL é, portanto, se desvincular de um discurso político amalgamado pela masculinidade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado; OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. *Pesquisa DataSenado: violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021/>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism*. [S.l.]: Columbia University Press, 2019.
- BOLSONARO, Flávio. **Lançamento do Plano Brasil por Elas**. YouTube, 16 jul. 2026. 1 vídeo (1 h 07 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7YvVfxwicYo>. Acesso em: 15 ago. 2026.
- CARMO, Wendal. **Campanha de Lula terá 'comitê de mães' para fazer frente a investidas da direita**. CartaCapital, 10 ago. 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/campanha-de-lula-tera-comite-de-maes-para-fazer-frente-a-investidas-da-direita/>. Acesso em: 14 ago. 2026
- CASSELLA, Vinícius. Flávio diz que teve duas filhas para que elas cuidem dele na velhice. **G1**, Brasília, 5 ago. 2026. G1 Política, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/08/05/flavio-diz-que-fez-duas-filhas-para-que-elas-cuidem-dele-na-velhice.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- COSTA, Sérgio. **Desiguais e divididos**. [S.l.]: Todavia, 2025.
- CORNWALL, Andrea. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos pagu**, n. 52, p. e185202, 2018.
- CUSTÓDIO, Rafael. **Lula aposta no combate ao feminicídio para fortalecer apoio entre eleitoras em 2026**. Agência Pública, 2 ago. 2026. Disponível em: <https://apublica.org/2026/08/lula-aposta-no-combate-ao-feminicidio-para-fortalecer-apoio-entre-eleitoras-em-2026/>. Acesso em: 14 ago. 2026
- GAYER, Eduardo; RODRIGUES, Eduardo. **Bolsonaro diz que mulheres estão "praticamente integradas à sociedade"**. UOL, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/03/08/bolsonaro-diz-que-mulheres-estao-praticamente-integradas-a-sociedade.htm>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- NUNES, Felipe. **Brasil no espelho: Um guia para entender o Brasil e os brasileiros**. [S.l.]: Globo Livros, 2025.
- SOLANO, Esther; ROCHA, Camila; SENDRETTI, Lilian. **MULHERES DE EXTREMA-DIREITA: Caderno CrH**, v. 36, 2023.

Meio ambiente nas eleições brasileiras: a disputa em torno da agenda ambiental

Letícia Nunes Berto⁵⁵

A seção atual tem por objetivo realizar uma primeira análise sobre os conteúdos relacionados à temática ambiental, identificando as principais pautas, propostas e posicionamentos mobilizados pelos candidatos e partidos ao longo do período pré-eleitoral. A partir desse levantamento, busca-se compreender de que forma as questões ambientais são incorporadas ao debate eleitoral e quais significados são atribuídos a elas pelos diferentes atores políticos. A pesquisa contou com o acesso a sites jornalísticos, como Folha de S.Paulo, UOL e O Eco, além de levantamentos sobre as eleições, relatórios e documentos produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Socioambiental (ISA), Observatório do Clima, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Greenpeace Brasil e Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, além de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do IBGE.

A análise parte da hipótese de que a trajetória da pauta ambiental nas eleições brasileiras recentes é marcada por uma transformação de seu lugar no debate político e pela crescente disputa em torno de seus significados. O que está em jogo em cada pleito é a forma como diferentes atores incorporam a questão ambiental a seus projetos políticos e econômicos. Se, nas eleições de 2010 e 2014, a agenda ambiental aparecia fortemente associada à identidade da candidatura ambientalista de Marina Silva, nos pleitos seguintes ela passou a ser incorporada por diferentes campos políticos e articulada a debates sobre agronegócio, energia, desenvolvimento econômico, política externa e direitos territoriais.

⁵⁵ Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

Breve histórico contextual

O levantamento das eleições de 2010 a 2022 permite identificar mudanças importantes na posição da agenda ambiental na política brasileira. A eleição de 2010 constitui um ponto de partida relevante para compreender essa transformação, pois naquele pleito, o meio ambiente apareceu como elemento de diferenciação de uma candidatura explicitamente identificada com o ambientalismo. Marina Silva, então no Partido Verde, obteve 19,33% dos votos válidos no primeiro turno, aproximadamente 19,6 milhões de votos, resultado que a colocou em terceiro lugar na disputa presidencial. O desempenho ficou conhecido como uma “onda verde” e demonstrou que a pauta ambiental possuía capacidade de mobilização eleitoral para além de seu espaço tradicional. Entretanto, essa força não se converteu proporcionalmente em representação parlamentar. O Partido Verde passou de 13 para 15 deputados na Câmara, chegando a apenas 2,9% da composição da Casa. Ao mesmo tempo, a Frente Parlamentar do Agronegócio reunia aproximadamente 220 deputados.² O contraste é significativo: enquanto uma candidatura ambientalista alcançava quase um quinto dos votos válidos para a Presidência, a representação parlamentar diretamente vinculada ao ambientalismo permanecia reduzida.

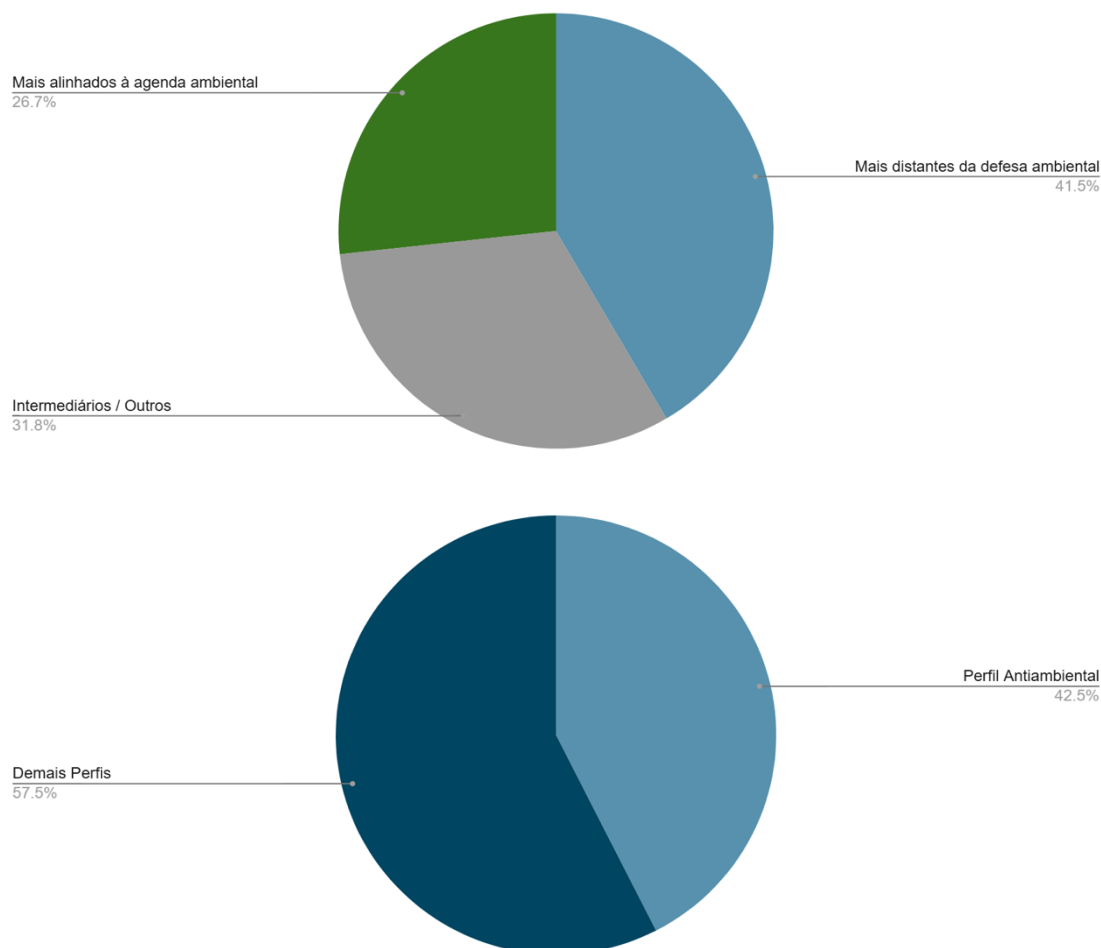
Nos pleitos seguintes, essa relação começa a se modificar. A pauta ambiental passa gradualmente a ser incorporada a outras agendas, especialmente às discussões sobre infraestrutura, agricultura, energia e desenvolvimento econômico. O meio ambiente deixa de aparecer exclusivamente como uma agenda de conservação e passa a ser mobilizado também para discutir a própria definição de desenvolvimento.

Em 2018, essa transformação tornou-se mais evidente. A Amazônia, o desmatamento, o agronegócio, a fiscalização ambiental e o Acordo de Paris passaram a ocupar espaço relevante na disputa presidencial, mas não de maneira uniforme entre as candidaturas. Um monitoramento da Approach identificou 44.057 publicações que mencionavam os candidatos em relação a temas ambientais entre junho e outubro daquele ano, além de 104 publicações produzidas pelos próprios presidentes.³

O levantamento também mostrou que Marina Silva foi a candidata que mais discutiu diretamente o tema, concentrando 31% das publicações feitas pelos presidentiáveis sobre meio ambiente, seguida por Fernando Haddad, com 14%, e Ciro Gomes, com 11%. Jair Bolsonaro, por outro lado, publicou apenas um conteúdo sobre a temática na amostra, mas foi um dos candidatos mais mencionados nas discussões ambientais, especialmente em razão de críticas relacionadas às suas posições sobre Amazônia, desmatamento e fiscalização.³ Esse deslocamento também ocorreu em um contexto de agravamento da pressão sobre a Amazônia. A taxa consolidada do desmatamento na Amazônia Legal pelo PRODES foi de 7.536 km² em 2018, aumento de 8,5% em relação aos 6.947 km² registrados em 2017.⁴ O indicador não explica sozinho o comportamento eleitoral, mas ajuda a compreender o contexto no qual a Amazônia passou a ocupar posição cada vez mais central no debate político. O período entre 2018 e 2022 aprofundou essa transformação, a questão ambiental passou a ser também um dos principais campos de conflito entre governo, oposição, organizações ambientais, movimentos sociais e setores econômicos. As taxas de desmatamento fornecem uma dimensão quantitativa desse processo: o PRODES registrou 10.129 km² em 2019 e 10.851 km² em 2020, mantendo-se em patamares superiores ao observado no início da década.⁵

Nesse contexto, a eleição de 2022 apresentou uma nova forma de incorporação da pauta ambiental. A agenda passou a ser articulada de maneira mais direta aos planos econômicos e geopolíticos das candidaturas, incluindo temas como transição energética, bioeconomia, mercado de carbono e inserção internacional. A análise dos programas presidenciais publicada pela Folha de S.Paulo evidencia justamente essa aproximação entre agenda ambiental, economia e política externa.⁶ Ao mesmo tempo, o resultado eleitoral demonstrou que a maior centralidade da pauta não significava uma mudança homogênea na correlação de forças. Segundo análise do Farol Verde, partidos classificados como mais distantes da defesa ambiental elegeram 213 deputados, correspondentes a 41,5% da Câmara, enquanto os partidos classificados como mais alinhados à agenda ambiental ficaram com 137 das 513 cadeiras, ou 26,7%. Na avaliação por deputado, a composição considerada antiambiental chegou a 42,6% da Câmara.⁷

Segundo análise do Farol Verde, partidos classificados como mais distantes da defesa ambiental elegeram 213 deputados, correspondentes a 41,5% da Câmara, enquanto os partidos classificados como mais alinhados à agenda ambiental ficaram com 137 das 513 cadeiras, ou 26,7%. Na avaliação por deputado, a composição considerada antiambiental chegou a 42,6% da Câmara.⁷



A experiência de 2010 a 2022, portanto, sugere uma trajetória de expansão da pauta acompanhada por sua diversificação política. Se em 2010 a questão ambiental funcionava como elemento de identidade de uma candidatura, em 2018 ela passou a ser disputada por diferentes projetos e, em 2022, já estava incorporada a debates econômicos e geopolíticos. Essa expansão, entretanto, não eliminou o conflito sobre o conteúdo da agenda: diferentes atores passaram a reivindicar simultaneamente a condição de defensores do desenvolvimento sustentável, ainda que apresentassem concepções distintas sobre conservação, exploração econômica e uso dos recursos naturais.

Perspectivas para 2026: ambiente, energia e território em disputa

O período pré-eleitoral de 2026 indica o aprofundamento dessa tendência, a questão ambiental aparece como dimensão transversal de outros grandes debates da campanha, especialmente energia, agronegócio, desenvolvimento regional e direitos territoriais. Um dos principais pontos de tensão está na relação entre transição energética e exploração de combustíveis fósseis. O novo programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta mudança de tom em relação ao agronegócio quando comparado à campanha de 2022, destacando o setor como componente central da economia e associando sua modernização à sustentabilidade e à inovação⁸. Essa mudança evidencia o uso da agenda ambiental como estratégia de articulação com setores econômicos decisivos: por exemplo, para setores do governo e da indústria, a exploração petrolífera pode ser apresentada como fonte de recursos para financiar políticas sociais, desenvolvimento regional e a própria transição energética. Para organizações ambientalistas, a abertura de novas fronteiras de exploração representa uma contradição diante da necessidade de redução da dependência de combustíveis fósseis.

A questão energética explicita ainda mais essa tensão: em agosto de 2026, Lula defendeu a exploração de petróleo na região da Foz do Amazonas, ao mesmo tempo em que apresentou a atividade como compatível com a proteção ambiental.⁹ O episódio condensa a tentativa de conciliar a expansão da exploração de combustíveis fósseis com o discurso de transição energética e protagonismo climático. O conflito envolve diferentes concepções sobre o que deve ser entendido como transição energética e quais atividades podem ser consideradas compatíveis com ela. Para setores do governo e da indústria, a exploração petrolífera pode ser apresentada como fonte de recursos para financiar políticas sociais, desenvolvimento regional e a própria transição energética. Para organizações ambientalistas, a abertura de novas fronteiras de exploração representa uma contradição diante da necessidade de redução da dependência de combustíveis fósseis.

Enquanto o governo de Luiz Inácio busca conciliar a expansão da exploração de combustíveis fósseis, como mostra a defesa da exploração de

petróleo na Foz do Amazonas, com o discurso de transição energética e de protagonismo do Brasil na agenda climática, as propostas da oposição dão maior destaque à flexibilização das regras ambientais e à ampliação da produção. Flávio Bolsonaro defende que o país deve explorar as fontes fósseis e propõe medidas como a flexibilização do licenciamento ambiental, a exploração de gás não convencional por meio do fracking, mesma medida feita por Trump nos EUA e a atração de investimentos privados com menos entraves burocráticos. Ronaldo Caiado, por sua vez, apoia a exploração de petróleo na Margem Equatorial e o aproveitamento do gás natural, relacionando a expansão da infraestrutura energética ao aumento da produtividade do agronegócio e da mineração. A diferença entre as propostas está, principalmente, na forma como cada grupo apresenta a exploração dos recursos naturais. Enquanto o governo Lula procura defender a atividade petrolífera como uma fonte de recursos para financiar a transição energética e a proposta de conciliação entre os setores, as candidaturas de oposição priorizam a segurança jurídica, a redução das restrições ambientais e o aproveitamento dos recursos naturais como instrumentos para ampliar a competitividade econômica do país.

A disputa também se manifestou no Congresso, este ano, projetos relacionados ao licenciamento ambiental, à fiscalização e à proteção de áreas naturais voltaram a ocupar espaço central na agenda legislativa. O Observatório do Clima classificou a aprovação de um conjunto de medidas como uma ofensiva ruralista capaz de enfraquecer instrumentos de proteção ambiental.¹⁰

Esse processo demonstra que a dimensão legislativa permanece fundamental. A experiência de 2022 já havia mostrado que a composição do Congresso poderia ser menos favorável à agenda ambiental mesmo diante da crescente centralidade do tema na eleição presidencial. Em 2026, essa relação torna-se ainda mais relevante porque o próximo governo dependerá de uma correlação de forças capaz de aprovar, alterar ou bloquear medidas relacionadas ao clima, ao licenciamento ambiental, à regularização fundiária, à exploração de recursos naturais e à proteção territorial. Os governos estaduais constituem outra arena importante dessa disputa, a agenda ambiental não se concentra em Brasília: Amazônia, Cerrado e Pantanal são atravessados por conflitos sobre

expansão agropecuária, infraestrutura, mineração, exploração energética e proteção territorial, muitos deles dependentes de decisões estaduais.

A disputa pelo uso e controle do espaço físico também se reflete no aumento da presença de representantes de povos e comunidades tradicionais no processo eleitoral. Em 2026, existem 212 candidatos autodeclarados quilombolas entre as 20.511 candidaturas registradas, aproximadamente 1% do total. São 124 candidatos a deputado estadual, 80 a deputado federal, dois ao Senado e dois a vice-governador.¹¹ O dado deve ser interpretado com cautela em relação às eleições anteriores, uma vez que o TSE passou a adotar marcador específico para candidaturas quilombolas posteriormente. Ainda assim, a presença desses candidatos evidencia uma mudança importante no conteúdo da disputa ambiental. A questão deixa de envolver somente a proteção de biomas e passa também a incorporar quem possui legitimidade política para decidir sobre os territórios, os recursos naturais e as políticas de desenvolvimento implementadas neles.

Por outro lado, organizações da sociedade civil e setores econômicos também procuram disputar a definição do desenvolvimento sustentável. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura apresentou propostas para os candidatos à Presidência que articulam financiamento rural, recuperação de pastagens degradadas, tecnologias de baixa emissão de carbono e instrumentos econômicos para remunerar aqueles que conservam e recuperam recursos naturais.¹²

A iniciativa é especialmente reveladora da transformação da pauta ambiental porque não parte necessariamente da oposição entre preservação e produção. Ao contrário, procura apresentar a conservação como componente de uma estratégia econômica, aproximando meio ambiente, produtividade agrícola, financiamento e competitividade. O discurso ambiental, portanto, passa a ser incorporado também por atores que procuram construir uma agenda de desenvolvimento baseada na utilização econômica de ativos ambientais.

É nesse ponto que as diferentes movimentações de 2026 convergem. A aproximação com o agronegócio, a exploração de petróleo, a ofensiva legislativa, o aumento da representação de comunidades tradicionais e as propostas de uma economia de baixo carbono podem parecer acontecimentos separados, mas

expressam uma mesma disputa: quem definirá o conteúdo da agenda ambiental e qual modelo de desenvolvimento será apresentado como sustentável.

Considerações finais

A hipótese inicial, portanto, encontra respaldo no levantamento: a principal transformação está na ampliação dos atores que disputam sua definição e na incorporação do tema a diferentes projetos de desenvolvimento. A ambientalização do debate eleitoral não produz consenso sobre o que deve ser protegido ou sobre quais atividades devem ser priorizadas; ela amplia o espaço de disputa em torno dessas questões.

Para o restante da campanha de 2026, três dimensões merecem monitoramento. A primeira é a compatibilização entre os discursos climáticos dos candidatos e suas posições sobre agronegócio, petróleo, mineração e outras atividades de impacto ambiental. A segunda é a composição das disputas para o Congresso e os governos estaduais, considerando que a implementação das políticas ambientais depende diretamente dessas correlações de força. A questão central será qual concepção de desenvolvimento conseguirá se apresentar como ambientalmente sustentável, quais interesses serão incorporados a essa definição e quais forças políticas terão capacidade institucional para transformá-la em política pública.

Referências

¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Votos de Marina Silva não tiveram impacto equivalente na Câmara. 27 out. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143538-votos-de-marina-silva-nao-tiveram-impacto-equivalente-na-camara/> Acesso em: 18 ago. 2026.

² CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Onda verde” de Marina não teve impacto proporcional em bancadas da Câmara. Jornal da Câmara, 29 out. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/acervo-por-tipo/sites-tematicos/a-camara-eleicoes/pdfs-jornal-da-camara/2018onda-verde2019-de-marina-nao-teve-impacto-proporcional-em-bancadas-da-camara> Acesso em: 18 ago. 2026.

³ APPROACH. Eleições 2018: o que se debate sobre meio ambiente nas redes sociais? 2018. Disponível em: <https://www.approach.com.br/blog/eleicoes-2018-o-que-se-debate-sobre-meio-ambiente-nas-redes-sociais/> . Acesso em: 18 ago. 2026.

⁴ INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. INPE consolida 7.536 km² de desmatamento na Amazônia em 2018. 25 jun. 2019. Disponível em: https://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138 Acesso em: 18 ago. 2026.

⁵ INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km². 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/a-taxa-consolidada-de-desmatamento-por-corte-raso-para-os-nove-estados-da-amazonia-legal-em-2020-foi-de-10-851-km2> . Acesso em: 18 ago. 2026.

⁶ FOLHA DE S.PAULO. Presidenciáveis alçam agenda ambiental aos planos econômico e geopolítico. set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/presidenciaveis-alcam-agenda-ambiental-aos-planos-economico-e-geopolitico.shtml> Acesso em: 18 ago. 2026.

⁷ FOLHA DE S.PAULO. Bancada antiambiental terá 41% das cadeiras na Câmara, aponta análise. out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/bancada-antiambiental-tera-41-das-cadeiras-na-camara-aponta-analise.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2026.

⁸ FOLHA DE S.PAULO. Lula muda tom e acena ao agronegócio em novo programa de governo. ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/lula-muda-tom-e-acena-ao-agronegocio-em-novo-programa-de-governo.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2026.

⁹ FOLHA DE S.PAULO. Lula promete proteção ambiental ao defender petróleo na Foz do Amazonas. ago. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/08/lula-promete-protecao-ambiental-ao-defender-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml> . Acesso em: 18 ago. 2026.

¹⁰ O ECO. Ofensiva ruralista na Câmara enfraquece proteção ambiental, diz Observatório do Clima. 2026. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/ofensiva-ruralista-na-camara-enfraquece-protecao-ambiental-diz-observatorio-do-clima/> Acesso em: 18 ago. 2026.

¹¹ UOL. Candidatos quilombolas. 17 ago. 2026. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/08/17/candidatos-quilombolas.amp.htm> . Acesso em: 18 ago. 2026.

¹² CNN BRASIL. Grupo revela proposta para clima e meio ambiente a candidatos à Presidência. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/grupo-revela-proposta-para-clima-e-meio-ambiente-a-candidatos-a-presidencia/> . Acesso em: 18 ago. 2026.

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026

Tatiana de Lana Menezes⁵⁶

A inserção de Michelle Bolsonaro no cenário político brasileiro aconteceu de forma gradual, quando se tornou primeira-dama, ao lado do então Presidente, Jair Bolsonaro. Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019, Michelle Bolsonaro passou a acompanhar e integrar o cenário político e aos poucos foi conquistando parte do eleitorado feminino, em sua maioria advindo de igrejas evangélicas. A partir disso, este boletim analisa a atuação de Michelle Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2026. A hipótese que orienta a pesquisa é que a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro terá um papel decisivo na mobilização do bolsonarismo nas eleições de 2026. Embora ela seja candidata ao Senado Federal pelo Distrito Federal, nossa hipótese é que ela vai rodar o Brasil apoiando uma rede de mulheres dentro desse campo político. A pesquisa pretende acompanhar esses movimentos.

⁵⁶ Pós-graduada lato sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Um breve panorama histórico

Michelle Bolsonaro vem construindo publicamente uma imagem associada à religiosidade, ao conservadorismo e à valorização de papéis tradicionais de gênero, apresentando-se como esposa, mãe e mulher dedicada à família, ao mesmo tempo em que adota um discurso crítico ao feminismo. Essa atuação ganhou maior visibilidade ao longo das últimas eleições. Em 2018, sua participação na campanha de Jair Bolsonaro foi relativamente discreta e concentrada, sobretudo, nas redes sociais. Já em 2022, Michelle assumiu um papel mais ativo e passou a ocupar posição de maior destaque na estratégia eleitoral do então presidente.

Durante a campanha pela reeleição de Jair Bolsonaro, a então primeira-dama percorreu diferentes regiões do país e participou de eventos nos quais articulou temas como religião, família e defesa de valores conservadores. Sua atuação buscou reforçar a interlocução do bolsonarismo com o eleitorado feminino, especialmente com mulheres evangélicas, mas também ampliar essa comunicação para segmentos conservadores que não necessariamente se identificavam diretamente com a extrema-direita. Nesse processo, Michelle deixou de ocupar apenas uma posição complementar à figura de Jair Bolsonaro e passou a construir um capital político próprio, ancorado justamente na combinação entre identidade religiosa, conservadorismo moral e representação feminina. Ainda assim, essa mudança não significou um rompimento completo com a imagem anterior, já que valores ligados à religião, à família e aos papéis tradicionais de gênero continuaram sendo elementos centrais de sua atuação. Um dos aspectos que contribuíram para essa construção foi sua relação com a comunidade surda. O uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em seu primeiro discurso como primeira-dama teve forte repercussão simbólica e ajudou a associar sua imagem a pautas de inclusão e atenção às pessoas com deficiência.

Ao longo do governo Bolsonaro, Michelle manteve ações voltadas a esses públicos, o que contribuiu para consolidar uma identidade pública vinculada a causas sociais, ainda que ela própria, em diferentes momentos, rejeitasse a ideia de exercer uma atuação política mais direta. Essa posição começou a se alterar de forma mais clara em 2022 com a sua filiação ao PL e sua presença mais intensa

na campanha eleitoral fizeram parte de uma estratégia de ampliação do diálogo com o eleitorado feminino, especialmente diante das dificuldades de Jair Bolsonaro entre as mulheres. Nesse contexto, Michelle passou a atuar de forma mais direcionada junto às mulheres evangélicas e a segmentos conservadores, considerados públicos estratégicos para a campanha.

Ao longo do pleito, ela assumiu papel relevante na comunicação com esse eleitorado, mobilizando referências religiosas e morais para fortalecer a identificação com a candidatura de Jair Bolsonaro. Cultos, orações e discursos em defesa da família, da moral cristã e de valores conservadores passaram a integrar de forma recorrente sua atuação pública. Também ganharam espaço narrativas marcadas pela ideia de “guerra espiritual”, pela oposição entre “bem” e “mal” e pelo incentivo à participação política de mulheres conservadoras.

Nesse processo, Michelle Bolsonaro deixou de atuar apenas como uma figura de apoio à candidatura do marido e passou a construir maior protagonismo político próprio. Ainda que essa mobilização não tenha sido suficiente para garantir a reeleição de Jair Bolsonaro, a campanha de 2022 contribuiu para ampliar sua visibilidade e consolidar sua posição como uma das principais lideranças femininas do campo conservador.

Em 2023 ela atingiu seu protagonismo ao assumir a presidência do PL Mulher, afirmando que o PL é o partido que se alinha aos seus interesses, além de ser o que mais valoriza as mulheres. Ao fazer isso, Michelle Bolsonaro utilizou do mesmo famoso slogan da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, “Deus, Pátria, Família”, para incentivar a participação feminina na política, especialmente a participação cristã e conservadora.

A confirmação da liderança política

No pleito de 2024, Michelle consolidou-se como uma das maiores protagonistas e liderança feminina e conservadora do Brasil, percorrendo o país em busca de votos com o objetivo de eleger o maior número de prefeitos e vereadores alinhados ao bolsonarismo. Além de levantar pautas conservadoras, Michelle promoveu “cursos” de capacitação e conclamou as mulheres evangélicas e mulheres conservadoras para ingressar na política e assim expandir o número

de filiações no PL. Em seus discursos está sempre levantando o nome de Jair Bolsonaro e se posicionando contra o feminismo, mesmo se utilizando dos direitos conquistados por esse movimento.

Da pré-candidatura

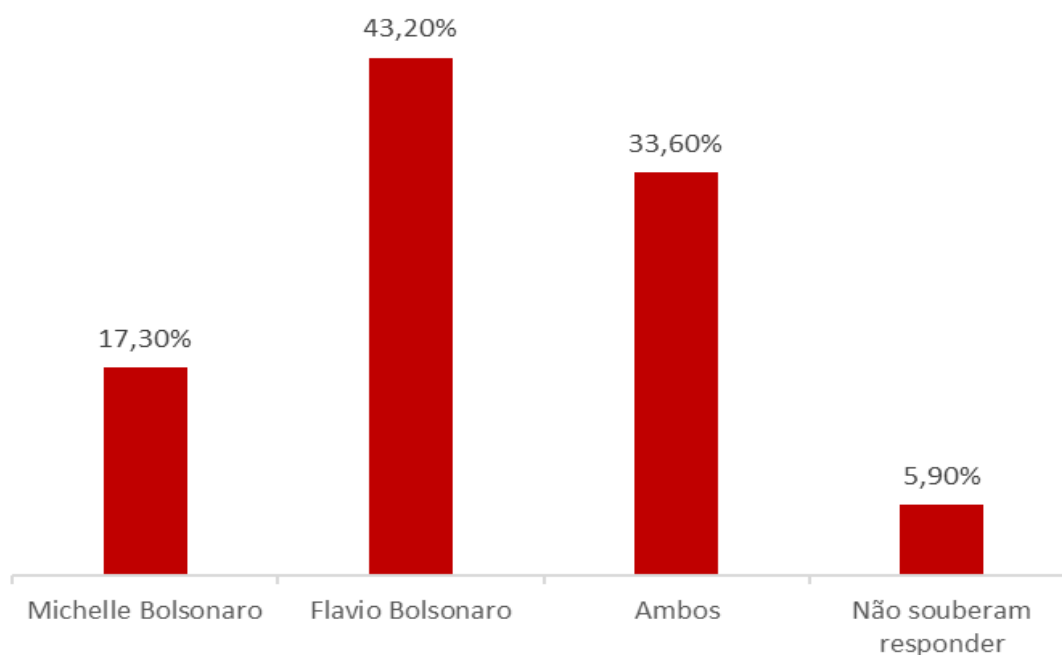
Após a condenação de Jair Bolsonaro, em 2025, o bolsonarismo precisou se reorganizar e a cúpula do PL considerou que a popularidade de Michelle Bolsonaro a coloca como um dos principais nomes para concorrer no pleito de 2026, com torcida até para ocupar a cadeira da Presidência da República. Isso contribuiu para o questionamento sobre “Qual seria o papel de Michelle na sucessão de Bolsonaro?”

O período que antecedeu a candidatura de Michelle Bolsonaro ao Senado Federal, foi permeado por turbulências e desentendimentos entre figuras que integram o cenário político bolsonarista e principalmente por desavenças familiares.

O desentendimento entre Michelle e Flávio Bolsonaro se tornou público por meio de um vídeo postado pela própria Michelle nas redes sociais, onde deixou claro o seu descontentamento ao desrespeito de Flávio Bolsonaro com ela e a forma como foi descredibilizada politicamente, mostrando sua insatisfação quanto a forma de tratamento recebido pelos enteados e ainda anunciando o afastamento da campanha de Flávio Bolsonaro.

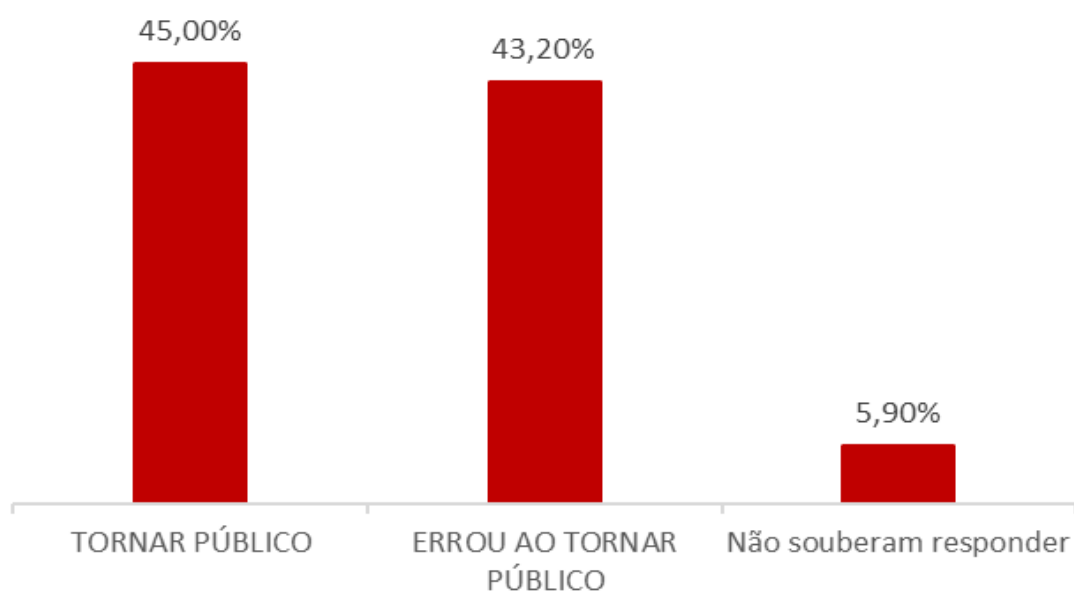
Nesse episódio de desavença familiar, o eleitorado bolsonarista se dividiu e, enquanto alguns apoiavam Michelle, outros apoiavam Flávio, conforme mostram os gráficos a seguir:

Desentendimento entre Michelle e Flávio - Pesquisa ATLAS



No desentendimento entre Michelle e Flávio, de acordo com a pesquisa da agência Atlas, Flávio tem mais apoiadores do que Michelle.

Tornar público o desentendimento entre Michelle e Flávio - Pesquisa QUAEST



Quanto ao fato da exposição do desentendimento entre Michelle e Flávio, a pesquisa realizada pela agência Quaest, mostra Michelle com maior aprovação, o que contribui para tornar perceptível a divisão entre os bolsonaristas.

Após a repercussão do vídeo da Michelle, Flávio Bolsonaro também gravou um vídeo com pedido de desculpas e publicou em suas redes sociais. Desculpas aceitas por Michelle, ela anuncia a retomada do apoio a Flávio. A cúpula do PL investiu na reconciliação da família, pois Michelle traz consigo boa parte do eleitorado conservador feminino e, por isso, é considerada muito além do que apenas mais uma candidata. Para os correligionários, isso pode ser decisivo para a conquista de uma cadeira no Senado Federal, num mandato próprio, além de um ponto estratégico para a campanha de Flávio Bolsonaro.

Da candidatura

Após as desavenças familiares, além da candidatura de Michelle ao Senado Federal, passou-se a especular a possibilidade de indicação a Vice-presidente da República, considerando que Flávio não conseguia indicar um nome para o cargo. Às vésperas do prazo final para apresentar candidatura ao pleito eleitoral de 2026, as incertezas quanto à efetiva participação de Michelle continuavam. A confirmação veio no último dia, onde Michelle Bolsonaro então se consolidou como candidata ao Senado Federal, pelo Distrito Federal-DF, nas eleições de 2026. No lançamento de sua candidatura, Michelle não compareceu, alegando motivo de doença para o seu não comparecimento. Através de um comunicado informou sobre sua internação e agradeceu o apoio de todos.

Compromissos de campanha

Michelle gravou vídeo para a campanha de Flávio e disse: “Colocamos uma pedra. A desavença existe, qual família é perfeita, né?”

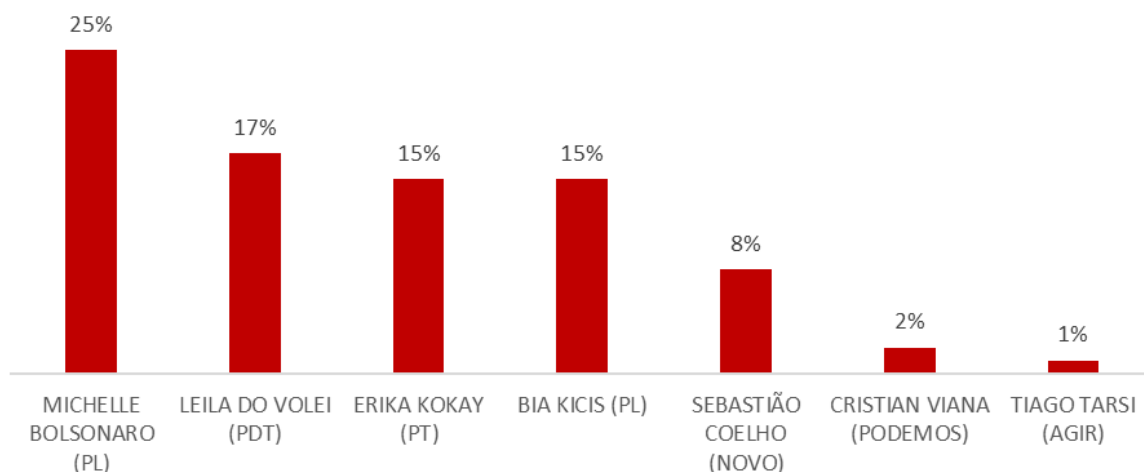
Em sua primeira aparição no palanque como candidata, num ato ocorrido em Ceilândia-DF, esteve ao lado de Damares Alves, Bia Kicis e Celina Leão (PP) - candidata à reeleição ao governo do DF (Celina assumiu o governo após renúncia de Ibaneis Rocha), Michelle alegou que não poderá comparecer a muitos eventos,

justificando ser a principal responsável pelos cuidados com Bolsonaro, que está em prisão domiciliar, e por isso precisaria ficar mais tempo em casa.

Nesse contato inicial a candidata disse que sua candidatura foi uma tarefa dada por Bolsonaro, focou seu apoio aos candidatos locais e disse que irá abordar pautas que defendem seus valores bem como irá trabalhar para eleger Flávio Bolsonaro.

Desde o lançamento de sua candidatura, na corrida por uma cadeira no Senado Federal, Michelle Bolsonaro tem se mantido à frente nas intenções de voto pelo Distrito Federal-DF.

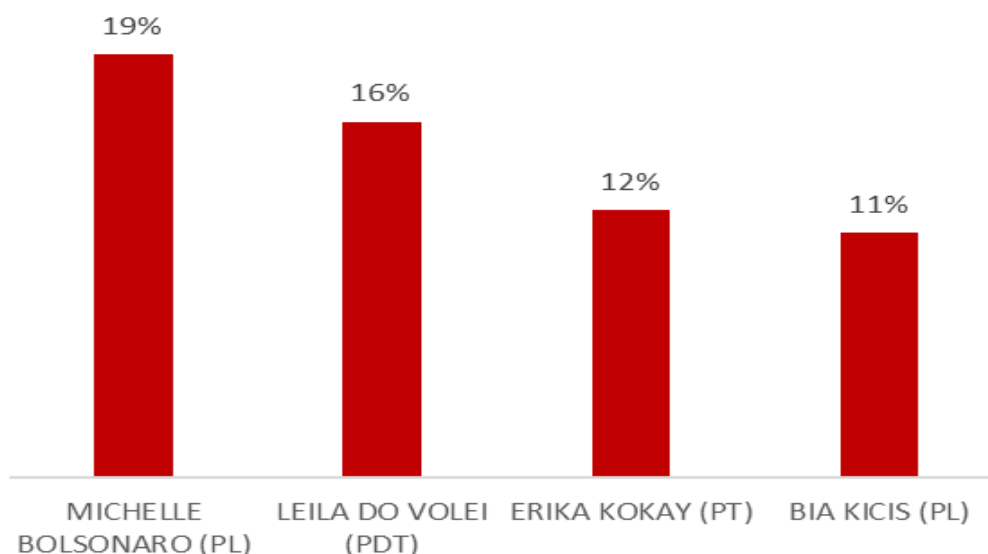
Carta Capital - 19AGO26



Num panorama geral, com os candidatos que pontuaram na pesquisa publicada no Carta Capital, Michelle Bolsonaro lidera a pesquisa, se mantendo 8 pontos percentuais à frente do segundo colocado e 10 pontos percentuais à frente de sua correligionária Bia Kicis.

A candidata Zanata (PSTU) e o candidato Professor Guilherme Amorim (UP) não pontuaram nesta pesquisa, 8% optaram por Nulo/Branco e 9% Não soube/não respondeu.

Intenções de voto Senado Federal - DF Datafolha 21AGO26



De acordo com a pesquisa divulgada pela agência Datafolha, Michelle Bolsonaro (PL) permanece na liderança das intenções de voto, com 19%. Embora tenha diminuído a distância entre ela e sua correligionária Bia Kicis, Michelle ainda mantém a liderança nas intenções de voto para o Senado Federal, pelo DF, no pleito de 2026.

Referências

Michele Bolsonaro aparece em propaganda do marido
<https://www.poder360.com.br/eleicoes/michelle-bolsonaro-aparece-pela-1a-vez-na-propaganda-do-marido/>

Michelle Bolsonaro uma discreta primeira dama evangélica
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html

Michelle Bolsonaro faz discurso em Libras no Palácio do Planalto durante cerimônia de posse.
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/michelle-bolsonaro-faz-discurso-em-libras.ghtml>

O que querem as mulheres evangélicas nesta eleição?
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/08/o-que-querem-as-mulheres-evangelicas-nesta-eleicao.shtml>

Michelle faz Primeiro Ato de Campanha em Brasília
<https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/michelle-faz-1o-ato-de-campanha-em-brasilia-e-pede-voto-em-flavio/>

Michelle diz que candidatura é missão dada por Bolsonaro
<https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/michelle-diz-que-candidatura-e-missao-dada-por-bolsonaro/>

Michelle grava vídeo para a campanha de Flávio Bolsonaro
<https://veja.abril.com.br/brasil/michelle-grava-videos-para-campanha-de-flavio-bolsonaro-apos-briga-colocamos-uma-pedra/>

Michelle diz que Flávio Bolsonaro a desrespeitou
<https://www.youtube.com/watch?v=qCrineb213E>

Michelle se filia ao PL e deve intensificar participação na campanha de Bolsonaro
<https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2022/05/michelle-se-filia-ao-pl-e-deve-intensificar-participacao-em-campanha-de-bolsonaro.shtml>

Michelle Bolsonaro assume presidência do PL Mulher <https://partidoliberal.rs/michelle-bolsonaro-assume-a-presidencia-do-pl-mulher>

Desentendimento familiar entre Michelle Bolsonaro e Flávio Bolsonaro
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/atlas-432-dos-bolsonaristas-concordam-com-flavio-na-briga-com-michelle>

<https://odia.ig.com.br/brasil/2026/07/7277637-genial-quaest-42-estao-ao-lado-de-michelle-na-briga-com-flavio.html>

Intenções de voto

<https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisa-mostra-michelle-bolsonaro-na-lideranca-da-disputa-pelo-senado-no-df/>

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/eleicoes/2026/noticia/2026/08/21/datafolha-df-senador-21-agosto.ghtml>